



---

**BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL**  
**Diretoria de Planejamento**  
**Superintendência de Planejamento**

**AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E O BRDE**  
**- HISTÓRICO, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS -**

**ES2003-02 COOP AGROP**

**NOVEMBRO/2003**

## **BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE**

- Diretor-Presidente ➤ Casildo João Maldaner
- Vice-Presidente e Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos ➤ Lélío Miguel Antunes de Souza
- Diretor de Planejamento ➤ Germano Mostardeiro Bonow
- Diretor Financeiro ➤ Geovah José de Freitas Amarante
- Diretor de Operações ➤ Carlos Frederico Marés de Souza Filho
- Diretor Administrativo ➤ Amadeu Luiz de Mio Geara
- Superintendente de Planejamento ➤ Luiz Antônio Marques Concli

Elaboração:

André Gustavo de Miranda Pineli Alves - Economista

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. A FILOSOFIA COOPERATIVISTA .....</b>	<b>8</b>
<b>2. O COOPERATIVISMO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>11</b>
<b>3. O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
3.1. <i>O COOPERATIVISMO NA REGIÃO SUL .....</i>	<i>18</i>
<b>4. O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
4.1. <i>O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NA REGIÃO SUL .....</i>	<i>20</i>
<b>5. HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>22</b>
5.1. <i>SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA NO MEIO RURAL.....</i>	<i>22</i>
5.2. <i>ANOS 1980 E 1990: CRISES E REESTRUTURAÇÕES .....</i>	<i>29</i>
5.3. <i>OS PROGRAMAS DE RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS RURAIS: SECURITIZAÇÃO, PESA E RECOOP.....</i>	<i>42</i>
<b>6. PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO E DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO.....</b>	<b>46</b>
6.1. <i>CONJUNTURA POLÍTICA.....</i>	<i>46</i>
6.2. <i>CONJUNTURA MACROECONÔMICA .....</i>	<i>47</i>
6.3. <i>EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO.....</i>	<i>48</i>
6.3.1. <i>Mercado de Grãos .....</i>	<i>52</i>
6.3.2. <i>Mercado de Carnes.....</i>	<i>59</i>
<b>7. RISCOS ASSOCIADOS À CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS .....</b>	<b>64</b>
7.1. <i>DESCASAMENTO ENTRE O ATIVO E O PASSIVO.....</i>	<i>64</i>
7.2. <i>IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL EM ATIVOS DE BAIXA RENTABILIDADE .....</i>	<i>65</i>
7.3. <i>RISCO SISTÊMICO.....</i>	<i>65</i>
7.4. <i>RISCO DE GESTÃO .....</i>	<i>66</i>
<b>8. O BRDE E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO .....</b>	<b>68</b>
8.1. <i>A CONCESSÃO DE CRÉDITO NO PERÍODO 1995/2003.....</i>	<i>68</i>
8.2. <i>O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS DO BRDE.....</i>	<i>73</i>
<b>9. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS .....</b>	<b>77</b>
9.1. <i>AS COOPERATIVAS FINANCIADAS PELO BRDE VERSUS AS MAIORES COOPERATIVAS DO BRASIL E DA REGIÃO SUL.....</i>	<i>78</i>
9.2. <i>AS COOPERATIVAS FINANCIADAS PELO BRDE VERSUS AS COOPERATIVAS PARANAENSES.....</i>	<i>80</i>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO: FÓRMULAS DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS .....</b>	<b>92</b>

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 3.1: NÚMERO DE COOPERATIVAS SINGULARES, DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – BRASIL – 2002.....	17
TABELA 3.2: NÚMERO DE COOPERATIVAS, POR MODALIDADE – BRASIL – 2002 .....	17
TABELA 3.3: NÚMERO DE COOPERATIVAS SINGULARES, DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – REGIÃO SUL – 2002 .....	18
FIGURA 4.1: PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO RECEBIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL – 2000 .....	19
FIGURA 4.2: EXPORTAÇÕES DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1990/2002 .....	20
TABELA 4.1: NÚMERO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – REGIÃO SUL .....	21
TABELA 5.1: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL, POR MODALIDADE – 1966/1985...	31
TABELA 5.2: TAXA REAL DE JUROS DO CRÉDITO RURAL – 1970/1985 .....	32
TABELA 5.3: VARIAÇÃO DOS PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES DE PRODUTOS SELECIONADOS E DO IPA-OG.....	37
FIGURA 5.1: ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) E ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) PELO PRODUTOR – PARANÁ – 1994/2000.....	38
FIGURA 5.2: ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) E ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) PELO PRODUTOR, SANTA CATARINA – 1994/2000.....	38
FIGURA 5.3: ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) E ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) PELO PRODUTOR, RIO GRANDE DO SUL – 1994/2000 .....	39
TABELA 5.4: TAXA REAL DE JUROS DO CRÉDITO RURAL - 1995/2004.....	41
FIGURA 5.4: CRÉDITO RURAL, POR FONTES DE RECURSOS – 1985/2000.....	41
TABELA 6.1: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO AGRONEGÓCIO E DA AGROPECUÁRIA – BRASIL – 1995/2002 .....	49
FIGURA 6.1: PRODUÇÃO DE GRÃOS – BRASIL – 1990/2003 .....	49
TABELA 6.2: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO, DOS PREÇOS REAIS E DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS SELECIONADOS - BRASIL – SAFRA 2002/2003* .....	50
TABELA 6.3: DEMANDA POR INSUMOS AGRÍCOLAS – BRASIL – 1998/2002 .....	50
FIGURA 6.2: BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – BRASIL – 1990/2002...	51
FIGURA 6.3: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DO COMPLEXO SOJA – 1980/2003 .....	52
FIGURA 6.4: EVOLUÇÃO DO PREÇO INTERNACIONAL DO TRIGO – 1980/2003 ....	53
FIGURA 6.5: EVOLUÇÃO DO PREÇO INTERNACIONAL DO MILHO – 1980/2003 ....	53
TABELA 6.4: OFERTA E DEMANDA DE GRÃOS E DERIVADOS – MUNDO – 1997/2004 .....	54
TABELA 6.5: OFERTA E DEMANDA DE GRÃOS E DERIVADOS – BRASIL – 1996/2003 .....	57

TABELA 6.6: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SOJA, POR PAÍS DE DESTINO – 1999/2003 .....	58
FIGURA 6.6: SOJA: CUSTOS TOTAIS POR UNIDADE PRODUZIDA - .....	59
FIGURA 6.7: COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE DE FRANGO E SUÍNA – 1998/2002 .....	60
TABELA 6.7: CUSTOS DE PRODUÇÃO – FRANGO .....	60
TABELA 6.8: CUSTOS DE PRODUÇÃO – SUÍNOS .....	61
TABELA 6.9: OFERTA E DEMANDA DE CARNE DE AVES – BRASIL – 1996/2003....	61
TABELA 6.10: OFERTA E DEMANDA DE CARNE SUÍNA – BRASIL – 1996/2003 .....	62
TABELA 6.11: CONSUMO DOMÉSTICO DE CARNE AVÍCOLA E SUÍNA.....	62
TABELA 8.1: NÚMERO DE COOPERATIVAS FINANCIADAS PELO BRDE – 1995/2003 .....	68
TABELA 8.2: NÚMERO DE CONTRATOS REALIZADOS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1995/2003.....	69
TABELA 8.3: VALOR DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1995/2003 – VALOR CORRENTE.....	69
FIGURA 8.1: CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR ESTADO – 1995/2003.....	69
TABELA 8.4: VALOR DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1995/2003 – VALOR CONSTANTE.....	70
FIGURA 8.2: EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR ESTADO E TOTAL– 1995/2003 ...	70
TABELA 8.5: CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR FONTE DE RECURSOS – 2000/2003.....	72
TABELA 8.6: FINANCIAMENTOS EM VIGOR, NÚMERO DE COOPERATIVAS FINANCIADAS E NÚMERO DE COOPERADOS BENEFICIADOS – Ago/2003.....	73
FIGURA 8.3: GRAU DE CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – Ago/2003.....	73
FIGURA 8.4: GRAU DE COMPROMETIMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BRDE COM AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – Ago/2003.....	74
TABELA 8.7: SALDO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS PELO BRDE ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR FONTE DE RECURSOS – Ago/2003 ..	75
TABELA 8.8: EXPECTATIVA DE RETORNO DO PRINCIPAL DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NOS ÂMBITOS DO PRODECOOP E DO RECOOP – 2004/2008.....	76
QUADRO 9.1: FONTE, PERÍODO E DESCRIÇÃO DAS AMOSTRAS DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS .....	77
TABELA 9.1: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 50 MAIORES COOPERATIVAS DO BRASIL – 1998/2001 .....	78
TABELA 9.2: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 330 MAIORES SOCIEDADES ANÔNIMAS INDUSTRIAIS DO BRASIL – 1998/2001.....	79
TABELA 9.3: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 33 MAIORES COOPERATIVAS DA REGIÃO SUL – 2001.....	79

TABELA 9.4: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE 48 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS MUTUÁRIAS DO BRDE - 2001/2002 .....	79
TABELA 9.5: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 55 COOPERATIVAS PARANAENSES MONITORADAS PELO SAAC/OCEPAR - 1998/2002 .....	80
TABELA 9.6: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 36 COOPERATIVAS PARANAENSES BENEFICIADAS PELO RECOOP - 2002 .....	81
TABELA 9.7: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE 39 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS MUTUÁRIAS DO BRDE - 2002 .....	82

## APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, os laços históricos existentes entre o BRDE e as cooperativas agropecuárias da Região Sul foram fortalecidos. O volume de contratações realizadas pelo Banco com essas empresas atingiu valores substanciais no período 2000/2003, o que fez com que as operações de crédito às cooperativas assumissem uma participação relevante nos ativos do Banco. Se por um lado isso demonstra o papel desempenhado pelo BRDE enquanto agente a serviço do desenvolvimento econômico e social da Região Sul, por outro traz à tona uma preocupação relacionada ao grau de concentração do crédito em um único segmento da atividade econômica. Como rege a boa prática bancária, deve-se diversificar a carteira de clientes, evitando uma exposição exagerada em uma empresa ou um setor da atividade econômica pois, deste modo, estar-se-á minimizando o risco de crédito.

O objetivo deste trabalho é, portanto, traçar um panorama das cooperativas agropecuárias da Região Sul, buscando contribuir para a discussão sobre o posicionamento estratégico do BRDE em relação a este grupo de empresas.

O trabalho encontra-se dividido em nove capítulos, além desta introdução e de uma conclusão. A filosofia cooperativista e a legislação específica são tratadas, respectivamente, no primeiro e no segundo capítulos. O capítulo três faz um retrato da situação atual do cooperativismo no Brasil, atentando para a sua importância em termos econômicos e sociais, enquanto o capítulo quatro faz o mesmo com as cooperativas agropecuárias. A história do cooperativismo agropecuário na Região Sul do Brasil é o tema do capítulo cinco. No capítulo seis, analisa-se, numa perspectiva de curto e médio prazos, o futuro do agronegócio no Brasil, com destaque especial para os principais produtos negociados pelas cooperativas da Região Sul. Os riscos associados ao crédito às cooperativas agropecuárias são o tema do capítulo sete. O capítulo seguinte aborda o relacionamento do BRDE com as cooperativas no período 1995/2003. Finalmente, o capítulo nove faz um diagnóstico da situação econômico-financeira das cooperativas agropecuárias, dando ênfase àquelas financiadas pelo BRDE.

## 1. A FILOSOFIA COOPERATIVISTA

De acordo com a definição proposta pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), cooperativa é “uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (ACI, 1998). Similarmente, o ato de cooperar é, no entendimento da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS), “unir-se a outras pessoas para enfrentar conjuntamente situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidades e situações de bem-estar econômico e social” (OCERGS, 2001, p.13). “Pode-se, também, designar cooperativismo como um processo associativo pelo qual homens livres aglutinam suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas poupanças, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, elevando seu padrão de vida, ao mesmo tempo em que beneficia-se a sociedade em geral, pelo aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito” (GUAZZI, 1999).

Dotada de valores e princípios próprios, a doutrina cooperativista busca conciliar as virtudes de uma economia de mercado, como a valorização do esforço e do talento individual, com os elementos que julga indispensáveis para a conformação de uma sociedade mais justa e solidária. Seguindo de perto os princípios originais formulados pelos pioneiros de Rochdale<sup>1</sup> na primeira metade do século XIX, a ACI considera essencial, para a conformação de uma cooperativa, a observância de sete princípios fundamentais:

1. Adesão livre e voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas;
2. Gestão democrática pelos membros: As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos outros membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto), e as cooperativas de grau superior são também organizadas de forma democrática;
3. Participação econômica dos membros: Os membros contribuem eqüitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, e se a houver, uma remuneração limitada ao capital

---

<sup>1</sup> A Cooperativa de Tecelões de Rochdale entrou para história como sendo a primeira empresa engendrada sob os moldes cooperativistas. Foi fundada em 1844, na cidade de Manchester, Inglaterra, por algumas dezenas de tecelões que, cansados de assistirem seus parques rendimentos serem exauridos pelos preços extorsivos cobrados pelo comércio local, resolveram montar um armazém próprio. Os valores e princípios que nortearam a criação desta primeira cooperativa de consumo “passaram a constituir não somente o modelo cooperativista adotado em todo o mundo, como também a própria base da filosofia do cooperativismo” (OCERGS, 2001, p.17).



subscrito como condição da sua adesão. Os membros destinam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;

4. Autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas;
5. Educação, formação e informação: As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma a que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral - particularmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e as vantagens da cooperação;
6. Intercoperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
7. Interesse pela comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

(ACI, 1998)

Dos princípios acima expostos, dois merecem destaque, por deixarem claras as diferenças fundamentais existentes entre as cooperativas e as demais sociedades comerciais. Primeiramente, cabe ressaltar que as cooperativas não são sociedades de capital, constituindo-se, na realidade, sociedades de pessoas. Conseqüentemente, nas cooperativas as decisões são tomadas de forma democrática pois, como emana o segundo princípio cooperativista, "cada homem vale um voto", independentemente do número de cotas que possua. Nas sociedades de capital, diversamente, o poder decisório encontra-se nas mãos dos sócios majoritários. Em segundo lugar, deve-se destacar que, enquanto as empresas de capital têm como objetivo a acumulação de lucros, distribuindo-os de acordo com a participação de cada sócio no capital da empresa, a empresa cooperativa tem como objetivo a prestação de serviços a seus associados. Todavia, isso não impede que se, ao final do exercício, depois de contabilizadas todas as receitas, custos e despesas, for apurado um resultado positivo, a cooperativa o distribua entre seus associados, porém fazendo-o proporcionalmente à contribuição de cada um para a geração daquele resultado, e não de acordo com a fração do capital social de cada acionista ou cotista.

Pode-se concluir que, uma vez seguidos adequadamente os seus sete princípios fundamentais, o cooperativismo pode prestar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país, através:

- a) do aumento das oportunidades de trabalho, inclusive por meio da associação de pessoas em cooperativas de trabalho;

- b) da diminuição da desigualdade na distribuição de renda, por permitir que indivíduos que, de outro modo atuariam isoladamente, consigam negociar em bases mais favoráveis com fornecedores e compradores organizados, na maioria das vezes, sob a forma de oligopólio;
- c) do fortalecimento das instituições democráticas, uma vez que, nas cooperativas, todas as decisões relevantes devem ser tomadas mediante a anuência de seus membros;
- d) da defesa das liberdades individuais, haja visto que as cooperativas não devem possuir vínculos com o Estado, partidos políticos, igrejas, imprensa e outras instituições de poder;
- e) da humanização das relações econômicas, uma vez que, nas cooperativas, os associados são, ao mesmo tempo, trabalhadores, clientes, administradores e proprietários.

O reconhecimento do importante papel desempenhado pelas cooperativas no desenvolvimento econômico e social das nações veio na forma da emissão, pela Organização Internacional do Trabalho, da Recomendação nº 193, em junho de 2002. Entre outras coisas, este documento destaca a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento humano sustentável, além de sua importante atuação no combate à exclusão social, e recomenda aos governos a adoção de políticas que incentivem o cooperativismo (ILO, 2002).

## 2. O COOPERATIVISMO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Ao contrário das Constituições anteriores, que não faziam menção às cooperativas, a Constituição Federal de 1988 faz referência a essas sociedades em alguns de seus artigos, porém de uma forma bastante genérica, mais marcando uma posição favorável ao associativismo do que, efetivamente, estabelecendo regras ou princípios. Dentre as matérias que versam sobre o cooperativismo cabe destacar as seguintes:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 146 – Cabe à lei complementar: (...) III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: (...) c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Art. 174 – Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (...) § 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 187 – A política agrícola será planejada e executada, na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: (...) VI – o cooperativismo.

Art. 192 – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre: (...) VIII – o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

(CONSTITUIÇÃO..., 1988)

A principal inovação trazida pela Carta de 1988 foi a libertação do cooperativismo da ingerência estatal, como explicitado em seu art. 5º. Conforme a legislação até então em vigor, as cooperativas poderiam ser objeto de intervenção, o que, de certa forma, inibia o pleno desenvolvimento do princípio da autogestão.

A legislação complementar a que se refere a Constituição, que deveria disciplinar o cooperativismo brasileiro, até hoje não foi promulgada. Logo, os juristas entendem que as leis sancionadas anteriormente à promulgação da Carta continuam válidas naqueles aspectos em que não se confrontam com o texto constitucional.

O principal marco legal a regular a prática cooperativista no Brasil é a Lei nº 5.764, sancionada em 16 de dezembro de 1971, também conhecida

como “Lei do Cooperativismo”. Influenciada pelos princípios cooperativistas de Rochdale, esta lei estabelece, entre outras coisas, que:

Art. 3º - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, *sem objetivo de lucro*.

Art 4º - As cooperativas são *sociedades de pessoas*, com forma e natureza jurídica próprias, de *natureza civil, não sujeitas a falência*, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - *adesão voluntária*, com número ilimitado de sócios, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - *singularidade de voto*, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - *retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado*, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - *indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social*;

IX - *neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social*;

X - *prestação de assistência aos associados e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa*.

(LEI Nº 5.764/1971)

Outros dispositivos da Lei nº 5.764/1971 que merecem destaque, são:

- a definição da Assembléia Geral dos associados como o órgão supremo da sociedade cooperativa, atribuindo-lhe poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. Sua convocação deve obedecer os requisitos legais e suas deliberações vinculam a todos os associados, inclusive os ausentes e os discordantes; além da Assembléia Geral, as cooperativas devem possuir uma Diretoria ou Conselho de Administração, responsável pela administração da sociedade que, por sua vez, deve ser fiscalizada por um Conselho Fiscal;
- a não-existência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados;
- a vedação à distribuição, por parte das cooperativas, de qualquer benefício às quotas-partes do capital, com exceção dos juros de, no máximo, 12% ano, incidentes sobre a parte integralizada;

- a proibição da cobrança de prêmio ou ágio pela entrada de novos associados, mesmo que a título de compensação de reservas;
- a classificação das cooperativas em singulares, centrais, federações e confederações de cooperativas, sendo que, as cooperativas singulares devem ser constituídas por, no mínimo, 20 pessoas físicas; as cooperativas centrais e as federações de cooperativas devem ser constituídas por, pelo menos, 3 singulares; e as confederações de cooperativas devem ser constituídas por, no mínimo, 3 federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

A Lei 5.764/1971 também determina, em seu Art. 10, que as cooperativas devem ser classificadas conforme seu objeto ou a natureza das atividades desenvolvidas por ela ou por seus associados. Seguindo este espírito, a OCB identifica a existência de 13 segmentos no cooperativismo brasileiro:

- a) Agropecuário: Formado por cooperativas de produtores rurais, agropastoris ou de pesca.
- b) Consumo: Formado por cooperativas dedicadas à compra em conjunto de bens de consumo. Organizados em cooperativas, os consumidores conseguem adquirir mercadorias em condições mais favoráveis do que aquelas que prevaleceriam se realizassem as compras individualmente.
- c) Crédito: Formado por cooperativas de crédito, que podem ser urbanas (crédito mútuo) ou rurais. Realizam empréstimos a seus associados, cobrando taxas de juros mais baixas do que as praticadas pelos bancos comerciais. "No cooperativismo de crédito há um grande comprometimento com o desenvolvimento local, pois retém a poupança da comunidade onde está inserida, fazendo-a girar entre seus cooperados e produzindo efeitos multiplicadores" (OCERGS, 2001, p.49).
- d) Educacional: Formado por cooperativas de professores, alunos ou pais de alunos. Em geral, têm como objetivo reduzir custos sem comprometer a qualidade do ensino.
- e) Especial: Formado por cooperativas não plenamente autogestionadas, constituídas de pessoas relativamente incapazes, necessitando, portanto, de um tutor para representá-las. Neste segmento estão as cooperativas de silvícolas, deficientes físicos e mentais e presidiários.
- f) Habitacional: Formado pelas cooperativas habitacionais, cujo objetivo é "a resolução dos problemas de moradia para seus cooperados, através da construção, manutenção e administração de residências, apartamentos, conjuntos habitacionais, etc." (OCERGS, 2001, p.49).
- g) Infra-estrutura: Formado por cooperativas cujo objetivo social é a prestação de serviços de infra-estrutura básica aos associados. Neste ramo estão incluídas as cooperativas de eletrificação e telefonia rural.

- h) Mineral: Formado por cooperativas de mineradores. Abrangem diversas atividades como alimentação, saúde e educação, além das atividades específicas do ramo.
- i) Produção: Formado por cooperativas nas quais os meios de produção explorados pelo quadro social pertencem à cooperativa e os cooperantes formam o seu quadro diretivo, técnico e funcional. Muitas cooperativas deste segmento nasceram da apropriação dos meios de produção de empresas falidas por seus antigos trabalhadores.
- j) Saúde: Formado por cooperativas de profissionais da área de saúde, como médicos, odontólogos e psicólogos. O exemplo mais conhecido deste segmento é o sistema UNIMED, formado por cooperativas singulares nos municípios, federações de cooperativas nos estados e uma confederação em âmbito nacional (OCERGS, 2001, p.51).
- k) Trabalho: Cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros. "As cooperativas deste segmento são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. É um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem organizar-se em cooperativas de trabalho" (OCERGS, 2001, p.51).
- l) Transporte: Formado por cooperativas de trabalhadores do setor de transporte. Incluem-se neste ramo as cooperativas de taxistas e de caminhoneiros.
- m) Turismo e Lazer: Formado por cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer.

A "Lei do Cooperativismo" confere a denominação de *ato cooperativo* a todas as transações realizadas entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. Segundo a lei, o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

A cooperativa não compra a produção do sócio. A cooperativa recebe a produção e faz um adiantamento em dinheiro ao cooperante. Após beneficiar o produto agregando-lhe valor, procura sua colocação no mercado. O resultado final de todas as vendas, deduzidos os custos são as sobras, as quais retornam aos sócios da cooperativa, proporcionalmente à produção de cada um.

(OCERGS, 2001, p.14)

O fato de a empresa cooperativa ser uma sociedade sem fins lucrativos, cujo objeto é a prestação de serviços a seus associados, lhe confere um tratamento tributário diverso daquele recebido por uma sociedade comercial.

No afã de atender suas finalidades sociais, as cooperativas interagem tanto com seus associados como, também, com não-associados. Sempre que a atividade consistir, de alguma forma, uma prestação de serviço de representação dos associados, estará configurado um ato cooperativo:

A classificação das operações em atos cooperativos e não cooperativos, portanto, somente faz sentido em relação aos atos praticados pela sociedade cooperativa em seu próprio nome. Os primeiros (atos cooperativos) correspondem às atividades de prestação de serviços pela cooperativa aos seus associados. Os atos não cooperativos, por outro lado, são as operações mercantis efetuadas pela sociedade cooperativa, em seu próprio nome, por óbvio, e sem a participação dos cooperados<sup>2</sup>.  
(POLONIO, 2001, p.75-6)

Conforme a lei, os conceitos de lucro e prejuízo se aplicam, no caso das empresas cooperativas, apenas aos atos não cooperativos. No caso dos atos cooperativos, utiliza-se os conceitos de sobras e faltas, que, como as próprias palavras sugerem, são o resultado da diferença entre as retenções e contribuições dos associados e os custos e despesas que a sociedade realiza visando cumprir sua finalidade social.

Portanto, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) só incidem sobre os resultados oriundos dos atos não cooperativos, uma vez que os atos cooperativos não constituem operação mercantil.

Além destes, as cooperativas são contribuintes, como qualquer outra empresa, dos impostos e contribuições incidentes sobre o patrimônio (IPTU, ITR e IPVA), sobre operações e movimentação financeira (IOF e CPMF), sobre a intervenção no domínio econômico (CIDE-Combustíveis) e sobre a folha de pagamentos (INSS e Salário-Educação). Também devem recolher o ISS, quando da prestação de serviços a terceiros, o ICMS e o IPI, nos casos em que a cooperativa exercer atividade industrial. Finalmente, os atos não cooperativos estão sujeitos à tributação pelo PIS e pela COFINS, sendo que, no caso dos atos cooperativos, a lei exclui a maioria deles da base de cálculo destes tributos<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Como exemplos de ato não cooperativo podem ser citados a prestação de serviços a terceiros, a venda de produtos adquiridos pela empresa a terceiros e a alienação de bens do ativo imobilizado da sociedade.

<sup>3</sup> Ver Polonio (2001) para maiores detalhes quanto à incidência do PIS e da COFINS.

### 3. O COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, as primeiras experiências cooperativistas ocorreram nos estados do Sul, com a chegada de imigrantes europeus a partir da década de 1840.

Contudo, as primeiras cooperativas erigidas conforme os princípios de Rochdale só surgiriam na primeira década do século XX<sup>4</sup>. As cooperativas de crédito e de consumo, preponderantes nos primeiros anos, logo deram lugar, em termos de importância, às cooperativas agropecuárias.

Nas décadas seguintes, as empresas cooperativas se multiplicaram, espalhando-se por todo o território nacional. No bojo do processo de modernização da agricultura brasileira ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, atingiram seu apogeu, sob o amparo de uma agressiva política agrícola conduzida pelo Governo Federal.

Em 1971, com a promulgação da "Lei do Cooperativismo", foi instituído um conjunto de entidades representativas do sistema cooperativista nacional, capitaneado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e secundado, em cada unidade da Federação, por uma organização estadual<sup>5</sup>.

Depois de um período crítico, vivido nos anos 1980 e início dos 1990, principalmente no ramo agropecuário, o cooperativismo brasileiro parece estar vivendo um segundo auge. Isso é demonstrado pelas expressivas taxas de crescimento do número de cooperativas nos últimos anos, principalmente no meio urbano<sup>6</sup>.

De acordo com a OCB, o sistema cooperativista brasileiro era formado, ao final de 2002, por 7.549 cooperativas singulares, constituídas por mais de 5,2 milhões de associados. Destas, 3.155 (41,8%) estavam localizadas na Região Sudeste, 1.728 (22,9%), na Região Nordeste e 1.273 (16,9%), na Região Sul. Quanto aos cooperados, 61% viviam na Região Sudeste, 24% na Região Sul, enquanto os 15% restantes habitavam as demais regiões do país.

Dentre os 13 ramos de atuação definidos pela legislação brasileira, aquele composto pelas cooperativas de trabalho era o que reunia o maior número de empresas: 2.109 ou 27,9% do total. Em segundo lugar estava o ramo agropecuário, composto por 1.624 empresas (21,5% do total) e, em

---

<sup>4</sup> É impossível afirmar, com precisão, quando foi fundada a primeira cooperativa brasileira, em virtude da precariedade dos registros oficiais do período. Isso fica evidente quando se observa que quase todas as fontes consultadas durante a execução deste trabalho se referem a empresas distintas quando discorrem sobre a primeira cooperativa instalada no Brasil. Entretanto, todas as fontes apontam a Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova Petrópolis, fundada em 1902 no município de Nova Petrópolis - RS, como a mais antiga cooperativa em atividade no país.

<sup>5</sup> Na Região Sul do Brasil, este sistema é representado pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS) e pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). Entre as atribuições destas entidades, estão a promoção do fortalecimento do cooperativismo, o fomento e a orientação à criação de novas cooperativas, a prestação de assessoria técnica às cooperativas associadas, além da própria atividade de representação do sistema cooperativista junto à sociedade e às demais instituições.

<sup>6</sup> Entre 1990 e 2002, o número de cooperativas singulares no país cresceu 127%, com destaque para as cooperativas de trabalho, que apresentaram evolução de 235% no período.



terceiro, as cooperativas de crédito, que totalizavam 1.066 empresas (14,1%).

Quanto ao número de cooperados, a liderança era detida pelas cooperativas de consumo, seguidas pelas cooperativas de crédito e pelas agropecuárias que, por sua vez, eram responsáveis por mais de 60% dos postos de trabalho mantidos pelas cooperativas, como pode ser observado na Tabela 3.1.

**TABELA 3.1: NÚMERO DE COOPERATIVAS SINGULARES, DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – BRASIL – 2002**

<b>RAMO</b>	<b>Nº DE COOPERATIVAS</b>	<b>Nº DE COOPERADOS</b>	<b>Nº DE EMPREGADOS</b>
Agropecuário	1.624	865.494	105.597
Consumo	170	1.702.387	7.873
Crédito	1.066	1.127.955	21.157
Educacional	301	73.223	2.933
Especial	7	2.035	6
Habitacional	313	73.254	1.445
Infra-estrutura	184	567.394	5.410
Mineral	40	51.231	41
Produção	147	11.094	326
Saúde	880	384.215	19.152
Trabalho	2.109	356.089	5.514
Turismo e lazer	10	263	0
Transporte	698	44.010	1.941
<b>TOTAL</b>	<b>7.549</b>	<b>5.258.644</b>	<b>171.395</b>

Fonte: OCB

Além das cooperativas singulares, faziam parte do sistema cooperativista brasileiro, no ano de 2002, 81 cooperativas centrais, 76 federações e 13 confederações de cooperativas, conforme indicado na Tabela 3.2.

**TABELA 3.2: NÚMERO DE COOPERATIVAS, POR MODALIDADE – BRASIL – 2002**

<b>MODALIDADE</b>	<b>Nº DE COOPERATIVAS</b>
Cooperativas Singulares	7.549
Cooperativas Centrais	81
Federações	76
Confederações	13
<b>TOTAL</b>	<b>7.719</b>

Fonte: OCB

Segundo a OCB, a participação das cooperativas no Produto Interno Bruto (PIB) nacional atingiu 6% em 2002. Nesse mesmo ano, essas empresas realizaram exportações no valor de US\$ 1,1 bilhão, prestando, assim, grande contribuição para a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

### 3.1. O Cooperativismo na Região Sul

De acordo com dados publicados pela OCB, existiam na Região Sul, ao final de 2002, 1.273 cooperativas singulares, constituídas por 1,3 milhão de associados e responsáveis pela manutenção de 73,2 mil postos de trabalho. Dessas, 59,5% estavam sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, 25,1% no Estado de Santa Catarina e 15,4% no Estado do Paraná.

A distribuição dos cooperados da região seguia um padrão semelhante àquele apresentado pelas cooperativas, como pode ser observado na Tabela 3.3: 56,4% estavam vinculados a cooperativas gaúchas, 27,9% a cooperativas catarinenses e 15,7% a cooperativas paranaenses.

Em termos relativos, o grau de associativismo da população de Santa Catarina se assemelhava ao da população do Rio Grande do Sul: em ambos os estados, o número de pessoas associadas a cooperativas representavam 23,8% do número de chefes de domicílio apurados pelo Censo Demográfico de 2000, enquanto no Paraná aqueles representavam apenas 7,6% destes.

Contudo, as cooperativas do Paraná eram as que geravam o maior número de empregos: 43,8% dos postos de trabalho mantidos pelas cooperativas da Região Sul, enquanto as cooperativas gaúchas eram responsáveis por 42,4% e as catarinenses, por 13,8%.

**TABELA 3.3: NÚMERO DE COOPERATIVAS SINGULARES, DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – REGIÃO SUL – 2002**

<b>ESTADO</b>	<b>Nº DE COOPERATIVAS</b>	<b>Nº DE COOPERADOS</b>	<b>Nº DE EMPREGADOS</b>
Paraná	196	201.653	32.039
Rio Grande do Sul	758	723.234	31.050
Santa Catarina	319	357.422	10.135
<b>TOTAL</b>	<b>1.273</b>	<b>1.282.309</b>	<b>73.224</b>

Fonte: OCB

Em 2001, as receitas brutas das cooperativas do Paraná e de Santa Catarina atingiram R\$ 8,0 bilhões e R\$ 3,4 bilhões, respectivamente, o que correspondeu a 10,3% e 8,0% do PIB destes estados. No Rio Grande do Sul, o faturamento das cooperativas alcançou R\$ 6,5 bilhões, o que representou 6,7% do PIB do estado naquele ano (INDUSTRIALIZAÇÃO..., 2002).

#### 4. O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

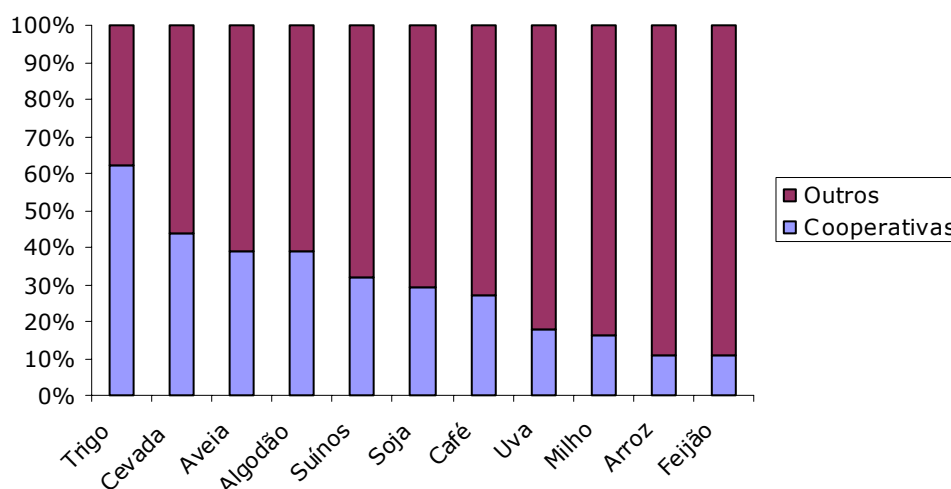
Embora não tenha sido o segmento pioneiro, o cooperativismo agropecuário foi aquele que mais se desenvolveu no Brasil.

Em conformidade com o próprio roteiro do desenvolvimento econômico brasileiro ao longo do séc. XX, as cooperativas agropecuárias floresceram, principalmente, nos estados do Sul e do Sudeste, evoluindo de forma concomitante à modernização tecnológica e à introdução de relações de trabalho capitalistas na agricultura nacional.

Enquanto no Nordeste ocorreu, em muitos casos, uma completa desvirtuação dos princípios de Rochdale, com as cooperativas agropecuárias sendo usadas como braço econômico das estruturas de poder local, na Região Sul o cooperativismo conseguiu se desenvolver de forma plena, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da distribuição de renda local.

Atualmente, as cooperativas são responsáveis pela comercialização, beneficiamento e industrialização de uma parte significativa da produção agrícola nacional, como mostra a Figura 4.1:

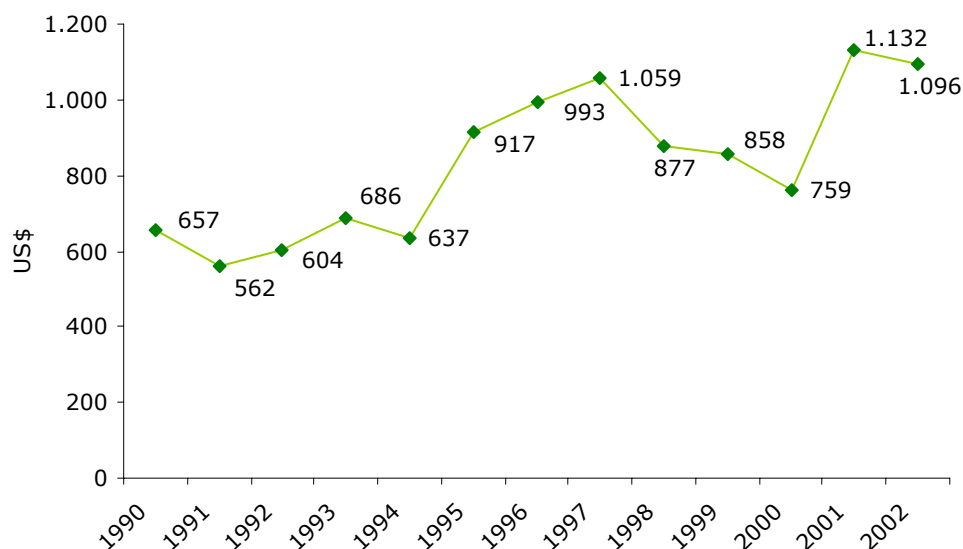
**FIGURA 4.1: PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO RECEBIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL – 2000**



Fonte: UNIRCOOP (2003, p.25).

De acordo com Menegário (2000, p.38), em 1995, as cooperativas agropecuárias detinham 28% da capacidade estática de armazenamento de grãos do país e eram responsáveis por 11,4% das exportações brasileiras de café, 38,2% das de açúcar e 36,7% daquelas referentes ao complexo soja. Entre 1990 e 2002, as exportações realizadas pelas cooperativas brasileiras saltaram de US\$ 657 milhões para US\$ 1.096 milhões, o que representa um aumento de 66,8%.

**FIGURA 4.2: EXPORTAÇÕES DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1990/2002**  
Em US\$ Milhão (FOB)



Fonte: UNIRCOOP e OCB.

#### **4.1. O Cooperativismo Agropecuário na Região Sul**

Dentre os vários ramos do cooperativismo, o agropecuário foi, sem dúvida, o que mais se desenvolveu na Região Sul do Brasil.

De acordo com a publicação "Melhores e Maiores 2002" da Revista Exame, das 50 maiores empresas de capital nacional sediadas na Região Sul, 10 são cooperativas de produtores agropecuários. Destas, sete estão localizadas no Paraná, duas em Santa Catarina e uma no Rio Grande do Sul. Em 2001, as receitas brutas somadas dessas empresas totalizaram US\$ 2,49 bilhões.

Cerca de 62% da soja, 68% do trigo, 70% do algodão e do leite e 39% do milho produzido pelos agricultores paranaenses em 2001 foram entregues às suas cooperativas (OCEPAR, 2002). No Rio Grande do Sul, as cooperativas respondem por cerca de um terço da comercialização do arroz, 80% do leite e 90% do trigo. Em Santa Catarina, as cooperativas possuem papel relevante no recebimento da soja (46% do total), do milho (20%) e de suínos (21%) (LINDNER, 1998).

Como pode ser observado na Tabela 4.1, o Rio Grande do Sul concentrava 56,6% das cooperativas agropecuárias da Região Sul, estando as demais distribuídas entre os estados de Santa Catarina (21,0%) e do Paraná (22,4%).

Quanto aos cooperados, 54,1% estavam filiados a cooperativas gaúchas, 16,3% encontravam-se ligados a cooperativas catarinenses e os demais 29,6%, às cooperativas paranaenses.

As cooperativas agropecuárias do Paraná eram as que mais geravam empregos dentre aquelas instaladas na Região Sul. Dos 61,5 mil postos de trabalho mantidos por estas empresas, as cooperativas paranaenses

detinham 48,7%, enquanto as gaúchas eram responsáveis por 31,7% e as catarinenses, por 19,6%.

**TABELA 4.1: NÚMERO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, DE COOPERADOS E DE EMPREGADOS – REGIÃO SUL**

<b>ESTADO</b>	<b>Nº DE COOPERATIVAS</b>	<b>Nº DE COOPERADOS</b>	<b>Nº DE EMPREGADOS</b>
Paraná *	64	87.384	29.951
Rio Grande do Sul **	162	160.040	19.498
Santa Catarina ***	60	48.200	12.015
<b>TOTAL</b>	<b>286</b>	<b>295.624</b>	<b>61.464</b>

*Fonte: OCEPAR (2002), OCERGS (2001), OCESC.*

*\* dez/2001; \*\* mar/2001; \*\*\* dez/2002.*

Essa marcante diferença entre a distribuição dos cooperados e a dos empregados nos três estados sulinos é explicada pelo porte das empresas do ramo agropecuário do Estado do Paraná que, de um modo geral, se encontram num estágio de industrialização bem mais avançado do que as cooperativas agropecuárias gaúchas e catarinenses.

## **5. HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO SUL DO BRASIL**

### **5.1. *Surgimento e Consolidação do Sistema Cooperativista no Meio Rural***

A evolução do cooperativismo agropecuário brasileiro foi profundamente influenciada pelas diferentes diretrizes de política econômica adotadas pelos governos ao longo do séc. XX.

O cooperativismo agropecuário despontou no país nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930)<sup>7</sup>. A doutrina do liberalismo econômico encontrava, então, plena aceitação, recomendando aos países a exploração de suas vantagens comparativas. A economia brasileira seguia essa prescrição, especializando-se na produção e exportação de um único produto agrícola, o café<sup>8</sup>.

Essa primeira onda cooperativista no meio rural brasileiro teve como atores principais as famílias de imigrantes que vinham desembarcando no país desde as últimas décadas do séc. XIX. Embora a maioria dos imigrantes tenha se fixado nas regiões produtoras de café, muitos se encaminharam para os estados do sul, estabelecendo-se em pequenas propriedades agrícolas, cuja produção visava principalmente a subsistência familiar. Durante um longo período, as políticas governamentais negligenciaram essas massas de imigrantes, que, na ausência do Estado, tiveram de buscar soluções próprias para os seus problemas, o que se deu, em muitos casos, por meio da criação de cooperativas.

Nesse período, foram fundadas as primeiras cooperativas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como algumas cooperativas vinícolas na região de colonização italiana. A partir da década de 1920, até meados do século, as cooperativas de erva-mate e de madeira assumiram destaque na economia paranaense, enquanto no Rio Grande do Sul eram fundadas cooperativas de produtores de leite e de suínos e, também, de madeireiros. Contudo, o surgimento de muitas dessas cooperativas foi, mais do que o resultado de uma ação coletiva, o fruto do espírito empreendedor de alguns homens da época, o que fez com que a maioria daquelas empresas desaparecesse junto com seus mentores.

A segunda onda do cooperativismo agropecuário brasileiro teve início a partir do primeiro governo Vargas (1930-45). Sofrendo fortemente os impactos da crise mundial deflagrada em fins de 1929, o modelo primário-exportador da economia nacional passou, nesta época, a ser contestado com mais veemência por membros da elite, principalmente pelos industriais paulistas.

---

<sup>7</sup> De acordo com Schweinberger (2000), a primeira cooperativa agropecuária do país foi fundada em 1905, no município de Acurra - SC.

<sup>8</sup> No período inicial da Primeira República, a borracha teve um papel de destaque na pauta de exportações brasileira. Porém, no segundo decênio do séc. XX, sua participação no valor total das exportações já era pouco expressiva, decaindo ainda mais nas décadas seguintes.

A notável passividade que caracterizou boa parte da política econômica da Primeira República foi, então, deixada de lado, com o Estado passando a intervir maciçamente em variados campos da vida econômica nacional. Embora as políticas de manutenção do preço internacional do café tenham sido aprofundadas no período, a enorme escassez de divisas que caracterizou toda a década de 1930 acabou desencadeando, ainda que de forma não-sistemática, um processo de substituição de importações, principalmente no setor de bens de consumo não-duráveis. O Estado getulista também foi marcado por uma crescente regulamentação das relações econômicas, abrangendo desde as relações de trabalho até o cooperativismo. Em 1932, foi promulgada a primeira lei federal referente ao cooperativismo, o que serviu de impulso a um novo ciclo de criação de cooperativas:

A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos principais: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação.

(UNIRCOOP, 2003, p.6)

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, foram criadas diversas instituições públicas voltadas ao fomento da prática cooperativista, como a Caixa de Crédito Cooperativo, fundada em 1943. Além disso, as empresas cooperativas foram contempladas com uma série de benefícios de ordem fiscal.

Sob a influência desse ambiente político, econômico e institucional favorável ao associativismo, os produtores agropecuários abandonaram a desconfiança que nutriam em relação ao cooperativismo, resultado do fracasso de grande parte das empresas surgidas na primeira onda cooperativista. Novas cooperativas foram fundadas, estando, agora, ao amparo da lei.

No Rio Grande do Sul, as primeiras atividades atraídas por este ambiente pró-cooperativismo foram as vinícolas, ainda nos anos 1930. Posteriormente, surgiram cooperativas de madeireiros e de produtores de banha, de leite, de fumo e de cebola (SEIBEL, 1994). No Paraná, as cooperativas de mate continuaram a ser as mais representativas, chegando, inclusive, a se organizar em torno de uma federação, constituindo-se uma referência para todo o cooperativismo nacional da época. É também nesse período que surge, nas colônias de imigrantes instaladas no centro-sul paranaense, um novo grupo de cooperativas, voltado, principalmente, para a produção de laticínios (LIMA, 1974).

O período que se estende desde o aparecimento das primeiras cooperativas até meados da década de 1950 pode ser considerado como a "era romântica do cooperativismo". As cooperativas então existentes tinham como principal objetivo eliminar o intermediário da comercialização da produção agrícola dos cooperados. Uma parte significativa dessas cooperativas era mista, no sentido de que atuavam tanto na comercialização da produção agrícola dos associados como, também, na aquisição e repasse de insumos e bens de consumo para os cooperados

que, na maioria das vezes, não tinham acesso às casas comerciais dos centros urbanos. Também era pequena, ou mesmo inexistente, a preocupação com as economias de escala, o que é demonstrado pelo fato de que a maioria das cooperativas era pouco especializada, prontificando-se a receber e comercializar um sem-número de produtos agrícolas dos associados. Contudo, a partir de meados da década de 1950, esse "cooperativismo romântico" começa, rapidamente, a dar lugar a um novo cooperativismo, chamado, por muitos estudiosos do assunto, de "cooperativismo empresarial".

A partir do segundo governo Vargas (1950-54) e, principalmente, do governo Kubitschek (1955-60), o Estado brasileiro passou a moldar a sua atuação de acordo com um objetivo claramente industrializante. Foram estabelecidas áreas prioritárias de investimento, que contaram com amplo incentivo governamental, assim como foram definidos, ainda que de forma não-explicita, os setores nos quais as inversões deveriam ficar a cargo do Estado, do setor privado nacional e do capital estrangeiro.

Entre os vários entraves à superação do estágio de subsenvolvimento em que se encontrava a economia brasileira, o diagnóstico que deu origem ao Plano de Metas (1956-61) identificava o baixo nível de produtividade da agricultura nacional. Portanto, para que o objetivo de aprofundar o grau de industrialização do país fosse exequível, seria essencial a modernização da agricultura nacional, que ainda era conduzida segundo moldes tradicionais. Isso permitiria não apenas a liberação de mão-de-obra para as atividades urbanas, como também o barateamento dos alimentos, o que ajudaria a conter os custos de reprodução da força de trabalho. O aumento da produtividade no campo também tornaria a produção nacional mais competitiva internacionalmente, o que poderia contribuir para aumentar as exportações e diminuir as importações de alimentos e matérias-primas agrícolas, permitindo, assim, que as reservas internacionais fossem usadas na importação de bens de capital para equipar a indústria em processo de implantação.

A pretendida "Revolução Verde" acabou ocorrendo, de forma mais intensa, a partir da década de 1960, tendo como principais elementos, a difusão de relações de trabalho capitalistas no meio rural e a incorporação de insumos industriais à tecnologia de produção.

Buscando realizar seu objetivo de modernização da agricultura, o Estado reservou às cooperativas agropecuárias o papel de principal executor das políticas públicas voltadas ao setor rural. Conforme a percepção dos governantes da época, as cooperativas poderiam prestar grande contribuição à racionalização da produção agrícola brasileira, pois: "a) reduziriam os custos operacionais e os gastos de circulação e produção; b) facultariam a compra de grãos; c) oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologia avançada; d) garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura" (BENETTI, 1982 *apud* DUARTE, 1991).

O processo de modernização da agricultura visava, fundamentalmente, produzir produtos de exportação, substituir produtos de importação, como no caso do binômio trigo-soja, e produzir grandes volumes de alimentos e matérias-primas a preços baixos para o setor urbano, objetivando viabilizar o processo de industrialização do país.

Dentro desse processo, cabia às cooperativas cumprir determinadas funções, entre as quais era seu papel, de um lado, reunir



os produtores dispersos numa organização cooperativa para facilitar a difusão e a adoção de novas tecnologias, isto é, o uso de máquinas e insumos modernos, e, de outro, coletar a produção dispersa para a comercialização e industrialização.

(SCHWEINBERGER, 2000, p.107-8)

Se por um lado, o Estado via na organização cooperativa dos produtores o meio mais eficaz de agilizar o processo de modernização da agricultura, por outro lado, os agricultores ainda nutriam uma certa desconfiança em relação ao cooperativismo, em virtude de experiências mal-sucedidas ocorridas no passado. Logo, para contornar essas resistências, o Estado teve que encontrar formas de incentivar a associação dos produtores, dentre as quais duas se destacam: a criação de instituições públicas voltadas ao fomento do cooperativismo e o direcionamento do crédito agrícola oficial para as cooperativas.

O trigo sempre representou um item importante da pauta de importações brasileira. Em meados dos anos 1950, sua cotação internacional apresentou alta expressiva, o que contribuiu para pressionar, ainda mais, o já debilitado balanço de pagamentos do país. Tendo em vista este cenário, o governo Kubitschek traçou um plano para que o país alcançasse a auto-suficiência na produção de trigo. Sob a coordenação de órgãos públicos criados exclusivamente para o fomento da produção tritícola, foram liberados grandes volumes de crédito e de subsídios fiscais aos produtores de trigo. Contudo, o acesso do produtor a estes estímulos oficiais estava condicionado à sua filiação a alguma cooperativa (SCHNEIDER, 1991).

Assistiu-se, então, nos últimos anos da década de 1950, a um grande surto de criação de cooperativas tritícolas, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul e no oeste catarinense. Conforme Schweinberger (2000, p.107), apenas no ano de 1957 foram fundadas dez cooperativas tritícolas no Rio Grande do Sul.

Se a organização dos produtores em torno das cooperativas parecia vir ao encontro dos objetivos de modernização da agricultura do Estado brasileiro, também revelou-se conveniente para os pequenos produtores, que formavam a grande maioria dos associados dessas empresas, pois, desta forma, asseguravam não apenas o acesso ao crédito oficial, como, também, a comercialização de sua produção. Assim, a pequena propriedade passou por uma grande transformação, com a policultura de subsistência sendo rapidamente vertida numa monocultura de grãos, conduzida sob a intensa utilização de insumos industriais e a assistência técnica das cooperativas.

Ao mesmo tempo em que procedia a política de incentivo à produção de trigo, o Estado brasileiro estimulou a organização dos cafeicultores em cooperativas, como forma de atenuar o impacto negativo trazido pelo excesso de oferta mundial de café sobre as finanças externas do país.

Até 1957, o cooperativismo havia tido pouca penetração na economia cafeeira, em virtude, principalmente, dos elevados ganhos que os produtores alcançavam agindo individualmente (LIMA, 1974). Contudo, a partir daquele ano, o café brasileiro começou a encontrar dificuldades de colocação nos mercados externos, não apenas por causa da produção exagerada, como, também, pela qualidade inferior de uma parte dos cafés

produzidos no país. Atento a isso, o Instituto Brasileiro do Café adotou uma política de incentivo à produção de cafés de alta qualidade e de estímulo ao cooperativismo. Assim como no caso do trigo, o governo ofereceu toda uma gama de incentivos aos cafeicultores vinculados às cooperativas, de modo que surgiu, “em menos de cinco anos, toda uma estrutura cooperativista para o setor, com dezenas de cooperativas singulares, centrais e uma federação com área de atuação abrangendo nada menos que nove estados” (LIMA, 1974, p.57). Na Região Sul, este surto cooperativista atingiu, preponderantemente, a região Norte do Paraná.

A expansão do cooperativismo entre os produtores de trigo e de café em fins dos anos 1950 e começo dos 1960, inaugura uma fase em que o Sistema Cooperativista passa a apresentar uma extrema dependência em relação às políticas do Estado. Na opinião de vários estudiosos do assunto<sup>9</sup>, esse novo cooperativismo foi implantado “de cima para baixo”, conforme um conceito de associativismo considerado ideal pelo Estado. As antigas formas de organização dos produtores rurais, incluindo as cooperativas mistas fundadas na primeira metade do séc. XX, não se adequavam à esta concepção emanada pelo Estado, uma vez que não possuíam estrutura organizacional e eram inexpressivas economicamente. Para estarem aptas a competir nos mercados interno e externo com as grandes empresas capitalistas do setor agroindustrial, as cooperativas necessitariam de uma estrutura totalmente distinta, devendo se organizar como uma verdadeira empresa moderna, capaz de explorar eficientemente as economias de escala e de escopo. Seibel (1994) atribui ao governo Castelo Branco (1964-67) a adoção de um conjunto de medidas que acabaram por sufocar as cooperativas mistas, levando-as à fusão ou à incorporação pelas “novas” cooperativas, erigidas sob a forma empresarial. “Esse processo de fusão reduziu a quantidade de cooperativas, promoveu seu agigantamento organizacional e expandiu seu espaço de atuação” (SEIBEL, 1994, p. 39-40).

O movimento de expansão do cooperativismo agropecuário foi decisivamente influenciado pelas reformas estruturais realizadas pelo governo Castelo Branco a partir de 1965. Neste ano, foi criado, através da Lei 4.829, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), tendo como objetivos explícitos: “a) financiar parcela do capital de giro à produção e comercialização de produtos agrícolas; b) estimular a formação de capital; c) acelerar a adoção de tecnologia moderna e; d) beneficiar especialmente pequenos e médios produtores” (COELHO, 2001, p.21). Ainda em 1965, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), em vigor desde os anos 1940, foi reformulada, passando a ser, nos anos seguintes, a principal fonte de recursos para a comercialização da produção agrícola brasileira. De acordo com Coelho (2001, p.23),

A lógica do sistema era evidente. O crédito de investimento seria o principal mecanismo de estímulo ao processo de adoção das novas tecnologias capital-intensivas, como mecanização, correção do solo e irrigação. O crédito de custeio permitiria a compra de insumos modernos como fertilizantes químicos, sementes melhoradas e o crédito de comercialização forneceria a oportunidade de transportar o produto no tempo, evitando-se assim a concentração da oferta na época da safra.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Pinho (1974).

A partir de meados da década de 1960, o aparecimento da soja como um promissor produto de exportação brasileiro concedeu um novo impulso ao cooperativismo agropecuário do país e, especialmente, da Região Sul. Voltada primordialmente ao mercado externo, a cultura da soja passou, rapidamente, a ser incorporada pelos produtores de trigo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, pelas cooperativas às quais estavam filiados.

Por sua vez, no Paraná, a soja deu origem a um novo surto de criação de cooperativas nas áreas de ocupação mais recente – oeste e sudoeste do estado – cuja colonização foi feita por agricultores de ascendência alemã e italiana, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Instalados em pequenas propriedades rurais, e ignorados pelo poder público, estes agricultores dedicavam-se, inicialmente, à produção de cereais e à criação de suínos (LIMA, 1974). Contudo, a partir de 1969, sob o incentivo dos elevados preços internacionais e das políticas governamentais voltadas à exploração do produto, expandiu-se a plantação de soja no estado. Esse movimento foi acompanhado pela formação de novas cooperativas, em virtude da generalizada carência de infra-estrutura para armazenamento e beneficiamento da produção e da necessidade do fornecimento de insumos e de assistência técnica aos produtores (LIMA, 1974).

Ainda em 1969, as três principais entidades relacionadas ao cooperativismo no Estado do Paraná na época – quais sejam, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) – implantaram um projeto pioneiro no país, “com o objetivo de disciplinar e estabelecer um zoneamento cooperativista para a região” (LIMA, 1974, p.64). Desta forma, evitar-se-ia a existência de um número excessivo de cooperativas agropecuárias no estado, concorrendo entre si não apenas por mercados mas, também, por associados. O referido projeto acabou sendo desenvolvido em três etapas, abrangendo regiões diferentes do estado. O Projeto Iguazu de Cooperativismo foi o primeiro a tomar corpo, no ano de 1971, contemplando a reorganização do sistema nas regiões Oeste e Sudoeste do estado. Na seqüência, foram implantados o Projeto Norte de Cooperativismo, em 1974, e o Projeto Sul de Cooperativismo, voltado à região centro-sul do estado, iniciado em 1976.

A partir de meados da década de 1960 e, principalmente, ao longo dos anos 1970, a inserção das cooperativas agropecuárias na atividade econômica nacional sofreu uma profunda transformação. Embaladas pelo *boom* da soja no mercado internacional no início dos anos 1970, as cooperativas diversificaram suas estratégias de crescimento que, até então, estavam circunscritas à expansão horizontal, via aumento do número de sócios e/ou da produção recebida. Conforme Benetti (1985, p. 255),

(...) algumas cooperativas vinculadas à agricultura de exportação do extremo sul do país apresentaram um crescimento e uma modernização consideráveis na década de 60, a ponto de evoluírem de estruturas produtivas similares à de pequenos armazéns, ou depósitos de grãos, para formas empresariais complexas, correspondentes às das modernas empresas de negócios contemporâneas. É muito importante

referir que tal processo ocorreu em pouco mais de uma década. Durante esse período, elas apresentaram duas estruturas bem características: a de uma empresa comercial e a de um complexo agroindustrial.

De fato, enquanto uma parte das cooperativas agropecuárias manteve seu ramo de atuação circunscrito às atividades comerciais, outras adentraram a esfera industrial, construindo grandes unidades de produção de insumos agrícolas e de beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários. Em alguns casos, a diversificação de atividades atingiu áreas pouco afeitas à noção tradicional de cooperativa agropecuária, como a corretagem de câmbio e de seguros (BENETTI, 1985). Além disso, as cooperativas ampliaram a área de captação de associados, muitas vezes buscando-os em outros estados.

Este crescimento vertical das cooperativas – tanto a jusante quanto a montante – foi decisivamente influenciado pelas medidas governamentais voltadas ao setor agropecuário, uma vez que o Governo Revolucionário atribuía à agricultura um papel destacado não apenas na busca do equilíbrio externo, como, também, no combate à inflação. Com isso, durante toda a década de 1970, houve uma ampla oferta de crédito ao setor agropecuário, sendo mantido um tratamento preferencial às cooperativas industrializadas. Durante todo o período, os empréstimos foram realizados a juros reais negativos, configurando um importante mecanismo de redistribuição de renda em favor dos produtores rurais.

O resultado deste processo foi o surgimento de um conjunto de cooperativas bastante verticalizadas, contando, porém, com enorme capacidade instalada ociosa. De acordo com Schneider (1991, p.243-4), “o estímulo oficial às exportações e à agroindústria vinculada ao setor externo levou a que as cooperativas, da mesma forma que o setor não cooperativista, implantassem instalações industriais quase duas vezes superiores ao do abastecimento regular de matéria-prima”.

Outro aspecto relevante da evolução do sistema cooperativista agropecuário da Região Sul foi a conformação de cooperativas de segundo grau ao longo das décadas de 1960 e 1970. As cooperativas centrais, que em 1983 somavam 12 empresas na Região Sul, foram criadas com a finalidade de capturar economias de escala e de escopo, muitas vezes beneficiando e industrializando produtos que não faziam parte do cardápio das respectivas cooperativas singulares<sup>10</sup>. No Rio Grande do Sul, as cooperativas singulares também se organizaram em torno de federações, cuja função primordial era a de representar politicamente o setor<sup>11</sup>.

Sob o estímulo da agressiva política agrícola adotada a partir de 1965, o país colheu um expressivo aumento da produção de grãos, que passou de 25,1 milhões de toneladas na safra 1964/65 para 52,2 milhões na safra 1979/80. No caso da soja, o ritmo de crescimento foi espetacular: passou-se de uma produção de 1,5 milhão de toneladas na safra 1969/70 para uma colheita de 15,2 milhões de toneladas na safra de 1979/80. Na

<sup>10</sup> Um exemplo disso foi a criação da FECOTRIGO/CENTRALSUL, cooperativa de segundo grau criada pelas cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul para operar, prioritariamente, no mercado de laticínios.

<sup>11</sup> As cooperativas singulares do Rio Grande do Sul eram politicamente representadas, até 1997, pelas seguintes federações: FECOTRIGO, FEARROZ, FECOLÃ, FECOCARNE e FECOVINHO. Naquele ano, as federações citadas se fundiram, dando origem à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAGRO/RS).

Região Sul, a produção de grãos passou de 16,2 milhões de toneladas na safra 1965/66 para 29,6 milhões na safra 1979/80 (COELHO, 2001).

O país logrou, também, diversificar a sua pauta de exportações agrícolas: o café e o açúcar, que em 1965 representavam 99% das exportações agrícolas brasileiras, em 1980 responderam por apenas 39% dessas, enquanto o complexo soja foi responsável por 22% das exportações agrícolas desse mesmo ano (COELHO, 2001).

## **5.2. Anos 1980 e 1990: Crises e Reestruturações**

A evolução do cooperativismo agropecuário brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970 teria sido completamente diferente na ausência do forte amparo fornecido pelo Estado ao setor. Na opinião de Schneider (1991), sem o apoio legal, técnico e financeiro do Estado, principalmente no período de implantação das cooperativas, o seu surgimento não teria sido possível.

Contudo, ao conceder benefícios excessivos ao setor, o Estado incentivou a consolidação de um "movimento cooperativista passivo, que reage apenas aos estímulos de um modelo econômico determinado pelo Estado" (UNIRCOOP, 2003, p.15). Ao arbitrar as taxas de lucro das cooperativas, através de isenções fiscais e crédito subsidiado, entre outros, o Estado reduziu a iniciativa de dirigentes e cooperados, assim como distorceu os preços relativos que vigoravam no mercado. Com isso, estimulou a implantação e a manutenção de cooperativas incapazes de sobreviver sem o amparo governamental, assim como incentivou investimentos inviáveis sob a ótica estritamente econômica.

A tutela exercida pelo Estado tendia a se reproduzir no interior das cooperativas, que muitas vezes pareciam se comportar mais como uma entidade beneficente do que como uma organização econômica. Este paternalismo exercido pelos gestores das cooperativas é sempre apontado, tanto pelos estudiosos do assunto, como pelos próprios dirigentes das empresas, como um dos responsáveis pela fragilidade financeira crônica das cooperativas, tendo contribuído, inclusive, para a derrocada de várias empresas, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, liquidada em 1994. Esse paternalismo se manifestava, por exemplo, através da cobrança pela prestação de serviços em valores inferiores ao necessário para cobrir os custos de realização dos mesmos e da concessão de crédito, pelas cooperativas, aos cooperados, a prazos e taxas de juros mais favoráveis do que aqueles impostos pelos bancos às cooperativas.

No início dos anos 1980, a súbita e drástica mudança do ambiente macroeconômico interno e externo, bem como as políticas adotadas pelo governo para se ajustar a essa nova conjuntura, trouxeram à tona as fragilidades estruturais das cooperativas agropecuárias brasileiras, levando-as rapidamente a uma crise sem precedentes.

Após vários anos apresentando uma extrema liquidez, o mercado financeiro internacional sofreu uma forte reversão no final dos anos 1970. Seguindo a resposta dada pela política monetária norte-americana às pressões inflacionárias advindas dos dois choques do petróleo (1973 e 1979), as taxas de juros internacionais subiram rapidamente, levando os

países muito endividados em moeda estrangeira, dentre os quais se encontrava o Brasil, a uma situação bastante delicada na virada da década de 1970 para a de 1980<sup>12</sup>.

Como resposta à conjuntura extremamente desfavorável, o governo brasileiro efetuou duas maxidesvalorizações da moeda nacional, em 1979 e 1983, no intuito de inibir as importações e incentivar as exportações. Sob a imposição do acordo realizado com o Fundo Monetário Internacional em fins de 1982, o governo alterou as diretrizes das políticas monetária e fiscal, que passaram a ser contracionistas, visando a redução do desequilíbrio externo.

Com isso, as políticas de desenvolvimento em vigor na década de 1970, apoiadas na ampla oferta de crédito oficial subsidiado e na concessão de incentivos fiscais, foram subitamente abortadas no começo dos anos 1980, haja visto a necessidade de ajustar as contas públicas para combater a inflação e o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Como a maior parte dos recursos usados no financiamento do setor primário provinha de fontes orçamentárias, a "falência" do Estado surtiu um efeito deletério sobre a agropecuária brasileira, uma vez que, da noite para o dia, o volume de crédito disponível sofreu expressiva redução, com as taxas de juros nominais elevando-se substancialmente após um longo período de taxas reais fortemente negativas. O aumento das taxas mensais de inflação contribuiu para a redução do volume de crédito disponível para o setor agropecuário, uma vez que a parcela dos depósitos à vista que os bancos obrigatoriamente deveriam direcionar aos financiamentos rurais, que representava outra importante fonte de recursos para a agricultura, sofreu uma redução considerável, em virtude da fuga dos depositantes para as aplicações financeiras remuneradas<sup>13</sup>.

A importância do SNCR para o crescimento da agropecuária e da agroindústria brasileira é demonstrada pelo fato de que o crédito rural equivalia a mais de 50% do PIB agrícola no final dos anos 1970, sendo que, no início dos anos 1960, o crédito rural cobria pouco mais de 15% da produção agrícola nacional (COELHO, 2001).

Como pode ser observado na Tabela 5.1, entre 1975 e 1982, o volume de recursos repassados à agropecuária através do crédito rural sofreu pouca variação, mantendo-se sempre acima dos US\$ 17,5 bilhões anuais. Esse período corresponde ao do rápido crescimento da produção de soja no território nacional, assim como da implantação do complexo de agroindustrialização desse produto. Porém, a partir de 1983, o crédito rural sofreu forte contração, atingindo US\$ 11,1 bilhões em 1983 e caindo para apenas US\$ 6,8 bilhões em 1984.

---

<sup>12</sup> Parte significativa da dívida externa brasileira havia sido contraída a taxas de juros flutuantes, o que significa que a escalada dos juros internacionais no início dos anos 1980 teve um impacto avassalador sobre o montante daquela dívida.

<sup>13</sup> Conforme a Lei que estabeleceu o SNCR, os bancos comerciais são obrigados a aplicar uma parte dos depósitos à vista em operações de crédito rural. Desde a implantação deste dispositivo, o percentual obrigatório sofreu várias alterações, variando entre 10% e 30% do total de depósitos à vista.

**TABELA 5.1: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL, POR MODALIDADE – 1966/1985**  
Em US\$ Milhão (US\$ de 1997)

<b>ANO</b>	<b>CUSTEIO</b>	<b>INVESTI- MENTO</b>	<b>COMERCI- LIZAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
1966	673,3	252,2	116,4	1.041,9
1967	861,0	267,1	181,1	1.309,2
1968	965,8	313,7	195,1	1.474,6
1969	1.732,7	460,6	1.160,1	3.353,4
1970	2.112,0	666,5	1.112,9	3.891,4
1971	2.446,8	910,6	1.272,9	4.630,3
1972	2.972,9	1.479,9	1.460,8	5.913,6
1973	4.706,9	2.028,7	2.144,2	8.879,8
1974	6.948,1	2.767,3	3.131,8	12.847,2
1975	8.481,9	4.357,8	4.718,3	17.558,0
1976	9.372,4	4.328,4	4.837,5	18.538,3
1977	9.751,6	3.692,3	5.026,1	18.470,0
1978	9.750,7	3.360,4	4.479,2	17.590,3
1979	12.253,0	3.606,9	4.581,9	20.441,8
1980	12.261,2	2.799,2	4.447,9	19.508,3
1981	11.841,2	2.318,6	4.817,7	18.977,5
1982	12.644,7	1.776,9	4.054,1	18.475,7
1983	7.250,2	1.604,8	2.260,3	11.115,3
1984	5.033,8	646,6	1.075,1	6.755,5
1985	6.100,6	800,5	1.438,4	8.339,5
<b>TOTAL</b>	<b>128.160,8</b>	<b>38.439,0</b>	<b>52.511,8</b>	<b>219.111,6</b>

Fonte: Coelho (2001, p.23).

Não bastasse essa grande redução na oferta de crédito, o volume de subsídios ao setor agropecuário também caiu na primeira metade da década de 1980, depois de ter crescido continuamente ao longo dos anos 1970, em virtude da queda nas taxas de juros reais causada pelo crescimento das taxas de inflação. A Tabela 5.2 mostra a taxa real de juros cobrada no crédito rural no período 1970-85<sup>14</sup>.

O cenário macroeconômico que se colocava para a agropecuária brasileira na primeira metade da década de 1980 era composto, portanto, pela retração econômica no plano interno, acompanhada de políticas de redução de subsídios e de contenção do crédito e, no *front* externo, pelo virtual desaparecimento de linhas de crédito privadas aos países em desenvolvimento, assim como pelas elevadas taxas de juros praticadas no mercado financeiro internacional.

Submetidas a esta nova realidade, várias cooperativas se defrontaram com crescentes dificuldades financeiras. Contudo, esse não foi um fenômeno aleatório, estando, na realidade, relacionado às estratégias de crescimento adotadas pelas cooperativas durante os anos 1970.

<sup>14</sup> Conforme Coelho (2001, p.24), entre 1970 e 1985, os subsídios embutidos no crédito agrícola somaram US\$ 31,5 bilhões, sendo que, 43,8% deste total foram concedidos nos anos de 1976, 1979 e 1980.

**TABELA 5.2: TAXA REAL DE JUROS DO CRÉDITO RURAL – 1970/1985**  
Em % ao ano

ANO	TAXA REAL DE JUROS
1970	-1,9
1971	-2,3
1972	-0,4
1973	-0,6
1974	-16,0
1975	-12,0
1976	-22,7
1977	-17,8
1978	-19,0
1979	-36,2
1980	-41,8
1981	-26,6
1982	-25,8
1983	-26,3
1984	0,9
1985	-1,8

Fonte: Caffagni (1995) apud Massuquetti (1998).

O rápido crescimento, ao longo dos anos 1970, dos ativos das cooperativas agropecuárias, deu-se sob o uso intensivo de capital de terceiros. Parte significativa deste capital de terceiros era composta por recursos onerosos, muitas vezes contratados no exterior a taxas de juros flutuantes. Logo, a brusca elevação das taxas de juros internas e externas, bem como as duas máximas valorizações cambiais ocorridas em 1979 e 1983 elevaram, sobremaneira, as despesas financeiras das cooperativas endividadas, levando várias delas à situação de insolvência.

A questão que se coloca é: Porque as cooperativas financiaram seu crescimento através de capitais de terceiros, ao invés de utilizar recursos próprios?

Primeiramente, é da natureza das cooperativas, devido não apenas à legislação pertinente mas, também, à própria doutrina cooperativista, a existência de sérios limites à autocapitalização. Não se deve esquecer que todo associado de cooperativa agropecuária é, acima de tudo, um produtor rural individual, cujos frutos de sua atividade principal são apropriados de forma privada. Consequentemente, existe um conflito de interesses entre a cooperativa, enquanto empresa, e seus donos, no que se refere à distribuição dos excedentes porque: a) as sobras são distribuídas de acordo com a contribuição de cada associado para o resultado da empresa, e não de acordo com a parcela do capital social detida por cada sócio; b) as sobras, uma vez retidas, passam a fazer parte do "capital da cooperativa", tornando-se indivisíveis, isto é, elas não valorizam as cotas-partes detidas pelos associados. Portanto, a própria doutrina cooperativista inibe a retenção das sobras, uma vez que os associados sempre preferirão apropriar-se privadamente destes recursos ao invés de contribuir para a capitalização da empresa, que não é refletida no valor das cotas-partes. A Lei do Cooperativismo reconhece este aspecto do cooperativismo ao determinar que 15% das sobras devem ser retidas pela empresa, sendo 10% correspondente ao Fundo de Reserva e 5% ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sob a hipótese implícita de que na



ausência destes fundos as sobras tenderiam a ser totalmente distribuídas. Pelo mesmo motivo, a hipótese de realização de aumentos de capital via subscrição de novas cotas-partes por parte dos associados parece pouco factível na medida em que o acesso aos bens e serviços prestados pela cooperativa, assim como as sobras, são independentes do número de cotas-partes detidos por cada associado.

Contudo, a noção de que as cooperativas não possuem condições de se autofinanciar foi contestada por Panzutti (1996). Este autor estudou a evolução de um grupo de cooperativas brasileiras a partir dos anos 1950 e chegou à conclusão de que a extensão da captação interna de recursos foi o elemento determinante da situação financeira das cooperativas nos anos 1980. Segundo Panzutti, as cooperativas do Paraná cresceram, ao longo dos anos 1970 e 1980, utilizando-se, prioritariamente, de recursos internos, através da retenção de sobras e do crescimento do número de associados<sup>15</sup>. Contrariamente, o crescimento das cooperativas gaúchas foi realizado às custas de um crescente endividamento, o que ajuda a explicar a severidade da crise vivida pelo cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul no início dos anos 1980.

Outro motivo, apontado por Benetti (1985), para o uso intenso de capitais de terceiros na expansão das cooperativas foi o caráter descontinuado do crescimento da produção de soja, que, a partir de 1971, tomou ares de surto. Isso exigiu grandes volumes de recursos para dar conta, num curto espaço de tempo, dos investimentos necessários em capacidade de estocagem e transporte. Segundo Benetti (1985, p.273), "muitos desses investimentos, como os relativos à estocagem e à construção de terminais, não devem ter obedecido a critérios de rentabilidade, considerados em si mesmos. Eles teriam sido realizados simplesmente com o objetivo de operacionalizar a atividade de comercialização de grãos". Como resultado, as contas patrimoniais dessas cooperativas cresceram tendo, de um lado, um ativo imobilizado constituído por capital de baixa rentabilidade e, de outro, um passivo representado por dívidas onerosas. Além das dificuldades de autocalcapitalização já citadas, outros fatores levaram muitas cooperativas a optar pelo recurso a capitais de terceiros: primeiramente, antes do *boom* da soja, muitas dessas empresas eram de pequeno porte, o que significa que sua capacidade de gerar excedentes era incompatível com o volume de investimentos almejados. Além disso, a maioria dos cooperados era formada por pequenos produtores, incapazes, portanto, de transferir recursos para as cooperativas. Portanto, diante do preço internacional da soja, que chegou a ultrapassar os mil dólares a tonelada em 1973, e da abundância de crédito oferecido a taxas de juros subsidiadas pelo SNCR, foi inevitável o agigantamento das cooperativas via endividamento.

Com a súbita mudança do cenário macroeconômico nacional e internacional, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, sobreveio a crise no cooperativismo agropecuário, sobretudo entre as cooperativas de maior porte. Estas, em razão de seu próprio tamanho, tiveram amplo acesso ao mercado financeiro internacional durante o período de alta liquidez que se

---

<sup>15</sup> De acordo com Ew (2001, p.60), "a Coamo adotou como estratégia de negócios, no período 1977-96, a retenção de 53% a 63% das sobras líquidas para o fundo de reserva, implicando redução da parcela distribuída aos associados, o que refletiu numa redução de 58% no quadro social uma vez que desestimulava a produção dos associados".

seguiu ao primeiro choque do petróleo (1973) e, com isso, contraíram volumosos passivos em moeda estrangeira. Consequentemente, foram fortemente afetadas pelas elevações nas taxas de juros internacionais e pelas duas máximas valorizações do cruzeiro, ocorridas em 1979 e 1983.

Conforme Benetti (1985), as grandes cooperativas gaúchas financiaram seu crescimento através de créditos de curto prazo, muitas vezes contratados no exterior. Alguns destes empréstimos foram contraídos exclusivamente para cobrir prejuízos oriundos de operações especulativas nas bolsas internacionais de grãos.

Para completar o calvário das cooperativas agropecuárias, a partir de 1981 os preços da soja entraram em declínio no mercado mundial, atingindo apenas US\$214 a tonelada em outubro de 1982, contribuindo, assim, para aumentar o hiato entre as receitas operacionais e as despesas financeiras.

Com isso, várias cooperativas ficaram insolventes, sendo que algumas delas entraram em processo de liquidação. De acordo com Benetti (1985), em 1982, o patrimônio líquido das grandes cooperativas gaúchas correspondia a apenas 20% de seus ativos totais, o que representava um grau de endividamento muito maior do que aquele verificado entre as cooperativas de pequeno e médio portes, assim como entre outras empresas atuantes no setor agropecuário<sup>16</sup>.

Cabe salientar que, além dos elementos estritamente econômicos, outros fatores foram apontados, à época, como causadores da crise que atingia o sistema cooperativista agropecuário. Em várias empresas, o princípio cooperativista do controle democrático sempre representou peça de ficção, na medida em que os dirigentes representavam uma "casta especial", totalmente alheia ao controle do corpo social. Com isso, ficou mais fácil ocorrerem gestões temerárias e irregulares, cometidas por administradores incompetentes e/ou corruptos.

A partir de 1985, a política agrícola sofreu grandes mudanças. Neste ano, foi incorporada aos contratos de crédito rural a correção monetária integral. Isso fez com que as taxas de juros reais dos empréstimos concedidos à agricultura e à agroindústria voltassem a ser positivas, após um longo período caracterizado por taxas reais negativas. Além disso, o volume de crédito oficial ofertado sofreu contração nos anos seguintes, principalmente o crédito de investimento e de comercialização.

Subjacente aos objetivos de redução do déficit público e de controle da inflação, a nova orientação da política agrícola concedeu papel de destaque à PGPM. Este instrumento de política agrícola, que já vinha sendo revitalizado desde 1981, quando os preços mínimos passaram a ser indexados, acabou se tornando o principal mecanismo de intervenção do governo no setor, atuando como redutor de riscos na comercialização de produtos agrícolas.

Em 1986, dentro de um conjunto de medidas visando unificar o orçamento da União e, desta forma, controlar o déficit público, foi incluída a extinção da Conta Movimento entre o Banco do Brasil e o Banco Central. Durante um longo período, o Governo Federal utilizou esta Conta

---

<sup>16</sup> Na Cotrijuí, que no final dos anos 1970 era a maior cooperativa do Rio Grande do Sul, a relação entre o ativo imobilizado e o patrimônio líquido era de 5 para 1 (BENETTI, 1985, p.261).

Movimento para expandir artificialmente seu orçamento e, desta forma, gerar recursos adicionais para financiar a agricultura. Logo, com a extinção da Conta Movimento, que era vista como um sério obstáculo ao objetivo de controlar a inflação pois expandia indefinidamente a base monetária, os recursos disponíveis para a agricultura secaram, trazendo à tona a questão da busca de novas modalidades não-inflacionárias de financiamento às atividades agrícolas. Nos anos seguintes, a política agrícola passou a ter como foco a equalização dos encargos financeiros nos financiamentos rurais contratados no mercado<sup>17</sup>.

Em 1986, entrou em vigor o primeiro de uma série de planos heterodoxos de combate à inflação, o Plano Cruzado. Entusiasticamente recebido pela população, em virtude, principalmente, do congelamento de preços e do aumento real dos salários, este plano desencadeou um forte crescimento do consumo nos meses seguintes à sua adoção, incentivando a realização de novos investimentos por parte dos agricultores e da agroindústria. Paralelamente, o volume de recursos do crédito agrícola elevou-se substancialmente – em virtude do aumento dos depósitos à vista causado pela remonetização da economia – o que, aliado às taxas de juros relativamente baixas em vigor na época da contratação, induziu os agricultores a se endividar. Contudo, já nos últimos meses de 1986, as taxas mensais de inflação voltaram a patamares elevados, as taxas de juros aumentaram, e as regras de atualização dos saldos devedores dos empréstimos agrícolas foram alteradas, fazendo com que os empréstimos contratados pelos agricultores para financiar aqueles investimentos se tornassem onerosos, enquanto os preços por eles recebidos por seus produtos encontravam-se deprimidos em razão da supersafra interna e da importação de alguns produtos. O resultado foi o crescimento acentuado do grau de endividamento do setor, fazendo com que as pressões pelo perdão das dívidas financeiras fossem atendidas no ano seguinte pelo Governo Federal.

No início de 1989, sob a vigência do Plano Verão, a agricultura foi novamente penalizada pois os preços dos produtos agrícolas ficaram congelados enquanto parte dos financiamentos agrícolas foi corrigida pela variação das Letras Financeiras do Tesouro Nacional<sup>18</sup> (SANTIAGO, 2000).

Nos anos 1990, a agricultura de um modo geral, e o setor cooperativista em particular, passaram por outra grande crise. Não bastasse o impacto exercido pela abertura comercial iniciada no começo da década, os planos de estabilização surtiram efeitos avassaladores sobre as finanças do campo.

Em fevereiro de 1990, foi lançado o Plano Collor, que, entre outras coisas, realizou o confisco dos ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas. Essa medida teve um efeito negativo imediato sobre a agricultura, na medida em que foi adotada durante a safra, deixando os agricultores sem recursos para realizar a colheita dos produtos. Contudo, a medida mais prejudicial ao agronegócio foi a correção monetária dos financiamentos rurais, no mês de abril, de acordo com o IPC de março (74,6%), enquanto os preços mínimos foram reajustados conforme a variação da BTN de março

<sup>17</sup> Como equalização entende-se a cobertura da diferença entre o custo de captação dos recursos no mercado e a taxa de juros vigente no SNCR.

<sup>18</sup> Os empréstimos que sofreram correção foram aqueles vinculados à caderneta de poupança rural.

(41,3%), o que levou muitos agricultores e cooperativas à insolvência. Sob a influência destas medidas, o PIB do setor primário caiu 4,4% em 1990.

Nos primeiros anos da década de 1990, os recursos alocados no crédito rural caíram substancialmente, seguindo a tendência verificada desde o começo do decênio anterior. Frente a essa escassez de recursos, várias cooperativas agropecuárias passaram a atuar como bancos, fornecendo o crédito que os agricultores e pecuaristas não conseguiam obter no mercado. Contudo, esta atuação das cooperativas adquiriu contornos distintos daqueles verificados nos anos 1970, quando as cooperativas eram meras repassadoras do crédito oficial. Nesta nova realidade, as cooperativas passaram a assumir riscos crescentes, uma vez que não contavam mais com os subsídios governamentais que amorteciam os possíveis prejuízos. As chamadas "operações troca-troca" foram o principal mecanismo adotado pelas cooperativas para financiar a produção de seus associados. Suas regras previam o adiantamento, por parte das cooperativas, de recursos (insumos) aos cooperados, sendo a dívida convertida em quantidades equivalentes de produto. Na época da colheita, o produtor deveria quitar a dívida entregando a quantidade de produto acordada à cooperativa. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para adquirir os insumos repassados aos associados, o faziam recorrendo a linhas bancárias de capital de giro. Com isso, a cooperativa acabava assumindo o risco de crédito do agente financeiro. Como muitos produtores rurais tornaram-se inadimplentes com suas cooperativas no período – deve-se recordar que o período foi marcado pela introdução de vários planos econômicos e pela grande instabilidade macroeconômica – várias cooperativas passaram por grandes dificuldades pois tiveram de rolar suas dívidas a taxas de juros cada vez mais elevadas (GONZALEZ e COSTA, 1998).

Em 1993, como resultado de fortes pressões dos produtores agropecuários e, particularmente, da bancada ruralista, foi instalada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura (CPMI). Dentre os vários pontos polêmicos levantados, mereceu destaque o já mencionado reajuste dos saldos devedores do crédito rural, em abril de 1990, em 74,6%, enquanto os preços mínimos foram elevados em apenas 41,3% neste mesmo mês. Embora o problema do endividamento agrícola não tenha sido sanado pela CPMI, ela colocou o tema sob os holofotes da imprensa e da opinião pública, sendo trazido novamente à ordem do dia dois anos depois, em decorrência dos impactos negativos exercidos pelo Plano Real sobre a agricultura brasileira.

Em 1994, a maior cooperativa do Brasil, a Cooperativa Agrícola de Cotia, teve iniciado seu processo de liquidação. Depois de alguns anos apresentando péssima situação financeira, a dívida bancária da empresa era estimada, à época, em R\$ 656 milhões, a maior parte contratada junto ao Banespa e ao Banco do Brasil (CALOTE..., 2000). Em virtude do porte da empresa e dos escândalos que cercaram o episódio, criou-se um clima de desconfiança em relação ao sistema cooperativo no meio bancário, dificultando, assim, o acesso ao crédito por parte das demais cooperativas.

Em julho de 1994, entrou em vigor o Plano Real. Extremamente bem-sucedido na persecução de seu objetivo principal, qual seja, o controle da inflação, que àquela altura adquiria contornos de hiperinflação, este plano

se apoiou, inicialmente, em uma taxa de câmbio fortemente valorizada e no aprofundamento da abertura comercial iniciada pelo Governo Collor. Devido, principalmente, ao forte aumento do consumo das famílias, o PIB evoluiu 5,85% neste ano, a maior taxa de crescimento verificada desde 1986. Incentivados pela explosão do consumo de alimentos nos meses seguintes à implantação do real, os agricultores e a agroindústria correram aos bancos em busca de empréstimos para ampliar a produção.

Em março de 1995, para se contrapor aos efeitos da crise mexicana sobre a economia brasileira, o governo elevou bruscamente as taxas de juros. Com isso, os encargos financeiros do crédito rural aumentaram sensivelmente, uma vez que estavam indexados à Taxa Referencial (TR)<sup>19</sup>.

Para complicar a sua situação, o setor agropecuário acabou se transformando na "âncora verde" do Plano Real, com os preços de vários produtos apresentando evolução muito inferior às taxas médias de inflação. A Tabela 5.3 demonstra a evolução dos preços pagos aos produtores de um conjunto de produtos agropecuários, tomando por base os preços vigentes em julho de 1994. Pode-se perceber que, na maior parte do período posterior à implantação do real, a variação dos preços do café, do frango, do leite, do trigo e dos suínos foi inferior à variação do Índice de Preços por Atacado – Oferta Global (IPA-OG). Os preços relativos do frango e do leite foram particularmente baixos até janeiro de 1999, quando foi abandonado o regime de bandas cambiais. Por sua vez, os preços relativos dos suínos apresentaram forte redução nos anos de 2001 e 2002.

**TABELA 5.3: VARIAÇÃO DOS PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES DE PRODUTOS SELECIONADOS E DO IPA-OG**  
Mês-base: Jul/1994

Mês	Produto								IPA-OG
	Arroz	Café	Frango	Leite	Milho	Soja	Suínos	Trigo	
dez/94	23,5%	<b>-23,9%</b>	17,9%	13,0%	18,2%	<b>0,0%</b>	36,7%	16,7%	9,0%
dez/95	<b>11,8%</b>	<b>-32,6%</b>	<b>-6,0%</b>	<b>13,0%</b>	18,2%	17,6%	<b>1,2%</b>	33,3%	16,3%
dez/96	35,3%	<b>-38,4%</b>	<b>3,6%</b>	<b>13,0%</b>	27,3%	52,9%	<b>14,3%</b>	<b>16,7%</b>	25,7%
dez/97	52,9%	<b>7,2%</b>	<b>0,0%</b>	<b>4,3%</b>	<b>27,3%</b>	70,6%	<b>22,5%</b>	<b>25,0%</b>	35,5%
dez/98	94,1%	<b>-16,7%</b>	<b>2,4%</b>	<b>4,3%</b>	36,4%	<b>29,4%</b>	<b>19,3%</b>	<b>25,0%</b>	37,5%
dez/99	<b>64,7%</b>	<b>13,0%</b>	<b>31,0%</b>	<b>26,1%</b>	100,0%	82,4%	<b>51,7%</b>	<b>66,7%</b>	77,2%
dez/00	<b>41,2%</b>	<b>-27,5%</b>	<b>32,1%</b>	<b>30,4%</b>	<b>63,6%</b>	<b>82,4%</b>	<b>62,7%</b>	<b>83,3%</b>	98,6%
dez/01	<b>111,8%</b>	<b>-42,8%</b>	<b>42,9%</b>	<b>26,1%</b>	<b>72,7%</b>	152,9%	<b>78,6%</b>	<b>116,7%</b>	122,2%
dez/02	205,9%	<b>-5,1%</b>	<b>97,6%</b>	<b>82,6%</b>	272,7%	335,3%	<b>85,6%</b>	325,0%	200,9%
jul/03	241,2%	<b>-6,5%</b>	<b>102,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>145,5%</b>	223,5%	<b>94,3%</b>	266,7%	208,2%

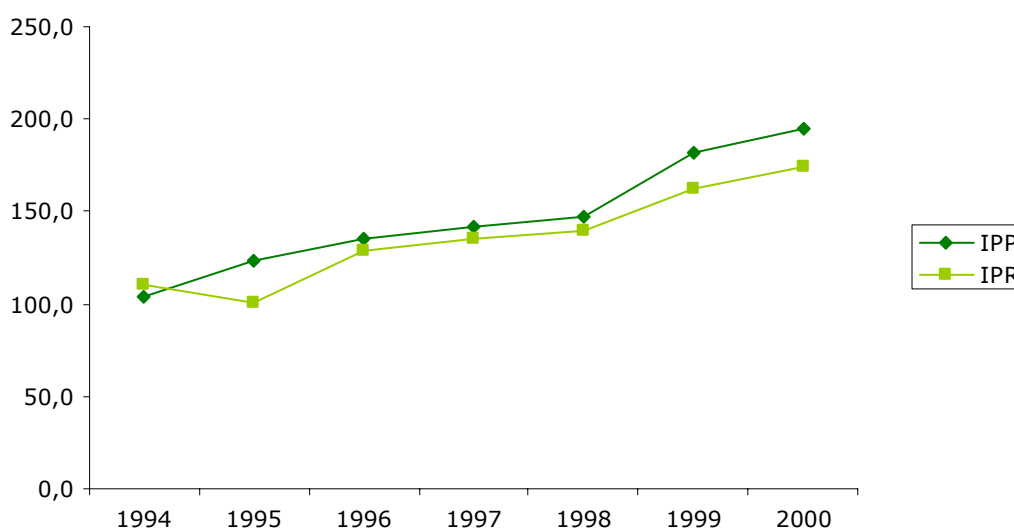
Fonte: FGV/Agroanalysis.

Os números em negrito demonstram variações inferiores à do IPA-OG.

O descolamento entre os preços dos produtos agropecuários e os dos demais bens e serviços no período pós-real é confirmado pelas Figuras 5.1, 5.2 e 5.3.

<sup>19</sup> A TR subiu de 1,85% ao mês, em fevereiro de 1995, para 3,47%, em abril do mesmo ano.

**FIGURA 5.1: ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) E ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) PELO PRODUTOR – PARANÁ – 1994/2000**  
Ago/1994 = 100

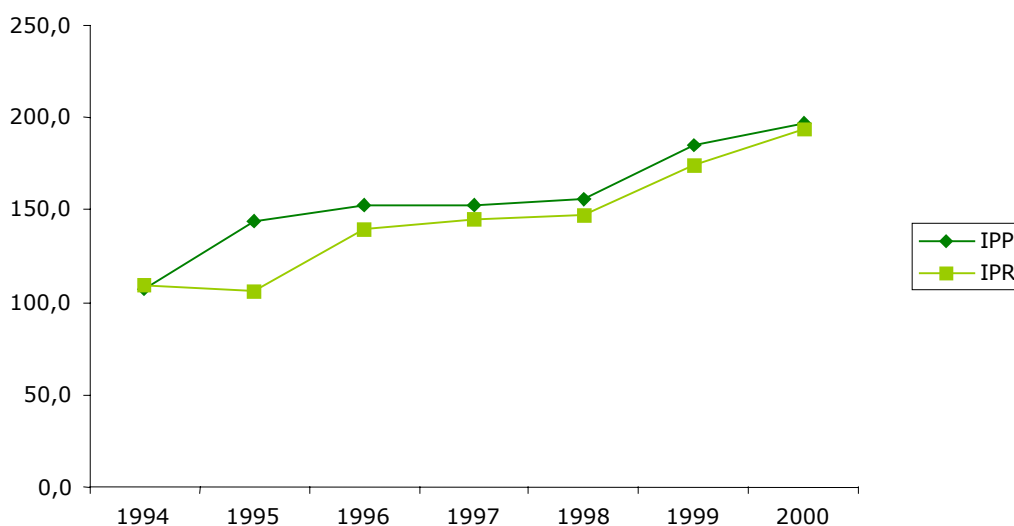


Fonte: FGV/Agroanalysis.

Obs: Os pontos do gráfico referem-se aos meses de outubro.

Como pode ser observado, nos três estados da Região Sul, o Índice de Preços Recebidos pelos agricultores (IPR) apresentou crescimento inferior ao do Índice de Preços Pagos pelos agricultores (IPP) entre outubro de 1994 e outubro de 2000.

**FIGURA 5.2: ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) E ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) PELO PRODUTOR, SANTA CATARINA – 1994/2000**  
Ago/1994 = 100

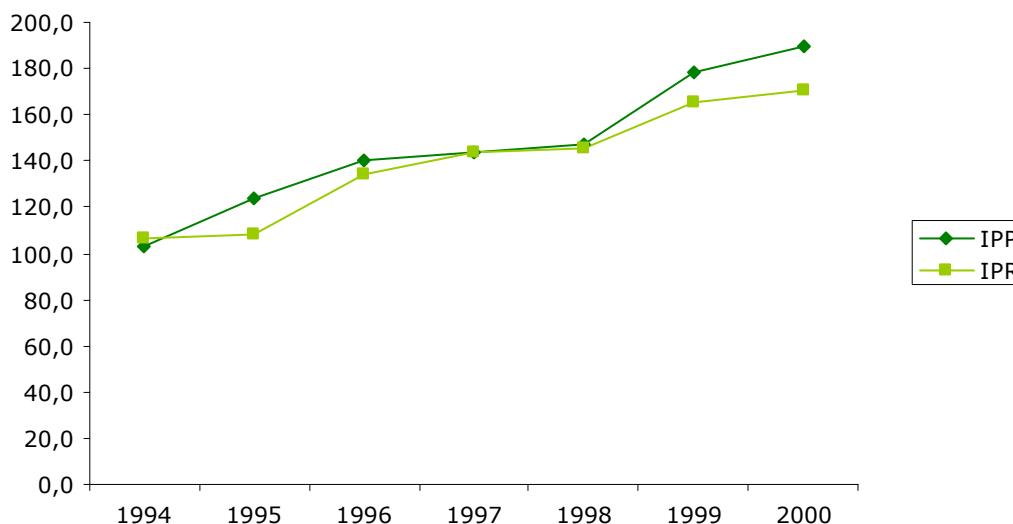


Fonte: FGV/Agroanalysis.

Obs: Os pontos do gráfico referem-se aos meses de outubro.

A diferença foi particularmente acentuada no ano de 1995, quando os termos de troca para os agricultores pioraram 27,5% no Paraná, 37,4% em Santa Catarina e 19,1% no Rio Grande do Sul.

**FIGURA 5.3: ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) E ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) PELO PRODUTOR, RIO GRANDE DO SUL – 1994/2000**  
Ago/1994 = 100



Fonte: FGV/Agroanalysis.

Obs: Os pontos do gráfico referem-se aos meses de outubro.

Os preços de vários produtos agrícolas foram afetados, também, pelo aprofundamento da abertura comercial no final de 1994 e pela política cambial adotada como instrumento de combate à inflação. Membros da equipe econômica do governo afirmavam que essas medidas seriam salutares à economia brasileira, pois forçariam os produtos brasileiros a competir com similares importados – o que, no longo prazo, levaria ao aumento da produtividade da agricultura e da indústria nacional, contribuindo, assim, para elevar o bem-estar da população. Alguns segmentos do agronegócio revelaram-se mais sensíveis à competição com produtos importados, como foi o caso do algodão, do trigo e dos produtos lácteos. A produção nacional de algodão, que atingira 1,36 milhão de toneladas na safra 1990/91, caiu para apenas 524 mil toneladas na safra 1996/97. No caso do trigo, o impacto foi ainda maior: a produção nacional passou de 6,13 milhões de toneladas na safra 1987/88 para apenas 1,52 milhões na safra 1994/95 (COELHO, 2001).

A competição com os produtos importados, muitas vezes subsidiados nos países de origem, fez com que as cooperativas muito dependentes dos produtos mais sensíveis enfrentassem dificuldades em obter resultados positivos. No setor de produtos lácteos, a concorrência tornou-se mais acirrada a partir da entrada de grandes empresas multinacionais no mercado interno, com destaque para a Parmalat. Com isso, a competição ultrapassou os limites do mercado de produtos, passando a ocorrer, também, na seleção e fidelização de produtores primários integrados.

Apesar da situação crítica pela qual passava a agricultura desde o começo da década, aprofundada após a implantação do Plano Real, o

Governo Federal agiu com bastante lentidão na busca de medidas que pudessem reverter tal situação. Foi somente no final de 1995, depois de um demorado e desgastante processo de negociação entre lideranças rurais e o Governo Federal, que foi implementada a proposta de renegociação das dívidas agrícolas, por meio da Lei 9.138.

Para elevar a aceitação dos bancos à medida proposta, definiu-se que as dívidas seriam securitizadas, sendo respaldadas por títulos públicos federais, o que significa que o Governo assumiria o risco de crédito do agente financeiro. No bojo da política federal de renegociação das dívidas agrícolas foram criados, a partir de 1995, três programas: a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP)<sup>20</sup>. De acordo com Coelho (2001),

A estratégia de reestruturação e recuperação do SNCR desenvolvida pelo novo Governo para solucionar os problemas do crédito rural foi baseado em três medidas: a) a securitização da dívida agrícola, destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento; b) desindexação dos encargos financeiros para torná-los compatíveis com os encargos cobrados em outros países e c) estimular os financiamentos privados para reduzir a dependência do sistema produtivo no crédito oficial, tornando-o mais seletivo.

(COELHO, 2001, p.43)

Depois de muitos anos convivendo com taxas de juros pós-fixadas, a agricultura brasileira foi agraciada com a desindexação do crédito agrícola de custeio e de comercialização na safra 1995/96, quando foi estabelecida uma taxa de juros nominal de 16% a.a.. Na safra seguinte, a taxa de juros caiu para 12% a.a., atingindo 8,75% na safra 1998/99, valor mantido desde então.

O mesmo ocorreu com o crédito para investimento a partir de 1996, quando a taxa de juros do recém-criado FINAME Agrícola Especial foi fixada em 16% a.a. (Resolução BACEN 2.314), chegando a 11,95% a.a. a partir de 30 de julho de 1998 (Resolução BACEN 2.528).

Em 1996, o agronegócio brasileiro foi beneficiado com a promulgação da chamada Lei Kandir, que desonerou do ICMS os produtos primários e semi-elaborados, aumentando, assim, sua competitividade no mercado internacional.

A partir da safra 1998/99, os Planos Agrícolas anuais instituíram uma série de linhas de crédito especiais voltadas ao financiamento de investimentos agropecuários e agroindustriais, com taxas de juros pré-fixadas. Os exemplos mais conhecidos são o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) e o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO).

Finalmente, no ano-safra 2002/03, foi criado o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), tendo por finalidade incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e da comercialização. A taxa

---

<sup>20</sup> Estes programas serão abordados de forma detalhada em outra seção.



de juros cobrada pelo PRODECOOP é de 10,75% a.a. e o prazo máximo de reembolso é de 12 anos, com até 3 anos de carência.

Com o retorno das taxas de juros pré-fixadas ao SNCR, a partir da safra 1995/96, verificou-se uma tendência de queda das taxas de juros reais, como pode ser visto na Tabela 5.4.

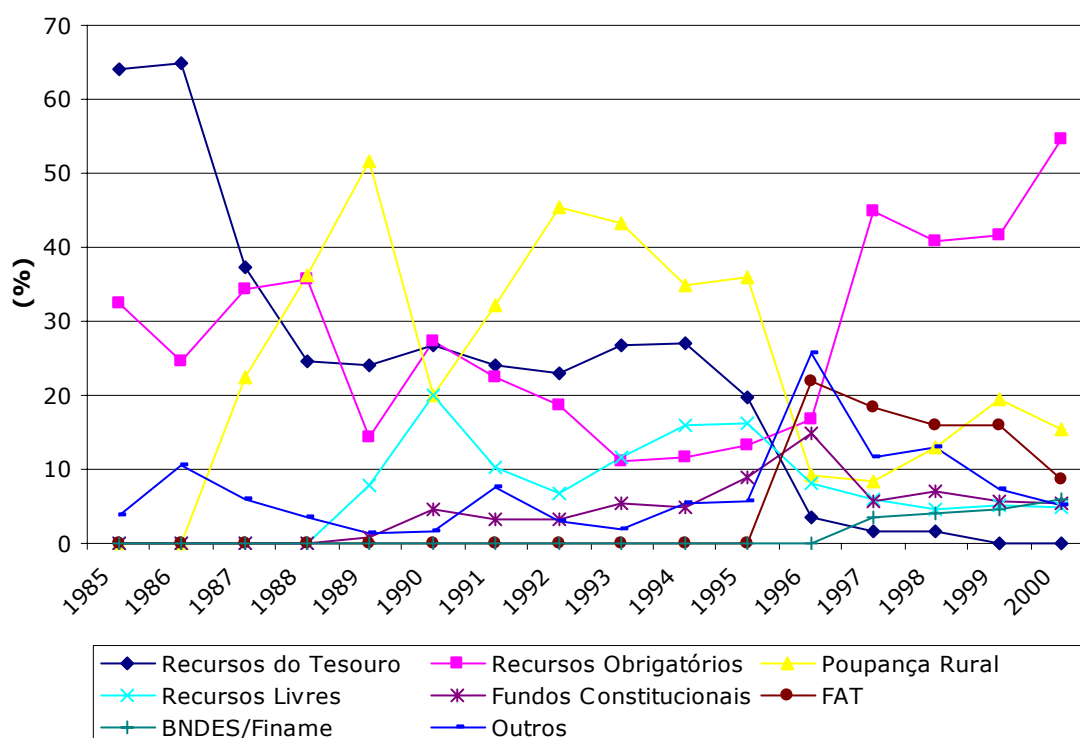
**TABELA 5.4: TAXA REAL DE JUROS DO CRÉDITO RURAL - 1995/2004**  
Em % ao ano

Período	Taxa de Juros	IGP-DI	Taxa Real de Juros
1995/96	16%	11,14%	4,38%
1996/97	12%	7,59%	4,09%
1997/98	9,50%	4,07%	5,22%
1998/99	8,75%	8,68%	0,06%
1999/2000	8,75%	14,10%	-4,69%
2000/01	8,75%	11,49%	-2,45%
2001/02	8,75%	9,70%	-0,87%
2002/03	8,75%	26,94%	-14,33%
2003/04	8,75%	-	-

Obs: A taxa de juros acima se refere aos créditos de custeio.

A outra característica marcante do SNCR no período posterior à introdução do Plano Real é a grande alteração nas fontes de recursos do sistema, com a redução dos aportes do Tesouro a valores desprezíveis e o aumento da importância dos recursos oriundos dos depósitos à vista no financiamento da agricultura nacional (recursos obrigatórios). Percebe-se, também, o crescimento da participação dos recursos do BNDES/Finame e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a forte queda dos recursos provenientes da caderneta de poupança rural, como mostra a Figura 5.4:

**FIGURA 5.4: CRÉDITO RURAL, POR FONTES DE RECURSOS - 1985/2000**



### **5.3. Os Programas de Renegociação das Dívidas Rurais: Securitização, PESA e RECOOP**

O Programa de Securitização da Dívida foi o primeiro a ser instituído, em outubro de 1996, tendo como alvo os débitos de agricultores e cooperativas inferiores a R\$ 200 mil. Estipulou-se que os prazos de pagamento seriam de 7 a 10 anos, com dois ou três de carência, e os juros seriam de 3% a.a., acrescidos da variação dos preços mínimos (equivalência em produto).

Em 1998 foi criado o PESA, cujo público-alvo era composto por produtores rurais e cooperativas com dívidas superiores a R\$ 200 mil. As condições originais do PESA, conforme o disposto na Resolução BACEN 2.471/98, envolviam o reembolso do principal em 20 anos e juros de 8% a.a., acrescidos da variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), no caso de débitos de até R\$ 500 mil. Para a parcela da dívida superior a R\$ 500 mil, e até o limite de R\$ 1 milhão, os encargos financeiros seriam compostos pela variação do IGP-M, acrescido de taxa efetiva de juros de 9% a.a.. E, no caso da parcela que excedesse R\$ 1 milhão, os encargos financeiros envolveriam juros de 10% a.a., mais a variação do IGP-M.

A partir de 31 de outubro de 2001, os encargos financeiros do PESA foram reduzidos para os mutuários adimplentes, com a entrada em vigor da Medida Provisória nº 9. Esta norma introduziu, para os pagamentos feitos com pontualidade, uma trava de 9,5% para a variação do IGP-M, além de reduzir os juros para 3% a.a., para as operações de até R\$ 500 mil, 4% a.a., para a parcela dos débitos superior a R\$ 500 mil e não superior a R\$ 1 milhão e, 5% a.a., para a parcela superior a R\$ 1 milhão<sup>21</sup>.

Em 25 de abril de 2002, entrou em vigor a Lei 10.437, que elevou o prazo de alongamento das dívidas repactuadas no âmbito da Securitização, estabelecendo-se o limite de 23 anos, a contar da data da promulgação da referida lei.

Os dois programas citados, quais sejam, a Securitização e o PESA, foram elaborados tomando como público-alvo a agricultura brasileira de um modo geral. De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Securitização beneficiou cerca de 168 mil produtores rurais, enquanto o PESA atingiu cerca de 60 mil contratos (CONGRESSO..., 2002; CARVALHO, 2003).

Os prazos de formalização dos contratos de ambos os programas foram prorrogados inúmeras vezes, assim como foram concedidos diversos benefícios aos mutuários inadimplentes. De acordo com a CNA, cerca de 17% dos contratos firmados no âmbito da Securitização e de 48% daqueles firmados no âmbito do PESA encontravam-se inadimplentes no final de 2002 e início de 2003 (MP..., 2002; CARVALHO, 2003). Em 31 de julho de 2003, foi editada a Resolução BACEN 3.114, que estabeleceu o chamado "PESINHA" – a renegociação das parcelas não-pagas das dívidas renegociadas no âmbito do PESA. Este normativo estendeu ao "PESINHA"

---

<sup>21</sup> Em abril de 2002, estabeleceu-se que a atualização do saldo do principal das dívidas alongadas pelo PESA deverão seguir a variação do IGP-M, respeitando-se o teto de 0,759% a.m. (LEI Nº 10.437).

os encargos financeiros praticados no PESA, concedendo um prazo de 13 anos para o reembolso dos recursos refinanciados<sup>22</sup>.

Embora a Securitização e o PESA tenham ajudado as cooperativas em dificuldades financeiras, a medida de maior impacto para o segmento foi a criação do RECOOP, voltado exclusivamente às cooperativas agropecuárias.

O RECOOP foi instituído em 3 de setembro de 1998, através da Medida Provisória nº 1.715 (MP 1.715/98), tendo como objetivo "reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento autosustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e da renda" (BIANCO *et alli*, p.789). A princípio, o Tesouro destinaria ao programa recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões, gerados através da emissão de títulos públicos.

Os prazos de amortização e os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos e refinanciamentos variariam de acordo com a destinação dada aos recursos. Foram concedidos prazos de até 15 anos e encargos financeiros de 4% a.a. mais a variação do IGP-DI para: cotas-partes e outras dívidas junto ao sistema financeiro, refinanciamento de dívidas com cooperados e outras oriundas de aquisição de insumos agropecuários e de tributos e encargos sociais, valores a receber de cooperados e investimentos e capital de giro associado. Para o capital de giro puro, foi concedido prazo de 2 anos e encargos financeiros de 8,75% a.a.. Por fim, foi ampliado de 7 para 10 anos o prazo da Securitização, mantendo-se os mesmos encargos originais (3% a.a. mais a variação dos preços mínimos). No caso de refinanciamento de dívidas, o prazo de carência seria de 2 anos para o principal e de 6 meses para os encargos; no caso de recursos para investimentos, o prazo de carência seria equivalente ao de maturação dos mesmos.

Para se beneficiar das medidas do RECOOP, cada cooperativa deve(ria) solicitar o seu enquadramento no Programa através de Carta-consulta e, se aceita, apresentar um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), previamente aprovado pela maioria (50% mais um) dos associados em assembléia geral, ao Comitê Executivo do RECOOP, contemplando os cinco projetos do Programa, quais sejam:

1. projeto de reestruturação e viabilidade técnica e econômico-financeira: implica o redimensionamento das atividades para o foco principal de atuação da cooperativa e desmobilizações de ativos não relacionados com o objeto principal da cooperativa;
2. projeto de capitalização: visa à alocação de recursos novos para redimensionamento das atividades;
3. projeto de profissionalização da gestão cooperativa: visa à adequação administrativa e operacional das cooperativas, dotando-as de uma estrutura profissional compatível com o mercado competitivo;
4. projeto de organização e profissionalização dos cooperados: visa à recuperação dos recebíveis dos cooperados inadimplentes e objetiva manter na cooperativa os produtores-associados dispostos a assumirem os compromissos necessários para o sucesso do Programa e dispostos a implantar novas tecnologias para incrementar sua produtividade;

---

<sup>22</sup> Esta norma abrigou apenas as renegociações realizadas pelos bancos federais.

5. projeto de monitoramento do Plano de Desenvolvimento Cooperativo: visa ao acompanhamento sistemático dos demais projetos através da adoção de mecanismos de acompanhamento econômico-financeiros das cooperativas agropecuárias.

(EW, 2001, p.54-55).

Além do PDC, a MP 1.715/98 também exigia que a cooperativa, para se tornar apta a se beneficiar do RECOOP, contratasse auditoria independente para emitir parecer sobre a procedência dos valores relacionados a dívidas existentes.

De acordo com a MP 1.715/98, o risco de crédito das operações RECOOP seria integralmente assumido pelas instituições financeiras, exceto no caso de refinanciamento de dívidas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo risco seria totalmente assumido pelo Tesouro Nacional. Contudo, a Medida Provisória nº 1.961-19, de 4 de fevereiro de 2000, abriu a possibilidade de assunção, por parte do Tesouro, de parte dos riscos das operações de financiamento de investimentos e de capital de giro sob a égide do RECOOP, até o montante de R\$ 300 milhões, sendo que a participação do Tesouro nas operações com classificação de risco "C" e "D" ficariam limitadas a 50% e 75%, respectivamente.

Em 31 de outubro de 2001, foi introduzido, através da Medida Provisória nº 9, um teto de 9,5% a.a. para a variação do IGP-DI nos contratos realizados no âmbito do RECOOP.

A partir de 26 de abril de 2002, os encargos financeiros incidentes sobre as operações RECOOP foram novamente alterados, pela Lei nº 10.437, com a imposição de uma taxa de juros fixa de 9,75% a.a.

Seguindo o cronograma estabelecido pelo RECOOP, seu Comitê Executivo – composto por representantes do governo e do cooperativismo – analisou 651 cartas-consulta entregues pelas cooperativas. Destas, 439 foram consideradas habilitadas a passar para a etapa seguinte, que envolveu a elaboração e a apresentação do PDC. Dos projetos analisados, pouco mais de uma centena não foram aprovados pelo Comitê Executivo, restando, ao fim do processo, 322 cooperativas aptas a contratar as operações de financiamento e refinanciamento do RECOOP (PAPEL..., 2001).

Contudo, a maior parte das instituições financeiras não se mostrou interessada pelo RECOOP, o que acabou restringindo a amplitude do programa. De acordo com reportagem da Revista A Granja, apenas 132 cooperativas conseguiram firmar contratos no âmbito do RECOOP, envolvendo recursos da ordem de R\$ 796 milhões, o que perfaz apenas 37,9% dos recursos disponibilizados originalmente pelo programa (O CAMPO..., 2003). De fato, reportagem da Revista Agroanalysis demonstra que, das 125 operações contratadas no âmbito do RECOOP até 19 de janeiro de 2001, 95 haviam sido realizadas pelo Banco do Brasil, 16 pelo BRDE e apenas 14 pelo restante das instituições financeiras. Em termos monetários, as contratações montavam na época a R\$ 497 milhões, dos quais R\$ 309 milhões haviam sido contratados pelo Banco do Brasil e R\$ 120 milhões pelo BRDE. Entretanto, mesmo o Banco do Brasil adotou uma postura conservadora, pois mais de dois terços dos recursos contratados por esta instituição foram destinados ao alongamento de dívidas. No caso dos bancos privados, 96,2% dos recursos contratados também foram

destinados ao alongamento de dívidas. A atuação do BRDE foi a que se revelou menos conservadora, uma vez que 45,5% das contratações realizadas até então envolveram recursos novos para as cooperativas (REVITALIZAÇÃO..., 2001).

De acordo com a mesma reportagem, das 108 cooperativas brasileiras que haviam se beneficiado do RECOOP, 64 estavam localizadas na Região Sul, sendo 24 no Paraná, 20 em Santa Catarina e 20 no Rio Grande do Sul.

## 6. PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO E DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

A atual conjuntura aponta um quadro bastante favorável ao agronegócio brasileiro.

Uma vez desamarrado o nó cambial que inibiu sua expansão no período 1994/2000, a agricultura brasileira vem batendo seguidos recordes nos últimos três anos, com a produção de grãos saltando de 83,0 milhões de toneladas na safra 1999/2000 para 122,4 milhões na safra 2002/03. Contribuiu, também, para este desempenho vigoroso, a renegociação das dívidas agrícolas e o congelamento da taxa de juros do crédito rural em 8,75% desde a safra 1998/99. A agricultura brasileira também foi beneficiada pela onda de valorização das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional a partir de 2001. Por fim, cabe ressaltar a adoção de uma política comercial mais agressiva nos últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, que permitiu às empresas brasileiras ampliar sua inserção no mercado externo.

### 6.1. *Conjuntura Política*

No campo político, vislumbra-se um horizonte bastante favorável ao agronegócio em geral e ao cooperativismo, em particular.

Durante a campanha eleitoral de 2002, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou, em várias ocasiões, o papel prioritário que seria concedido à agricultura em seu governo. Passado o pleito, esta preocupação foi reiterada, com a erradicação da fome sendo eleita a missão primordial a ser desempenhada pelo governo em seus quatro anos de mandato.

A indicação de Roberto Rodrigues, figura historicamente ligada ao cooperativismo, para o Ministério da Agricultura, foi mais uma demonstração de compromisso com a promoção da economia solidária e o fortalecimento da agricultura nacional.

No *front* externo, a postura do novo governo tem seguido o caminho iniciado nos últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, que visa incorporar temas caros aos países em desenvolvimento e, em particular, ao Brasil, na agenda de discussões dos grandes fóruns multilaterais. Entre estes temas, está a diminuição dos subsídios concedidos pelos países industrializados aos seus agricultores e a redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias que estes países impõem aos produtos agropecuários dos países em desenvolvimento.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), cujo cronograma oficial prevê a zeragem das tarifas de importação de pelo menos 85% dos produtos comercializados entre os países-membros a partir de janeiro de 2005, certamente trará mais oportunidades do que riscos para a agropecuária brasileira, principalmente naquelas cadeias produtivas nas quais o Brasil é altamente competitivo em relação aos demais países do Bloco, como é o caso do café, do complexo soja e do açúcar. Contudo, o governo norte-americano tem se esquivado das discussões sobre a abertura dos mercados agrícolas dos países-membros da ALCA, deslocando o tema

para as negociações mais amplas acerca da liberalização do comércio mundial conduzidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O apoio à agricultura e ao cooperativismo também tem sido a marca das políticas conduzidas pelos novos governantes dos três estados da Região Sul. Em julho de 2003, foi lançado o Programa de Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (Reestruturar/RS), que tem como objetivos "fortalecer e reorganizar a intercooperação entre os diversos segmentos do sistema e qualificar a gestão cooperativa, formando e capacitando cooperados e profissionais para o exercício qualificado de suas funções e atividades" (RIGOTTO..., 2003).

## **6.2. Conjuntura Macroeconômica**

De acordo com o Relatório de Mercado do Banco Central de 31 de outubro de 2003, o mercado financeiro espera uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 3,2% em 2004. Se confirmada essa expectativa, será a maior taxa de crescimento desde 2000, quando o PIB cresceu 4,36%. Todavia, projeções anuais de crescimento entre 3% e 4% têm se tornado corriqueiras nos últimos anos, sendo, quase sempre, revistas para baixo no decorrer dos meses. Além disso, a elevada taxa de desemprego e a perda de poder aquisitivo da população certamente criarão obstáculos para um crescimento mais vigoroso do consumo em 2004.

As projeções do mercado financeiro apontam uma pequena desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano em 2004, acompanhando o diferencial entre a taxa de inflação doméstica e as dos principais parceiros comerciais do Brasil. Contudo, se a taxa de câmbio nominal mantiver a trajetória de relativa estabilidade verificada desde maio de 2003, poderá afetar adversamente a Balança Comercial do país, tornando os produtos nacionais menos competitivos em relação aos produtos estrangeiros.

A política monetária deverá assumir uma trajetória expansionista ao longo de 2004, com as taxas de juros sendo reduzidas tanto em termos nominais, quanto em termos reais. Com a redução no custo do dinheiro, abre-se a possibilidade de incremento na relação crédito/PIB, que, no entanto, estará condicionada à disposição dos agentes econômicos em aumentar seu nível de endividamento.

A política fiscal deverá continuar restritiva, como sugerem as promessas feitas pelo Ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, de que o país perseguirá um superávit primário de 4,25% do PIB nos próximos anos. Há ainda a perspectiva de aprovação, nos próximos meses, da reforma tributária, cujo foco principal recai sobre a legislação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As principais alterações neste imposto, atualmente em discussão, referem-se à consolidação das leis estaduais em uma única legislação federal; a redução do número de alíquotas para, no máximo, cinco, sendo a mais baixa incidente sobre os produtos da cesta básica; e a gradual transferência da competência de tributar dos estados de origem das mercadorias para os estados de destino. Com essas mudanças, o Governo Federal espera simplificar a legislação do ICMS, aumentar sua eficiência e inibir a guerra fiscal entre os entes

federados. Outros dispositivos que, uma vez aprovados, deverão afetar as cooperativas agropecuárias são a transformação da COFINS, que hoje incide em cascata, em tributo sobre o valor adicionado; a alteração na contribuição previdenciária, que deixará de ser calculada sobre a folha de pagamentos, passando a incidir sobre o faturamento das empresas; a desoneração do IPI e do ICMS dos bens de capital; e a incidência da CPMF e da CIDE-Combustíveis sobre os produtos importados.

A política agrícola deverá seguir, nos próximos anos, a trajetória percorrida no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a diminuição dos aportes de recursos do Tesouro e o aumento da participação de instrumentos de mercado no financiamento do custeio, da comercialização e do investimento. O Plano Agrícola e Pecuário 2003/04 prevê a alocação de recursos da ordem de R\$32,5 bilhões ao crédito rural – um incremento nominal de 25,8% em relação ao valor programado para a safra 2002/03 – sendo que a maior parte deverá ser aplicada a taxas de juros pré-fixadas. Os programas de investimento agropecuário operados pelo BNDES foram reagrupados e contarão com recursos da ordem de R\$ 4 bilhões na safra 2003/04, um aumento de 41,3% em relação à safra anterior<sup>23</sup>.

### **6.3. Evolução Recente e Perspectivas do Agronegócio**

Depois de permanecer praticamente estagnada no período 1995/2000, a produção agropecuária brasileira deu um salto nos últimos dois anos. Com isso, a participação do setor primário no PIB subiu de 7,00% para 7,32% entre 2000 e 2002. Trajetória semelhante foi cumprida pelo conjunto do agronegócio – que inclui tanto os setores a montante quanto aqueles a jusante da agropecuária propriamente dita: depois de representar 30,07% do PIB em 1995, o produto do agronegócio caiu para 26,99% daquele em 2000, aumentando sua participação nos dois últimos anos. Em 2002, o PIB da agropecuária foi de cerca de R\$ 96,8 bilhões, enquanto o PIB do agronegócio atingiu R\$ 381,7 bilhões. Projeções da CNA e do CEPEA/USP indicam que o agronegócio nacional apresentará taxa de crescimento superior a 6% em 2003, sendo que o PIB do setor primário deverá crescer 9,4% em termos reais (PIB..., 2003).

---

<sup>23</sup> Estes programas são: MODERFROTA, MODERINFRA, PRODECOOP, MODERAGRO, PRODEFRUTA, PRODEAGRO, PROLEITE e PROPFLORA.



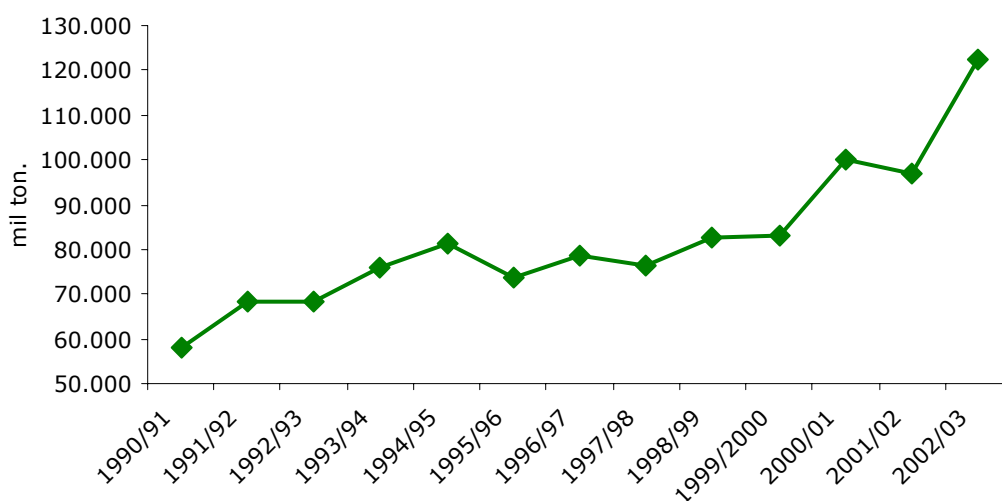
**TABELA 6.1: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO AGRONEGÓCIO E DA AGROPECUÁRIA – BRASIL – 1995/2002**  
Em R\$ Milhão (R\$ de 2002)

Ano	PIB	PIB Agronegócio		PIB Agropecuária	
	(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)
1995	1.149.537	345.666	30,07%	91.603	7,97%
1996	1.180.133	339.996	28,81%	87.593	7,42%
1997	1.218.761	336.987	27,65%	86.933	7,13%
1998	1.220.381	338.656	27,75%	90.175	7,39%
1999	1.229.916	344.868	28,04%	89.687	7,29%
2000	1.283.524	346.423	26,99%	89.859	7,00%
2001	1.301.705	352.241	27,06%	95.494	7,34%
2002	1.321.490	381.724	28,89%	96.791	7,32%

Fonte: IBGE, CNA e CEPEA-USP.

O excelente desempenho recente da agropecuária brasileira teve como carro-chefe a expansão da produção de grãos. Depois de ficar estagnada em torno de 80 milhões de toneladas entre 1994/95 e 1999/2000, a safra de grãos atingiu 100,3 milhões de toneladas na safra 2000/01. Na safra 2002/03, a CONAB projeta que o país irá colher cerca de 122,4 milhões de toneladas de grãos, o que representa um aumento de 26,5% em relação à safra anterior. Desse total, estima-se que a soja será responsável por 42,6%, o milho por 38,7%, cabendo às outras culturas os 18,7% restantes. Para a safra 2003/04, espera-se um crescimento modesto da produção de grãos, que deverá atingir 125 milhões de toneladas, depois do extraordinário crescimento verificado na safra 2002/03 (AGRICULTURA..., 2003).

**FIGURA 6.1: PRODUÇÃO DE GRÃOS – BRASIL – 1990/2003**  
Em Mil Toneladas



Fonte: CONAB.

Além do aumento na quantidade produzida, a renda dos produtores rurais foi beneficiada, também, pelo comportamento favorável dos preços relativos na safra 2002/03. Os preços dos principais produtos agropecuários comercializados pelas cooperativas sulinas subiram mais do que o IGP-DI

entre o primeiro semestre de 2002 e o mesmo período de 2003. Dentre os produtos listados na Tabela 6.2, apenas os suínos tiveram seus preços reajustados abaixo do IGP-DI.

**TABELA 6.2: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO, DOS PREÇOS REAIS E DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS SELECIONADOS - BRASIL - SAFRA 2002/2003\***

<b>Produtos</b>	<b>Variação da Produção</b>	<b>Variação dos Preços Reais</b>	<b>Variação do Valor Bruto da Produção</b>
Arroz	-0,1%	25,0%	23,1%
Milho	29,1%	25,9%	59,1%
Soja	22,0%	17,6%	44,4%
Trigo	54,9%	28,9%	101,5%
Frango	4,7%	12,3%	18,0%
Leite	4,4%	10,0%	15,1%
Suínos	2,6%	-10,3%	-7,9%

Fonte: CNA.

\*Em relação à safra anterior.

Obs: Os preços foram deflacionados pelo IGP-DI.

De acordo com projeção da CNA, o faturamento bruto da agropecuária nacional deverá alcançar R\$ 153,5 bilhões em 2003, o que representa um aumento de 14,2% em relação ao apurado no ano anterior (VBP..., 2003). Contudo, alguns produtos deverão apresentar desempenho bastante superior ao agregado do setor primário: o valor bruto da produção (VBP) de trigo deverá crescer 101,5% em 2003, enquanto o VBP do milho e o da soja deverão aumentar 59,1% e 44,4%, respectivamente.

Como consequência da melhoria da renda agrícola proporcionada pelo aumento da produção agropecuária e, também, da criação de linhas de crédito como o PROSOLO e o MODERFROTA, a venda de insumos agrícolas deu um salto nos últimos anos: entre 1999 e 2002, o consumo de fertilizantes aumentou 39,6% no país, e a venda de máquinas agrícolas cresceu 84,3%.

**TABELA 6.3: DEMANDA POR INSUMOS AGRÍCOLAS - BRASIL - 1998/2002**

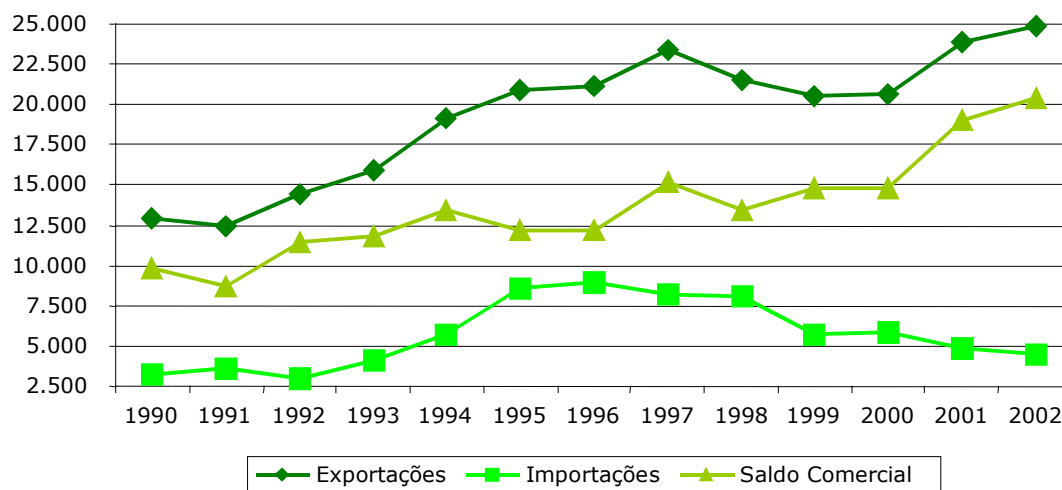
<b>Ano</b>	<b>Consumo de Fertilizantes</b> (milhares de toneladas)	<b>Máquinas Agrícolas</b> (unidades)
1998	14.669	33.412
1999	13.689	28.221
2000	16.392	35.501
2001	17.069	44.339
2002	19.114	52.010

Fonte: CONAB.

Um dos fatores que explicam a expansão recente da produção agropecuária brasileira é a flexibilização cambial ocorrida no início de 1999. Como pode ser observado na Figura 6.2, a desvalorização do real surtiu efeito mais rapidamente sobre as importações: de uma média de U\$ 8,5 bilhões no período 1995/98, as importações ligadas ao agronegócio caíram para U\$ 5,7 bilhões em 1999 e para U\$ 4,5 bilhões em 2002. As exportações, por sua vez, foram pouco estimuladas pela desvalorização cambial de 1999: as vendas externas do agronegócio chegaram, de fato, a

cair em 1999 e 2000. Somente com a nova onda de desvalorização cambial ocorrida em 2001 e 2002 é que as exportações do agronegócio deslançaram.

**FIGURA 6.2: BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – BRASIL – 1990/2002**  
Em US\$ Milhão

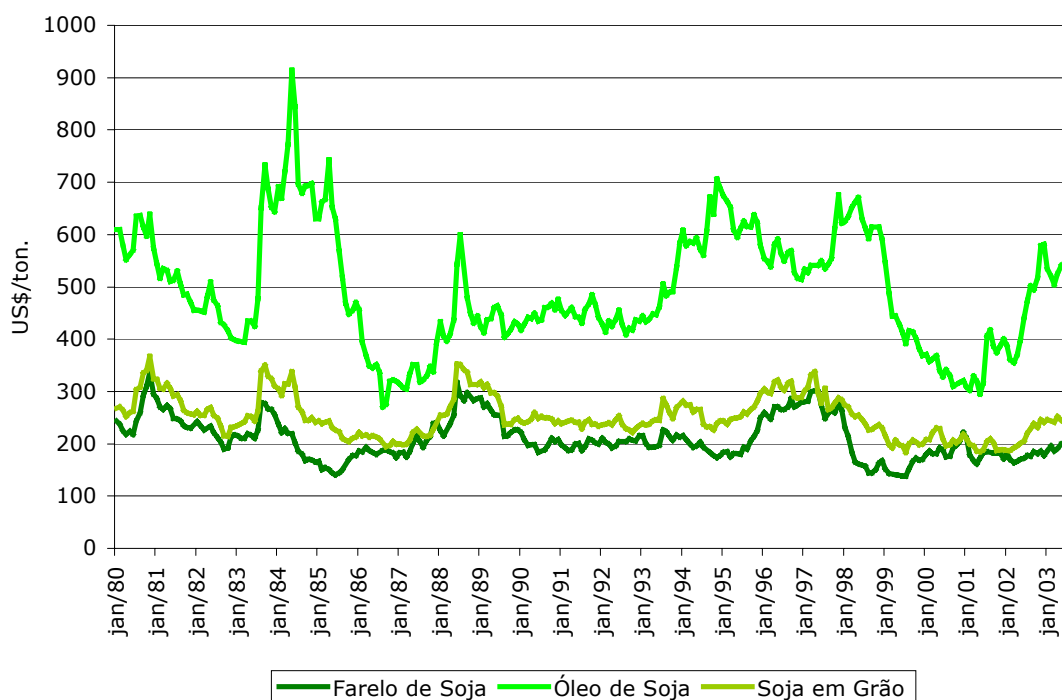


Fonte: MDIC.

### 6.3.1. Mercado de Grãos

A evolução recente do saldo da Balança Comercial do agronegócio também reflete as oscilações verificadas nas cotações das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional. Como pode ser observado nas Figuras 6.3, 6.4 e 6.5, os preços do milho, do trigo e do complexo soja encontravam-se bastante deprimidos em 1999/2000.

**FIGURA 6.3: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DO COMPLEXO SOJA – 1980/2003**  
Em US\$ por Tonelada

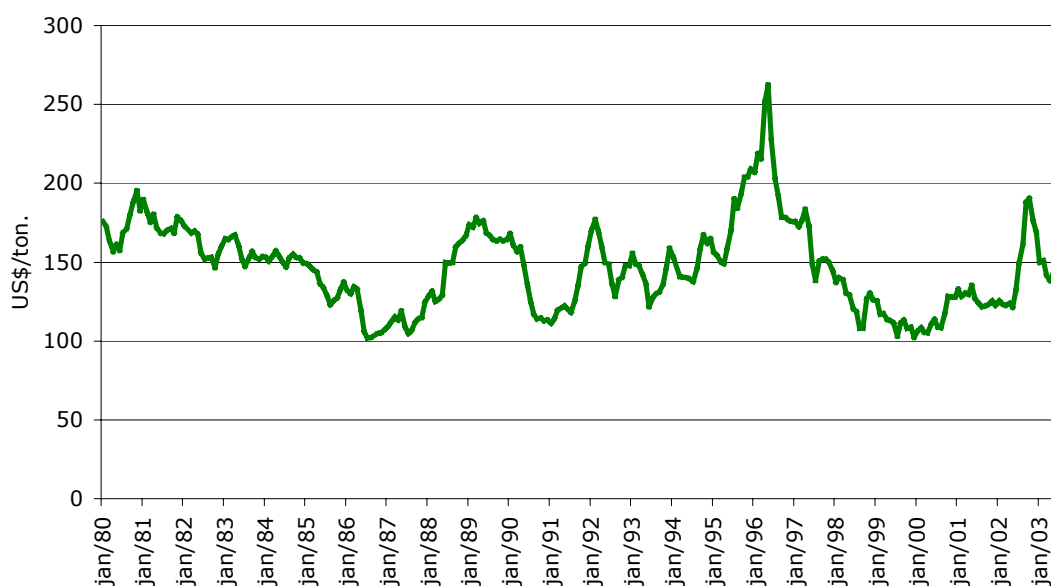


Fonte: FMI.

Após atingir os valores mais elevados da década no início de 1997, as cotações internacionais do grão e do farelo de soja entraram em rota de queda nos últimos meses daquele ano. Entre abril de 1997 e julho de 1999 – respectivamente, pico e vale dos anos 1990 – os preços internacionais do grão e do farelo de soja caíram 54,2% e 59,2%. A partir de então, e até meados de 2002, a cotação da soja em grão oscilou ao redor de US\$ 200 por tonelada. Essa tendência de estabilidade foi revertida no segundo semestre de 2002, quando o preço da soja em grão passou a se elevar, atingindo US\$ 252 por tonelada em abril de 2003.

A cotação internacional do óleo de soja tem apresentado, nos últimos anos, um comportamento ligeiramente distinto daquele verificado entre as demais *commodities* do complexo soja. No caso daquele produto, o período de declínio das cotações foi mais longo do que entre os últimos, com duração de aproximadamente dois anos e meio. Em meados de 2001, o preço internacional esboçou alguma reação, que só veio a se tornar mais substantiva a partir do segundo semestre de 2002.

**FIGURA 6.4: EVOLUÇÃO DO PREÇO INTERNACIONAL DO TRIGO – 1980/2003**  
Em US\$ por Tonelada



Fonte: FMI.

Os preços do milho e do trigo no mercado internacional percorreram trajetórias semelhantes nos últimos anos. Ambos os produtos atingiram, no primeiro semestre de 1996, sua maior cotação dos últimos vinte anos. Desde então, seus preços entraram em declínio, vindo a apresentar alguma recuperação somente em meados de 2002. Os preços médios do trigo e do milho no ano-safra 2002/03 encontravam-se, respectivamente, 45,7% e 19,8% maiores do que no ano-safra 1999/2000.

**FIGURA 6.5: EVOLUÇÃO DO PREÇO INTERNACIONAL DO MILHO – 1980/2003**  
Em US\$ por Tonelada



Fonte: FMI

**TABELA 6.4: OFERTA E DEMANDA DE GRÃOS E DERIVADOS – MUNDO – 1997/2004**  
Em Milhão de Toneladas

<b>Produto / Safra</b>	<b>Produção</b>	<b>Consumo</b>	<b>Estoques</b>	<b>Comércio Exterior</b>
<b>Milho</b>				
1997/98	574,7	577,2	146,9	62,9
1998/99	606,7	583,5	170,1	68,7
1999/2000	607,4	605,7	171,7	73,4
2000/01	588,6	608,2	152,1	76,5
2001/02	599,0	621,7	129,4	74,3
2002/03	601,7	633,3	97,9	78,8
2003/04	607,5	631,1	74,3	76,5
<b>Soja em Grãos</b>				
1997/98	158,1	124,1	25,1	40,5
1998/99	159,8	134,8	27,0	38,1
1999/2000	159,9	135,5	27,7	45,7
2000/01	175,2	146,7	30,6	53,9
2001/02	184,4	158,0	32,0	53,4
2002/03	195,8	166,9	35,3	63,3
2003/04	201,1	174,0	34,8	64,8
<b>Farelo de Soja</b>				
1997/98	98,8	99,3	3,8	31,0
1998/99	107,0	106,2	5,1	34,9
1999/2000	107,5	109,2	4,1	35,4
2000/01	116,5	117,8	3,8	37,2
2001/02	125,3	126,4	4,0	42,3
2002/03	132,0	133,1	4,0	44,6
2003/04	137,8	138,2	4,0	47,6
<b>Óleo de Soja</b>				
1997/98	22,6	22,3	2,4	7,2
1998/99	24,5	24,3	2,2	7,5
1999/2000	24,6	24,2	2,6	6,6
2000/01	26,7	26,3	2,7	7,3
2001/02	28,9	28,7	2,6	8,6
2002/03	30,7	30,8	2,2	9,5
2003/04	31,8	31,9	2,1	9,5
<b>Trigo</b>				
1997/98	610,1	579,4	191,8	104,4
1998/99	589,9	579,3	202,4	102,0
1999/2000	585,3	584,7	203,0	112,7
2000/01	581,5	583,8	200,7	103,6
2001/02	581,1	584,4	197,4	110,4
2002/03	564,1	597,3	164,2	107,2
2003/04	547,0	582,2	129,0	95,6

Fonte: USDA.

Obs: 2002/03 e 2003/04 são estimativas.

De acordo com as expectativas de analistas do mercado internacional de *commodities* agrícolas, os preços do trigo, do milho e da soja devem continuar elevados no ano-safra 2003/04, em virtude das perdas ocasionadas pela onda de calor que se abateu sobre o hemisfério norte em 2003 (ANALISTAS..., 2003).

Além disso, o consumo mundial de grãos vem crescendo mais rapidamente do que a produção. A taxa de crescimento anual média da produção mundial de milho foi de apenas 0,9% nos últimos cinco anos-safra, enquanto o consumo cresceu 1,9% ao ano. De modo semelhante, o consumo mundial de soja vem crescendo 6,1% ao ano, enquanto a produção tem crescido apenas 4,4%. No caso do trigo, a produção mundial decresceu 1,6% ao ano nas últimas cinco safras, enquanto o consumo aumentou, em média, 0,6% a cada ano. Conseqüentemente, os estoques mundiais vêm se reduzindo: de acordo com estimativa do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), ao final do ano-safra 2003/04, os estoques mundiais de milho representarão 43,3% dos estoques existentes em 1999/2000 – quantidade suficiente para apenas 43 dias de consumo. Situação semelhante deverá se verificar no caso do trigo: o USDA estima que os estoques mundiais deste produto ao final do ano-safra 2003/04 serão 36,5% menores do que os acumulados em 1999/2000, sendo suficientes para somente 81 dias de consumo. No caso da soja, os estoques mundiais vêm aumentando nos últimos anos. Contudo, a relação entre a quantidade estocada e a quantidade consumida tem se mantido estável nos últimos cinco anos – as projeções do USDA indicam que ao final do ano-safra 2003/04, os estoques mundiais de soja serão suficientes para 73 dias de consumo.

No que tange ao comércio internacional, o mercado de soja tem se mostrado o mais dinâmico entre os relacionados às *commodities* agrícolas. Nos últimos cinco anos, as exportações e importações de soja em grãos cresceu 56,3%, o que equivale a uma taxa de crescimento anual média de 9,3%. Taxas de crescimento elevadas também vêm sendo observadas nos mercados internacionais das demais *commodities* do complexo soja: o comércio internacional de farelo de soja cresceu 7,5% ao ano nos últimos cinco anos e o de óleo de soja, 5,7%.

Nos últimos cinco anos-safra, a produção brasileira de grãos cresceu de forma muito mais acentuada do que a produção mundial. Conforme projeções da CONAB, entre a safra de 1997/98 e a de 2002/03, a produção nacional de milho elevou-se 57,0%, o que representa uma taxa de crescimento anual média de 9,4% no período. O crescimento da produção de soja e de trigo foi ainda maior: 10,7% e 18,6% ao ano, em média, nas últimas cinco safras.

Por outro lado, o consumo interno destas *commodities* cresceu a taxas bem mais modestas: 2,5% ao ano, no caso do milho; 6,6%, no caso da soja; e 5,2% ao ano, no caso do trigo. O descompasso entre o crescimento da produção e o do consumo indica, em alguns casos, a ampliação dos excedentes exportáveis e, em outros, a redução da dependência de importações. No primeiro caso, encaixam-se, perfeitamente, as *commodities* do complexo soja, enquanto o trigo situa-se no segundo.

No caso do milho, o país passou por uma transição nos últimos anos, passando de importador líquido, até 1999/2000, a exportador relevante nas três últimas safras. As exportações do produto, que sempre ocorreram de forma esporádica e em volumes desprezíveis, deslançaram na safra 2000/01, surtindo impacto, inclusive, sobre os mecanismos de formação de preços no mercado interno. Há vários anos, a produção nacional de milho padece do chamado “efeito gangorra”: a quantidade produzida e os preços

internos tendem a apresentar fortes oscilações de um ano para outro. Isso se deve à concorrência exercida pela soja pelas áreas de cultivo na safra de verão, o que leva a quantidade produzida de milho a ser muito influenciada pela cotação internacional da soja nos meses que antecedem o plantio. Quando o preço da soja está alto, muitos agricultores ampliam as áreas destinadas ao cultivo desse produto, em detrimento da cultura de milho. A redução na oferta acaba por elevar os preços do milho no mercado interno, o que incentiva a ampliação da produção na safra seguinte, levando, desta vez, à queda na cotação do produto. Contudo, esta lógica foi alterada a partir de 2001, ano em que os produtores de milho “descobriram” o caminho das exportações. Os preços internos, que até então eram balizados pela relação de troca com a soja e pelos custos de importação, passaram a seguir as cotações internacionais.

A inserção brasileira no comércio internacional do complexo soja vem aumentando nos últimos anos. As expectativas do USDA indicam que o Brasil deverá alcançar, no ano-safra 2002/03, o posto de maior exportador de soja do mundo, podendo, em poucos anos, tornar-se, também, o maior produtor mundial.

De acordo com projeções da CONAB, as exportações brasileiras de soja em grão devem atingir 20,3 milhões de toneladas no ano-safra 2002/03, o que representa um aumento de 118,6% em relação ao volume exportado na safra 1997/98. As exportações de farelo e de óleo de soja deverão atingir, respectivamente, 14,5 e 2,4 milhões de toneladas na safra 2002/03, o que remonta a taxas de crescimento anuais médias de 6,8% e 11,9% nos últimos cinco anos.

Quanto aos países de destino, a China vem se tornando um mercado cada vez mais importante para a soja brasileira: em 1999, somente 7,0% das receitas de exportação de soja em grão eram provenientes das vendas àquele país; três anos mais tarde, o mercado chinês já absorvia 27,2% da soja exportada pelo Brasil. Outros importadores relevantes da soja em grão brasileira são os Países Baixos (17,9% em 2002), a Alemanha (10,1%) e a Espanha (7,4%).



**TABELA 6.5: OFERTA E DEMANDA DE GRÃOS E DERIVADOS – BRASIL – 1996/2003**  
Em Mil Toneladas

Produto / Safra	Produção	Consumo	Exportação	Importação	Estoques
<b>Milho</b>					
1996/97	35.716	35.400	188	604	9.549
1997/98	30.188	35.000	7	1.765	6.494
1998/99	32.393	35.000	8	797	4.677
1999/2000	31.641	34.480	62	1.759	3.535
2000/01	42.289	36.236	5.918	548	4.219
2001/02	35.281	36.000	2.500	450	1.450
2002/03	47.384	39.600	4.500	250	4.984
<b>Soja em Grãos</b>					
1996/97	26.160	19.880	8.340	1.024	2.129
1997/98	31.370	22.400	9.288	406	2.217
1998/99	30.765	22.300	8.917	582	2.347
1999/2000	32.345	21.420	11.517	807	2.562
2000/01	38.432	23.630	15.675	700	2.389
2001/02	41.917	27.300	16.000	1.050	2.056
2002/03	52.067	30.800	20.300	600	3.622
<b>Farelo de Soja</b>					
1996/97	14.615	5.350	10.013	305	402
1997/98	16.590	5.900	10.447	161	806
1998/99	16.511	6.300	10.431	78	664
1999/2000	15.800	6.800	9.375	99	388
2000/01	17.538	7.200	10.800	400	326
2001/02	20.145	7.600	12.800	370	441
2002/03	22.300	8.100	14.500	200	341
<b>Óleo de Soja</b>					
1996/97	3.515	2.682	1.124	145	271
1997/98	3.990	2.740	1.367	214	368
1998/99	3.971	2.780	1.433	159	285
1999/2000	3.800	2.860	1.100	105	230
2000/01	4.218	2.950	1.400	72	170
2001/02	4.845	2.960	1.800	135	390
2002/03	5.400	3.100	2.400	80	370
<b>Trigo</b>					
1998	2.188	8.040	5	5.946	345
1999	2.403	9.195	7	7.130	676
2000	1.658	9.424	3	7.713	620
2001	3.194	10.563	2	7.619	869
2002	2.914	10.170	3	7.027	636
2003	5.127	10.341	4	5.270	817

Fonte: CONAB.

Obs: 2002/03 e 2003 são estimativas divulgadas em 17/09/2003.

No caso das demais *commodities* do complexo soja, as exportações brasileiras estão bastante concentradas em poucos países: os Países Baixos e a França foram o destino de 29,1% e de 21,6%, respectivamente, do farelo de soja exportado pelo país em 2002; por sua vez, o Irã e a China foram responsáveis por 45,0% das receitas de exportação de óleo auferidas pelo Brasil naquele mesmo ano.

**TABELA 6.6: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SOJA, POR PAÍS DE DESTINO –  
1999/2003  
Em US\$ Milhão (FOB)**

<b>Produto</b>	<b>País de Destino</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>jan-jul/2003</b>
<b>Grão</b>						
	Alemanha	155	201	279	307	274
	China	111	338	538	825	943
	Espanha	251	223	233	224	175
	França	47	36	81	95	62
	Itália	77	85	121	97	107
	Japão	65	103	137	140	67
	Países Baixos	544	657	591	544	418
	Outros	343	545	746	800	533
	<b>TOTAL</b>	<b>1.593</b>	<b>2.188</b>	<b>2.726</b>	<b>3.032</b>	<b>2.579</b>
<b>Farelo</b>						
	Alemanha	55	83	153	105	73
	França	290	413	495	474	242
	Itália	53	55	131	108	63
	Países Baixos	378	411	576	640	370
	Outros	728	689	710	872	510
	<b>TOTAL</b>	<b>1.504</b>	<b>1.651</b>	<b>2.065</b>	<b>2.199</b>	<b>1.258</b>
<b>Óleo Bruto, Refinado e Outros</b>						
	China	48	21	2	125	92
	Irã	341	102	121	225	297
	Outros	247	236	304	428	247
	<b>TOTAL</b>	<b>636</b>	<b>359</b>	<b>427</b>	<b>778</b>	<b>636</b>

Fonte: CONAB.

Este excelente desempenho do Brasil no mercado internacional de soja é resultado de uma conjunção de fatores favoráveis, dentre os quais se destaca o nível de produtividade alcançado pela produção nacional *vis-a-vis* o detido pelos principais concorrentes. O Brasil detém atualmente, juntamente com a Argentina, os menores custos de produção entre os grandes produtores mundiais de soja: como pode ser visto na Figura 6.6, os custos de produção no Estado do Paraná chegam a ser mais de 20,0% menores do que nos EUA.

A elevação das exportações brasileiras de soja no período recente reflete, também, o baixo ritmo de crescimento do PIB nos últimos anos e a desvalorização sofrida pelo real a partir de 1999. De acordo com estudo elaborado por Barros *et alli* (2001), o grau de resposta das exportações do complexo soja àquelas variáveis é bastante elevado: uma elevação de um ponto percentual no PIB reduz em 8,0% as exportações de soja em grão e em 5,4% as de óleo de soja; por seu turno, uma desvalorização de 1,0% na taxa de câmbio resulta em aumento de 8,8% nas exportações de soja em grão, de 3,9% nas de óleo e de 2,2% nas de farelo de soja.

**FIGURA 6.6: SOJA: CUSTOS TOTAIS POR UNIDADE PRODUZIDA - Jun/2002 - Em US\$ por Saca de 60 Kg**



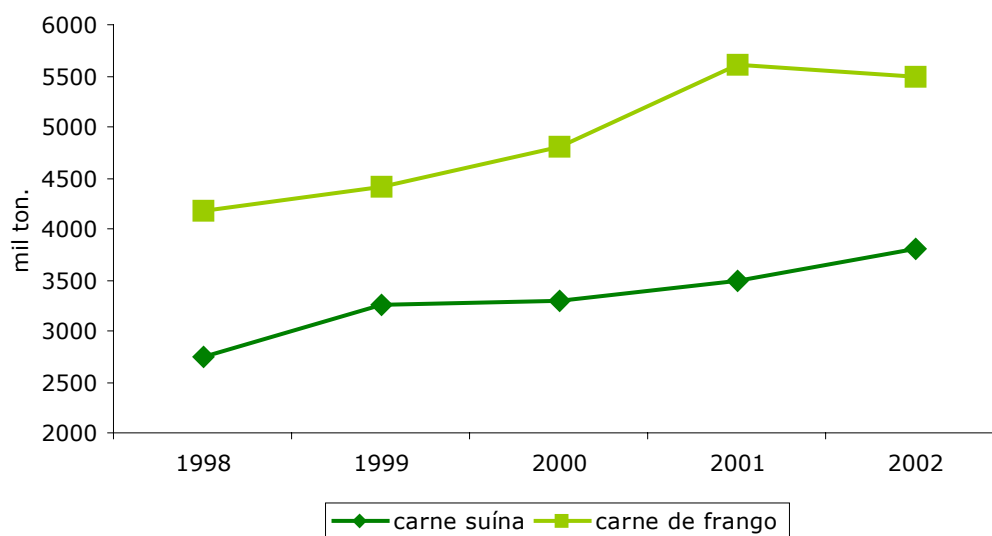
Fonte: RCW Consultores.

### 6.3.2. Mercado de Carnes

Assim como tem ocorrido no mercado de grãos, o Brasil vem aumentando, rapidamente, a sua participação no comércio internacional de carnes. Como pode ser observado na Figura 6.7, o comércio internacional de carne de frango e suína cresceu, respectivamente, 7,1% e 8,4% ao ano entre 1998 e 2002. Por sua vez, as exportações brasileiras daqueles produtos cresceram, no mesmo período, 27,4% e 49,1% ao ano. Em 2002, o país foi responsável por cerca de 30,0% das exportações mundiais de carne de frango e de 12,0% das de carne suína, o que lhe conferiu os postos de segundo maior exportador mundial de carne de frango e de quarto maior exportador de carne suína.

No que tange ao destino das exportações, verifica-se um quadro bastante distinto entre o setor de suínos e o setor de aves. No primeiro caso, as exportações brasileiras encontram-se extremamente concentradas em um único país: em 2002, cerca de 79,0% da carne suína exportada teve a Rússia como destino. No caso da carne de frango, a realidade é bastante distinta, dado que o Brasil já exporta para mais de 100 países, sendo os países do Oriente Médio o principal destino (31,0% do total), seguidos pelos países asiáticos (23,0%), pela Rússia (19,0%) e pela União Européia (18,0%).

**FIGURA 6.7: COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE DE FRANGO E SUÍNA – 1998/2002**  
Em Mil Toneladas



Fonte: Saboya (2003).

Se fossem eliminadas as barreiras tarifárias e fitossanitárias que os países industrializados impõem às exportações de produtos de origem animal dos países em desenvolvimento e reduzidos os subsídios que aqueles países concedem a seus produtores, as exportações brasileiras certamente cresceriam a taxas ainda maiores, dado o nível de competitividade detido pela avicultura e pela suinocultura nacional. Como demonstra a Tabela 6.7, os custos de produção da carne de frango no Brasil são baixos quando comparados aos prevalentes em outros países.

**TABELA 6.7: CUSTOS DE PRODUÇÃO – FRANGO**  
Brasil = 100

Frangos Vivos		Carne de Frango	
País	Custo de Produção	País	Custo de Produção
Brasil	100	Brasil	100
China	109	EUA	115
EUA	109	Tailândia	133
Tailândia	125	Argentina	150
França	186	Hungria	165
Holanda	191	União Européia	175

Fonte: Saboya (2003).

O mesmo ocorre com a carne suína. Neste caso, as vantagens comparativas detidas pelo Brasil são ainda mais expressivas do que no caso da carne de frango: relativamente ao verificado no país, os custos de produção de carne suína são 54% maiores nos EUA, 58% maiores no Canadá, 108% maiores na Austrália e 208% maiores em Taiwan.

**TABELA 6.8: CUSTOS DE PRODUÇÃO – SUÍNOS**  
Brasil = 100

País	Custos de Produção	
	Suínos Vivos	Carne Suína
Brasil	100	100
EUA	130	154
Canadá	140	158
Austrália	208	208
Dinamarca	238	238
Polônia	240	242
Taiwan	308	308

Fonte: Saboya (2003).

Para o ano de 2003 era esperada uma forte diminuição no ritmo de crescimento das exportações de aves e suínos em virtude da imposição de restrições por parte da União Européia e da Rússia. A primeira elevou a tarifa de importação dos cortes de frango com baixo teor de sal (até 1,9%), mais adequados ao consumo humano, de 15% para 70%, enquanto a Rússia, que é o principal destino das exportações brasileiras de carne suína, impôs quotas de importação a este produto e, também, à carne de frango brasileira. Todavia, dados recentes revelam que, até julho de 2003, as exportações de frango cresceram 40,0%, em comparação a igual período do ano anterior, e as de suínos aumentaram 21,0%, contradizendo as perspectivas mais pessimistas (SETOR..., 2003).

Se por um lado as exportações brasileiras de aves e suínos vêm crescendo num ritmo acelerado, por outro lado a demanda interna não vem acompanhando a expansão da oferta, o que tem comprimido os preços no atacado e no varejo.

**TABELA 6.9: OFERTA E DEMANDA DE CARNE DE AVES – BRASIL – 1996/2003**

Ano	Produção	Exportação	Disponibilidade Interna	População	Disponibilidade Per Capita
		(1.000 t)		(milhões de hab.)	(kg/hab./ano)
1996	4.051,5	568,8	3.482,7	157,4	22,1
1997	4.460,9	651,3	3.809,6	159,6	23,9
1998	4.853,6	616,5	4.237,1	161,7	26,2
1999	5.526,0	776,4	4.749,6	163,9	29,0
2000	5.980,6	916,1	5.064,5	169,5	29,9
2001	6.567,3	1.265,9	5.301,4	172,4	30,8
2002	7.449,0	1.624,9	5.824,1	174,6	33,4
2003	7.485,3	1.966,9	5.518,4	176,9	31,2

Fonte: CONAB.

Obs: 2003 é estimativa.

Entre 1998 e 2002, a disponibilidade interna de carne suína e de aves cresceu, respectivamente, 9,2% e 8,3% ao ano, enquanto o PIB aumentou apenas 2,0% ao ano. Isso significa que, enquanto a renda per capita manteve-se praticamente estagnada no período, a oferta de carne suína por habitante aumentou 31,5% e a de carne de aves, 27,3%. Somado à forte alta nos preços do milho e do farelo de soja – principais ingredientes da

ração – esse descasamento entre oferta e demanda levou a avicultura e a suinocultura nacional a uma forte crise em 2002/03.

Contudo, a crise recente vivida por estes setores – mais aguda no caso da suinocultura – abre uma perspectiva favorável no médio prazo, já que o número de matrizes foi reduzido e vários produtores abandonaram o setor. Com isso, a oferta poderá vir a se reequilibrar com a demanda, cuja evolução deverá acompanhar a taxa de crescimento demográfico, a taxa de crescimento do PIB e o grau de melhoria na distribuição de renda.

**TABELA 6.10: OFERTA E DEMANDA DE CARNE SUÍNA – BRASIL – 1996/2003**

Ano	Produção	Exportação	Importação	Disponibilidade Interna	População	Disponibilidade Per Capita
1996	1.600,0	55,7	0,0	1.544,3	157,4	9,8
1997	1.518,0	77,0	5,3	1.446,3	159,6	9,1
1998	1.652,3	95,9	1,8	1.558,2	161,7	9,6
1999	1.683,6	99,4	1,3	1.585,5	163,9	9,7
2000	1.924,8	141,1	0,5	1.784,2	169,5	10,5
2001	2.267,5	283,3	0,3	1.984,5	172,4	11,5
2002	2.686,7	474,3	0,2	2.212,6	174,6	12,7
2003	2.874,7	462,8	0,2	2.412,1	176,9	13,6

Fonte: CONAB.

Obs: 2003 é estimativa.

No caso da carne suína, as possibilidades de expansão da absorção interna são grandes: estima-se que cada brasileiro consuma, em média, 12,7 quilos de carne suína por ano. Embora este número venha aumentando nos últimos anos, ainda se encontra num patamar muito inferior ao verificado em outros países, como pode ser notado na Tabela 6.11.

Esse baixo nível de consumo de carne suína tem como um de seus principais determinantes o reduzido poder aquisitivo da maioria da população brasileira, como sugere a elevada elasticidade-renda da demanda por aquele produto: 0,443 (BRDE, 2002, p.16).

**TABELA 6.11: CONSUMO DOMÉSTICO DE CARNE AVÍCOLA E SUÍNA**

Carne Avícola		Carne Suína	
País	Kg/Hab./Ano	País	Kg/Hab./Ano
EUA	49,6	Dinamarca	76,3
Emirados Árabes	41,2	Espanha	66,2
Canadá	35,4	Alemanha	56,8
Taiwan	33,9	Taiwan	43,2
Brasil	33,4	Portugal	42,7
Austrália	32,8	Brasil	12,7

Fonte: USDA e CONAB.

Quanto à evolução futura da demanda interna por carne de frango, as perspectivas são menos favoráveis: o nível de consumo por habitante no Brasil já se assemelha ao verificado em alguns países desenvolvidos, como a Austrália e o Canadá. Além disso, a elasticidade-renda da demanda por carne de frango é baixa no Brasil – 0,155 – por causa, entre outras coisas,

da substituição da carne de frango pela carne bovina à medida que a renda se eleva.

Contudo, a disseminação dos resultados de estudos e pesquisas envolvendo o impacto exercido pela ingestão de carne vermelha sobre a saúde humana tem induzido uma grande gama de consumidores a alterar seus hábitos de consumo, substituindo a carne bovina por carnes brancas. Esta tendência, difícil de quantificar, deverá ser um dos principais fatores a explicar a evolução futura da demanda por carne de frango no país, juntamente com a taxa de crescimento demográfico.

Quanto às perspectivas de médio e longo prazo do agronegócio, algumas tendências podem ser identificadas.

O Brasil deverá assumir, em alguns anos, uma posição de liderança no mercado mundial de *commodities* agrícolas. De acordo com estimativas do USDA, a área plantada no Brasil poderá chegar, sem grandes dificuldades, a 170 milhões de hectares, o que representa mais do que o triplo da área atualmente cultivada.

A intervenção governamental no setor deverá continuar a se reduzir, com os contratos privados de venda antecipada tornando-se cada vez mais importantes para a comercialização agrícola.

Para que a referida expansão da agricultura seja sustentável serão necessários, porém, volumosos investimentos em infra-estrutura e armazenagem nos próximos anos. Como se viu em 2003, quando a rápida expansão recente da safra de inverno de milho esbarrou na falta de locais de armazenagem, a deficiência de infra-estrutura poderá, em pouco tempo, se transformar num grande gargalo ao crescimento da produção agrícola nacional. Dada a fragilidade fiscal da União e dos estados brasileiros, a maior parte – senão a totalidade – destes investimentos, que abarcam também a construção e modernização de portos, ferrovias, estradas e hidrovias, terá que ser tocada pela iniciativa privada.

O uso de sementes geneticamente modificadas deverá se ampliar, uma vez comprovados seus efeitos positivos sobre os níveis de produtividade. Contudo, espera-se, também, uma maior segmentação dos mercados consumidores, com diferenciação de preços entre produtos tradicionais e transgênicos.

No mercado de carnes, deverá aumentar a demanda por produtos de maior valor agregado, como os pratos prontos, em decorrência da metropolização da população e do aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho.

## **7. RISCOS ASSOCIADOS À CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**

As cooperativas agropecuárias estão sujeitas, como toda e qualquer empresa, aos riscos inerentes a uma economia de mercado, como, por exemplo, a queda na demanda por seus produtos ocasionada pela diminuição no poder aquisitivo da população e o aumento em seus custos de produção decorrentes de uma desvalorização cambial. Todavia, há também um conjunto de riscos específicos relacionado a essas empresas – que dizem respeito, principalmente, à sua forma de organização social – que será o objeto de estudo desta seção.

### **7.1. Descasamento Entre o Ativo e o Passivo**

A atividade agropecuária demanda um grande volume de crédito. Devido às peculiaridades do setor, como a sazonalidade da produção e o fato de o capital empregado na atividade ficar indisponível por vários meses, o capital de giro necessário revela-se maior do que o exigido em outras atividades econômicas.

Como as cooperativas agropecuárias assumem, freqüentemente, o papel de repassadoras de recursos de terceiros a seus associados, o Grau de Endividamento dessas empresas tende a ser mais elevado do que aquele verificado em outros segmentos da economia, uma vez que, além daqueles recursos, as cooperativas também necessitam de capital de giro para financiar suas próprias atividades.

O ponto nevrálgico desta relação entre cooperados e cooperativa, no que diz respeito à saúde financeira desta última, é a qualidade dos ativos detidos pela empresa em contrapartida aos passivos assumidos em nome dos cooperados. O risco mais evidente embutido nesta relação é o do não-pagamento, por parte dos cooperados, de suas dívidas junto à cooperativa. Porém, este não é o único. Existe também a possibilidade de a cooperativa subsidiar as atividades primárias de seus associados, assumindo, portanto, custos alheios aos de sua atividade-fim. No caso das operações troca-troca, nas quais vigora a equivalência em produto, existe o risco de descolamento entre os preços dos insumos adquiridos pela cooperativa para repasse aos cooperados e os preços dos produtos agropecuários entregues por estes à cooperativa. Por fim, cabe mencionar o risco de descasamento entre as receitas oriundas da venda de produtos a terceiros e os passivos decorrentes da entrega desses produtos pelos cooperados. Em algumas cooperativas, os produtos entregues pelos cooperados só são comercializados com terceiros após a emissão, pelo cooperado, de uma ordem de venda. Neste caso, a probabilidade de descasamento entre os ativos e os passivos da cooperativa é muito baixa pois o risco de variação dos preços dos produtos primários é assumido pelos associados. Contudo, algumas cooperativas têm por hábito a comercialização de produtos sem a devida autorização prévia do cooperado. Neste caso, o risco de variação na cotação dos produtos primários é assumido pela cooperativa.



## **7.2. Imobilização do Capital em Ativos de Baixa Rentabilidade**

A atividade de armazenagem é, certamente, a mais difundida entre as cooperativas agropecuárias, uma vez que atende à necessidade mais premente dos associados. Ao fazê-lo, a cooperativa possibilita ao cooperado reter a sua produção à espera de melhoria nos preços, ao invés de desová-la no mercado na época da colheita.

De fato, uma parte significativa do ativo imobilizado das cooperativas agropecuárias é formada por equipamentos de armazenagem. Todavia, esses bens possuem baixa capacidade de geração de excedentes pois quase não agregam valor à produção recebida. Portanto, o emprego de recursos onerosos no financiamento de investimentos em armazenagem deve ser feito com parcimônia, pois os retornos do empreendimento podem não ser suficientes para honrar os compromissos assumidos. A não-observância deste aspecto foi, como já mencionado anteriormente, um dos motivos que levaram algumas cooperativas à bancarrota no início dos anos 1980.

## **7.3. Risco Sistêmico**

No jargão financeiro, o risco sistêmico é entendido como a probabilidade de que um evento negativo ocorrido num ponto específico de um sistema atinja de modo relevante o seu todo. No caso das cooperativas agropecuárias, o risco sistêmico poderia ser definido como a probabilidade de que a crise vivida por uma cooperativa atinja, de modo significativo, a saúde financeira das demais empresas desse sistema.

A dimensão do risco sistêmico depende, fundamentalmente, de duas variáveis: a capacidade dos credores diferenciarem as cooperativas entre as solventes e as insolventes e o nível de interdependência operacional das cooperativas do sistema.

Em parte devido ao problema da seleção adversa, pessoas, empresas e países tendem a ser tratados pelo sistema financeiro não de forma individual, mas, sim, como se fossem membros de um grupo. Deste modo, alguns países são rotulados como "emergentes", algumas pessoas são enquadradas no grupo dos aposentados e algumas empresas são incluídas no rol das cooperativas. Contudo, ao proceder dessa forma, os agentes financeiros desconsideram a realidade de cada empresa, tratando de forma indistinta tanto as viáveis como as inviáveis. Logo, quando a situação de insolvência de uma cooperativa torna-se pública, a reação mais provável dos agentes do sistema financeiro é a de reduzir a sua exposição em relação ao respectivo grupo de empresas. Isso, por sua vez, terá impacto sobre as demais cooperativas do sistema, sejam elas solventes ou não, que terão maior dificuldade em obter empréstimos e financiamentos e, quando os conseguirem, pagarão taxas de juros mais elevadas. Este efeito-contágio será provavelmente maior quanto maior for a importância da cooperativa declarada insolvente no interior do sistema cooperativista.

Uma cooperativa em crise pode, além do efeito citado no parágrafo anterior, provocar um outro tipo de impacto sobre o funcionamento do sistema. Como já foi comentado em outra parte deste trabalho, o sistema cooperativista brasileiro está estruturado de forma hierarquizada: além das

cooperativas singulares, existem também as cooperativas centrais e as confederações. Dependendo do grau de interdependência operacional entre as cooperativas do sistema – ou de um subsistema – a quebra de uma cooperativa pode surtir impacto relevante sobre as demais empresas do sistema. Na Região Sul, o grau de interdependência é mais pronunciado entre as cooperativas de Santa Catarina do que entre as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul, especialmente entre aquelas inseridas nas cadeias produtivas de aves e de suínos, onde uma grande cooperativa de segundo grau centraliza e industrializa a produção repassada pelos produtores rurais às cooperativas singulares às quais são filiados. Níveis elevados de interdependência operacional também ocorrem entre as cooperativas sulinas que operam na cadeia produtiva do leite, enquanto que no segmento de grãos a interdependência é quase inexistente.

#### **7.4. Risco de Gestão**

As cooperativas agropecuárias estão sujeitas a gestões ineficientes, conduzidas por pessoas incompetentes ou, até mesmo, corruptas. Quanto a isso, elas são idênticas às demais empresas. Contudo, as cooperativas diferem destas últimas quanto aos incentivos existentes à boa prática administrativa, em razão dos próprios princípios que regem o cooperativismo.

Um problema muito comum entre as cooperativas é a atuação sem foco definido. Como sua origem está freqüentemente relacionada à tentativa de solucionar os problemas vividos pelos produtores rurais individuais, as cooperativas apresentam uma tendência de ampliar seu escopo de atuação em resposta às demandas de seus associados. Estando sediadas, em sua maior parte, em pequenos municípios, muitos deles carentes de estabelecimentos comerciais e de serviços, as cooperativas tendem a desviar seu foco de atuação das atividades diretamente ligadas à produção agropecuária, passando a operar postos de gasolina, supermercados e concessionárias de veículos, entre outros. Esse tipo de diversificação de atividades pode, muitas vezes, diminuir o nível de eficiência da empresa, na medida em que os recursos escassos precisam ser divididos entre áreas que apresentam pouca ou nenhuma sinergia.

Outro problema freqüentemente notado entre as cooperativas é a falta de profissionalismo de seus administradores. A relação entre as cooperativas e os cooperados tem sido historicamente marcada, na maioria dos casos, pelo paternalismo. As cooperativas foram usadas, com muita freqüência, para encampar a ineficiência dos produtores rurais, cobrando pelos serviços prestados valores muito inferiores aos necessários para cobrir os respectivos custos de produção. A situação tendia a se complicar quando a figura do dirigente de cooperativa se confundia com a de líder político local: neste caso, a prática paternalista certamente se elevava, às custas da saúde financeira da cooperativa.

A não-profissionalização da gestão da maioria das cooperativas agropecuárias traz consigo um outro tipo de risco, relacionado ao processo sucessório. A gestão das cooperativas mostrou-se, sempre, muito dependente do talento e do espírito empreendedor de seus principais

dirigentes. Contudo, essas características pessoais que contribuíram para as histórias de sucesso de várias cooperativas não necessariamente estarão presentes nos futuros dirigentes que surgirão dos quadros de associados e, dado o baixo grau de institucionalização das rotinas inerentes à tomada de decisão e a não-adoção de critérios objetivos de aferição da qualidade da gestão, o sucesso atual pode facilmente se converter em insucesso no futuro.

Nos últimos anos, entretanto, tem se notado uma mudança de valores no mundo cooperativo. A histórica resistência a reformas tem sucumbido face a necessidade de se adequar a um mundo cada vez mais competitivo. De acordo com estudos divulgados pela revista *Agroanalysis* (O MERCADO..., 2001; REFORMAS..., 2001; MUDANÇA..., 2002), grande parte das cooperativas brasileiras vêm realizando, nos últimos anos, reformas administrativas, financeiras, organizacionais e mercadológicas no intuito de se adaptar às condições reais do mercado. Entre as medidas mais freqüentemente tomadas pelas cooperativas estão a redução do número de funcionários, a terceirização de serviços de apoio, a ampliação dos canais de comercialização, a implantação da contabilização por unidades de custo e a melhoria dos controles sobre as operações de compra e venda. Além disso, os dirigentes vêm se esforçando em elevar a credibilidade do sistema e a fidelidade dos associados, aumentando a transparência na administração e fortalecendo os vínculos entre a cooperativa e os cooperados. Por fim, cabe ressaltar que, embora ainda incipiente, a profissionalização dos quadros dirigentes já é uma realidade no sistema cooperativista, principalmente entre as cooperativas mais bem-sucedidas financeiramente.

## 8. O BRDE E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

O BRDE possui um forte vínculo com o cooperativismo agropecuário da Região Sul. A sua fundação, em 1961, coincidiu com o período de surgimento e consolidação das cooperativas de cafeicultores do Estado do Paraná e das cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Alguns anos mais tarde, os financiamentos concedidos pelo Banco foram de grande importância para o fortalecimento das cooperativas surgidas nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, cujo crescimento está fortemente relacionado com o *boom* da soja no início dos anos 1970.

Nas décadas seguintes, o BRDE continuou a ser um importante parceiro do cooperativismo agropecuário da Região Sul, fornecendo financiamento de longo prazo para os projetos de expansão, verticalização e modernização destas empresas.

### 8.1. A Concessão de Crédito no Período 1995/2003

Entre janeiro de 1995 e agosto de 2003, o BRDE realizou contratos com 72 cooperativas agropecuárias, das quais 29 sediadas no Paraná, 19 em Santa Catarina e 24 no Rio Grande do Sul. Como pode ser visto na Tabela 8.1, o relacionamento do Banco com as cooperativas se intensificou a partir de 2000, em virtude da criação de programas como o RECOOP e o PRODECOOP, voltados, exclusivamente, a este conjunto de empresas.

**TABELA 8.1: NÚMERO DE COOPERATIVAS FINANCIADAS PELO BRDE – 1995/2003**

Ano	PR	SC	RS	Total
1995	7	3	6	16
1996	9	7	9	25
1997	8	4	8	20
1998	5	1	4	10
1999	3	1	1	5
2000	11	3	8	22
2001	8	12	6	26
2002	13	13	8	34
2003*	13	11	8	32
<b>1995/2003*</b>	<b>29</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>72</b>

\* Até agosto.

Nesse período foram firmados 536 contratos – incluindo-se, aí, os refinanciamentos – dos quais 51,7% envolvendo cooperativas paranaenses, 23,3%, cooperativas catarinenses, e 25,0%, cooperativas gaúchas.

**TABELA 8.2: NÚMERO DE CONTRATOS REALIZADOS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1995/2003**

Ano	PR	SC	RS	Total
1995	62	5	14	81
1996	48	13	39	100
1997	73	8	32	113
1998	10	1	7	18
1999	3	2	1	6
2000	19	6	16	41
2001	16	36	9	61
2002	26	40	8	74
2003*	20	14	8	42
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>125</b>	<b>134</b>	<b>536</b>

\* Até agosto.

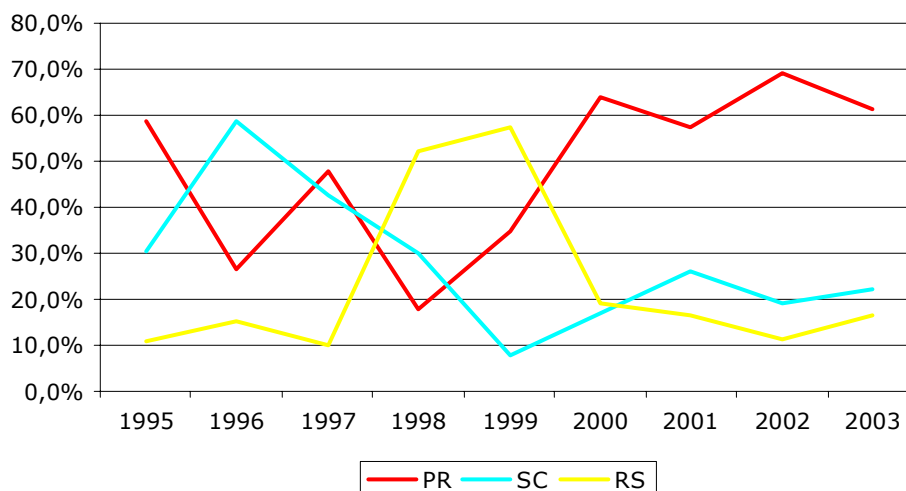
Em termos nominais, esses contratos envolveram recursos da ordem de R\$ 592,1 milhões, dos quais 58,8% foram contratados por cooperativas paranaenses, 25,5%, por catarinenses e 15,7%, por gaúchas.

**TABELA 8.3: VALOR DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1995/2003 – VALOR CORRENTE**  
Em R\$ Mil

Ano	PR	SC	RS	Total
1995	19.627	10.092	3.669	33.388
1996	12.153	26.953	6.939	46.045
1997	20.196	18.051	4.157	42.404
1998	1.909	3.250	5.657	10.816
1999	751	165	1.230	2.146
2000	90.543	24.265	27.202	142.010
2001	35.742	16.282	10.135	62.159
2002	103.495	28.859	16.963	149.317
2003*	63.625	23.197	16.963	103.784
<b>Total</b>	<b>348.040</b>	<b>151.114</b>	<b>92.915</b>	<b>592.069</b>

\* Até agosto.

**FIGURA 8.1: CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR ESTADO – 1995/2003**  
Em %



Em valores constantes, os contratos firmados entre o BRDE e as cooperativas agropecuárias entre janeiro de 1995 e agosto de 2003 envolveram recursos da ordem de R\$ 735,6 milhões<sup>24</sup>. Merecem destaque os anos 2000 e 2002, quando foram contratados, respectivamente, 24,2% e 20,3% desse total.

**TABELA 8.4: VALOR DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – 1995/2003 – VALOR CONSTANTE**  
Em R\$ Mil (R\$ de Dez/2002)

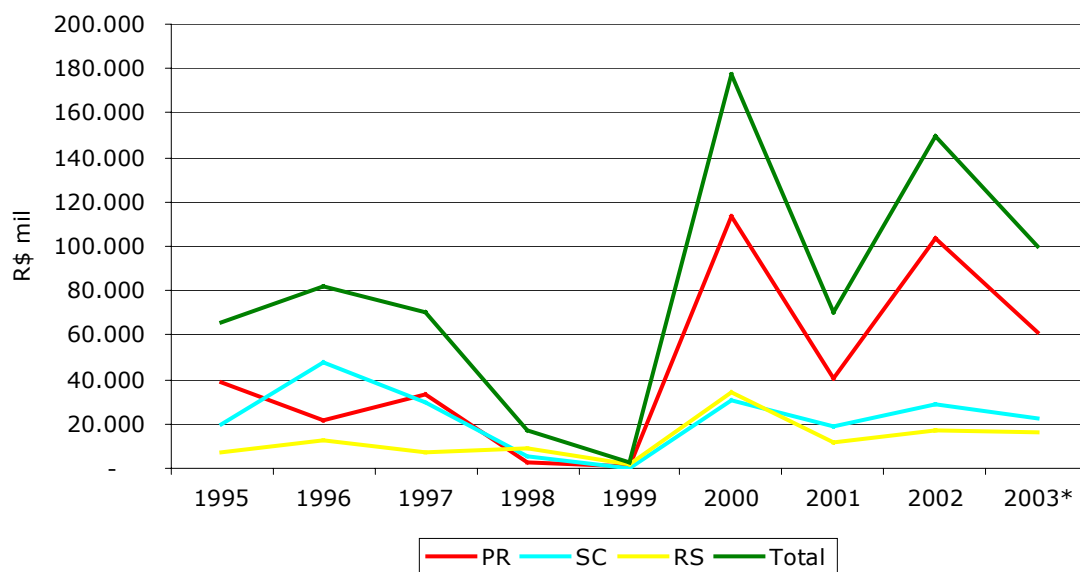
Ano	PR	SC	RS	Total
1995	38.780	19.941	7.250	65.971
1996	21.615	47.937	12.341	81.894
1997	33.286	29.750	6.851	69.888
1998	3.029	5.157	8.974	17.160
1999	1.070	235	1.753	3.058
2000	113.418	30.396	34.074	177.889
2001	40.568	18.480	11.504	70.553
2002	103.495	28.859	16.963	149.317
2003*	61.209	22.316	16.319	99.843
<b>Total</b>	<b>416.471</b>	<b>202.837</b>	<b>116.029</b>	<b>735.572</b>

\* Até agosto.

Obs: Usou-se como deflator o IGP-DI anual, exceto no caso de 2003, quando foram utilizados os índices mensais.

O substancial incremento no volume de negócios realizados entre o BRDE e as cooperativas agropecuárias no período 2000/03 está fortemente relacionado com a criação dos programas de alongamento das dívidas rurais na segunda metade dos anos 1990.

**FIGURA 8.2: EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR ESTADO E TOTAL – 1995/2003**  
Em R\$ Mil (R\$ de Dez/2002)



\* Até agosto.

<sup>24</sup> Em reais de dezembro de 2002.

O elevado grau de endividamento apresentado pelo setor agropecuário, exacerbado a partir da implantação do Plano Real, alijou grande parte das cooperativas do acesso ao mercado de crédito nos anos 1990. Essa situação só começou a ser contornada no final da década, a partir da implementação da Securitização, do PESA e do RECOOP pelos agentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Como pode ser visto na Tabela 8.4, após dois anos de poucos negócios, os contratos firmados entre o BRDE e as cooperativas deram um salto em 2000, atingindo, em valor corrente, um montante de R\$ 142,0 milhões, dos quais 89,3% foram referentes a operações RECOOP. Nos dois anos seguintes, este programa continuou sendo a principal fonte dos recursos repassados às cooperativas, sendo responsável por 64,4% do montante contratado.

Não bastasse ter sido um dos poucos bancos a demonstrar interesse pelo RECOOP, o BRDE se diferenciou dos demais agentes do SFN por não ter concentrado a sua atuação no refinanciamento de dívidas antigas, tendo, na realidade, alocado a maior parte dos recursos no financiamento a novos investimentos.

Como pode ser notado na Tabela 8.5, dos R\$ 268,5 milhões contratados pelo Banco entre 2000 e 2003 no âmbito do RECOOP, 61,3% foram destinados ao financiamento de investimentos e de capital de giro associado. As operações de refinanciamento concentraram-se no ano 2000, enquanto que, nos anos seguintes, houve ampla predominância da concessão de recursos novos.

No Paraná e no Rio Grande do Sul foram destinados ao financiamento de investimentos e de capital de giro associado 70,4% e 59,0%, respectivamente, do montante contratado pelo Banco no âmbito do RECOOP. Em Santa Catarina, ao contrário, o alongamento de dívidas antigas foi o destino da maior parte dos recursos contratados pelas cooperativas – 73,8%.

A renegociação das dívidas das cooperativas permitiu não apenas o alongamento dos débitos vencidos, como, também, a eliminação de restrições a novos empréstimos, devido à melhoria da situação cadastral dessas empresas junto ao SFN. Com isso, tornou-se viável a implantação de uma linha de crédito como o PRODECOOP, voltada exclusivamente às cooperativas agropecuárias.

Instituído pelo Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003, o PRODECOOP foi pouco acionado em 2002, pois pratica encargos financeiros superiores aos incidentes sobre as operações RECOOP. Contudo, findo o prazo de contratação desse programa, o PRODECOOP transformou-se na principal fonte de recursos dos repasses às cooperativas. Somente nos oito primeiros meses de 2003, as operações PRODECOOP contratadas pelo BRDE montaram a R\$ 73,5 milhões. Deste total, 57,4% foram contratados por empresas paranaenses, 19,6%, por firmas catarinenses e, 23,1%, por cooperativas gaúchas.

Entre as linhas de crédito mais acionadas pelas cooperativas agropecuárias nos últimos anos encontra-se o PROSOLO: de janeiro de 2001 a junho de 2003 foram concedidos, pelo BRDE, financiamentos no valor de R\$ 11,0 milhões no âmbito desse programa, que foi extinto pelo

Plano Agrícola e Pecuário 2003/04<sup>25</sup>. Observando-se a Tabela 8.5, nota-se que nenhuma operação PROSOLO foi realizada com cooperativas paranaenses no período. Este fato sugere que a atuação das cooperativas agropecuárias no mercado de crédito se pauta por objetivos distintos nos três estados do Sul: enquanto no Paraná os projetos de investimento em ativos fixos parecem ditar a demanda das cooperativas por financiamentos de longo prazo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, uma parcela dos recursos é tomada para financiar a compra dos insumos repassados aos cooperados.

**TABELA 8.5: CONTRATAÇÕES REALIZADAS ENTRE O BRDE E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR FONTE DE RECURSOS – 2000/2003**  
Em R\$ Mil

Fonte	Modalidade	Ano	PR	SC	RS	Total	
BNDES	PROSOLO	2001	-	4.683	3.240	7.924	
		2002	-	1.141	1.571	2.713	
		2003*	-	361	-	361	
		Total	-	6.186	4.812	10.998	
	PRODECOOP	2002	5.550	2.787	1.140	9.477	
		2003*	42.165	14.375	16.963	73.503	
		Total	47.715	17.162	18.103	82.980	
	RECOOP	Refinanciamento	2000	37.353	20.300	5.371	63.024
			2001	-	6.000	-	6.000
			2002	20.161	9.371	-	29.532
Total			57.514	35.671	5.371	98.556	
Investimentos Fixos		2000	46.629	-	5.389	52.018	
		2001	33.233	3.203	2.653	39.089	
		2002	45.106	8.400	2.750	56.256	
		2003*	5.400	-	-	5.400	
		Total	130.368	11.603	10.792	152.763	
Capital de Giro Associado		2000	6.018	-	2.176	8.194	
	2001	241	1.049	2.230	3.520		
	2002	-	-	200	200		
	Total	6.259	1.049	4.607	11.914		
Capital de Giro Puro	2001	-	-	346	346		
	Total	-	-	346	346		
INSS	2000	-	-	3.646	3.646		
	2001	-	-	1.200	1.200		
	Total	-	-	4.846	4.846		
Dívida Cooperados	2001	-	-	117	117		
	Total	-	-	117	117		
<b>Total</b>			<b>241.855</b>	<b>71.671</b>	<b>48.994</b>	<b>362.520</b>	

\* Até agosto.

<sup>25</sup> Na realidade, o PROSOLO foi incorporado a um novo programa, o MODERAGRO.



## 8.2. O Cooperativismo Agropecuário na Carteira de Financiamentos do BRDE

A contrapartida ao crescimento do volume de negócios realizados com as cooperativas agropecuárias nos últimos anos foi o aumento da participação destas empresas na carteira de financiamentos do BRDE. Como pode ser visto na Tabela 8.6, os débitos dessas empresas para com o BRDE somavam R\$ 332,2 milhões em 31 de agosto de 2003, o que representava 20,8% do saldo de operações de crédito e 72,5% do Patrimônio Líquido do Banco naquela data. Desse total, 64,2% eram devidos por cooperativas do Paraná, 22,1% por cooperativas catarinenses e, 13,8% por cooperativas gaúchas.

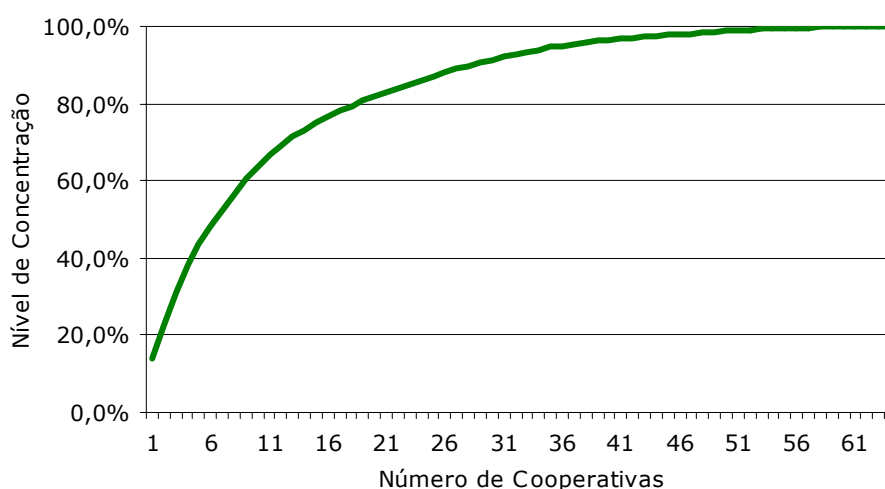
**TABELA 8.6: FINANCIAMENTOS EM VIGOR, NÚMERO DE COOPERATIVAS FINANCIADAS E NÚMERO DE COOPERADOS BENEFICIADOS – Ago/2003**

	PR	SC	RS	Total
Financiamentos em Vigor - R\$ mil	213.187	73.284	45.742	332.213
Número de Cooperativas Financiadas	27	17	20	64
Número de Cooperados Beneficiados	70.687	49.254	61.509	181.450

Encontravam-se devedoras do BRDE, naquela data, 64 cooperativas agropecuárias, das quais 27 sediadas no Paraná, 17 em Santa Catarina e 20 no Rio Grande do Sul. Os financiamentos que deram origem aos débitos dessas empresas beneficiaram, direta ou indiretamente, pouco mais de 180 mil cooperados.

Observando-se a distribuição do saldo de operações de crédito, nota-se uma grande concentração em um pequeno número de cooperativas. Como demonstra a Figura 8.3, 11 empresas eram responsáveis por 67,1% dos R\$ 332,2 milhões devidos pelas cooperativas ao BRDE.

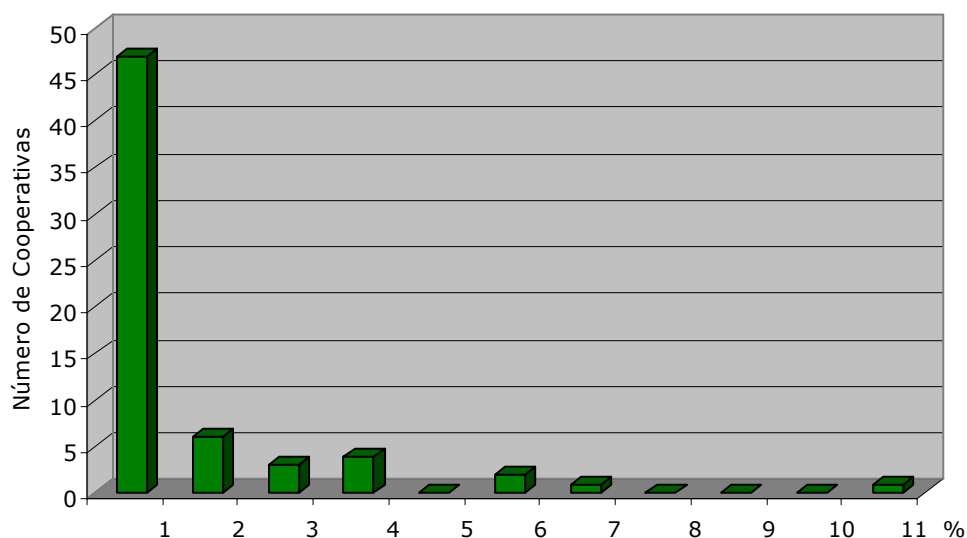
**FIGURA 8.3: GRAU DE CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – Ago/2003**  
Em %



O nível de exposição do BRDE junto às cooperativas agropecuárias está expresso na Figura 8.4. Pode-se notar que, do conjunto de

cooperativas financiadas, 47 possuíam débitos inferiores a 1,0% do Patrimônio Líquido do Banco, enquanto 17 respondiam por dívidas superiores a este patamar. Destas últimas, quatro possuíam débitos superiores a 5,0% do Patrimônio Líquido do BRDE, sendo que, em um dos casos, este número chegava a 10,3%.

**FIGURA 8.4: GRAU DE COMPROMETIMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BRDE COM AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – Ago/2003**  
**Em Número de Cooperativas por % do Patrimônio Líquido do BRDE**



Como pode ser visto na Tabela 8.7, 69,2% do saldo devedor das cooperativas agropecuárias em 31 de agosto de 2003 referiam-se a contratos realizados no âmbito do RECOOP. Também merecem destaque, dentre as linhas de crédito operadas pelo BRDE, o PRODECOOP e o PESA, cujos valores a receber de cooperativas acumulavam R\$ 28,5 milhões e R\$ 18,8 milhões, respectivamente.

Essa grande concentração dos recebíveis de cooperativas em operações RECOOP, PESA e PRODECOOP implica um longo prazo para a realização destes ativos. Logo, o grau de exposição do BRDE neste segmento será determinado, nos próximos anos, pelo volume de novas contratações, dado que a carteira atual é composta, em grande parte, por contratos de prazo bastante dilatado, encontrando-se muitos deles ainda em período de carência.

**TABELA 8.7: SALDO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS PELO BRDE ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, POR FONTE DE RECURSOS – Ago/2003**  
Em R\$ Mil

<b>Fonte</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Saldo Total</b>	<b>% Total</b>
BACEN	PRONAGRI	604	0,2%
BID/BNCC	Convênio	372	0,1%
BNDES	Assunção de Dívida-PH	429	0,1%
	Automático-Agropecuária	3.253	1,0%
	Automático-Fixo	3.399	1,0%
	Automático-Fixo-Reconversul	4	0,0%
	Automático-Giro	566	0,2%
	Automático-Máquinas Nacionais	1.604	0,5%
	Finem-Fixo	10.057	3,0%
	Finem-Reaver-Fixo	1.855	0,6%
	Poc Automático	822	0,2%
	PRODECOOP	28.478	8,6%
	PROPFLORA	58	
	PROSOLO	11.621	3,5%
	Refinanciamento	5.772	1,7%
	Rural-Projeto	53	0,0%
	Securitização	502	0,2%
BRDE	Refinanciamento	1.058	0,3%
	RP	36	0,0%
FINAME	Agrícola	919	0,3%
	Agrícola-Linha Especial	5.269	1,6%
	Agrícola-Reconversul	18	0,0%
	Automático	1.020	0,3%
	Automático-Linha de Crédito	4.262	1,3%
	PROLEITE	145	0,0%
PESA	RT	18.768	5,6%
PRODEC/PRODAP/PROMIC-SC		1.396	0,4%
RECOOP	Dívida Cooperados	122	0,0%
	INSS	1.118	0,3%
	Investimento Fixo	142.527	42,9%
	Refinanciamento	86.107	25,9%
<b>TOTAL</b>		<b>332.213</b>	<b>100,0%</b>

A Tabela 8.8 apresenta a expectativa de retorno do principal, no período 2004/08, dos financiamentos realizados pelo Banco nos âmbitos do RECOOP e do PRODECOOP<sup>26</sup>. Nota-se que, dos R\$ 296,9 milhões contratados, apenas R\$ 103,3 milhões deverão retornar ao Banco nos próximos cinco anos, considerando-se um nível de adimplência de 100,0% – o que representa 34,8% do total.

<sup>26</sup> Foram incluídos apenas os contratos que possuíam saldo devedor positivo em 31 de agosto de 2003.

**TABELA 8.8: EXPECTATIVA DE RETORNO DO PRINCIPAL DOS FINANCIAMENTOS  
CONCEDIDOS ÀS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NOS ÂMBITOS DO PRODECOOP  
E DO RECOOP – 2004/2008**  
Em R\$ Mil

<b>Origem dos Recursos</b>	<b>Valor Total dos Contratos</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2004/2008</b>
BNDES/ PRODECOOP	54.334	-	57	3.116	5.966	5.966	15.105
RECOOP	242.579	13.234	18.196	18.934	18.934	18.934	88.232
Total	296.913	13.234	18.253	22.050	24.900	24.900	103.337
	(100,00%)	(4,46%)	(6,15%)	(7,43%)	(8,39%)	(8,39%)	(34,80%)

## 9. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

A análise das demonstrações financeiras das empresas é uma importante ferramenta para a elaboração de diagnósticos de setores específicos da economia. Embora o cooperativismo não possa ser considerado um setor, na medida em que representa apenas uma forma de organização social, as cooperativas agropecuárias podem ser tratadas como tal para efeito de análise.

As famílias de índices econômico-financeiros mais comumente utilizadas são aquelas referentes à estrutura patrimonial, à liquidez e à rentabilidade das empresas. Alguns destes índices foram empregados na análise apresentada a seguir, efetuada a partir de seis amostras distintas de cooperativas agropecuárias. As fontes, a descrição e o período a que se referem estas amostras estão apresentados no Quadro 9.1:

**QUADRO 9.1: FONTE, PERÍODO E DESCRIÇÃO DAS AMOSTRAS DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**

Amostra	Fonte	Período	Descrição da Amostra
1	FGV/Agroanalysis	1998-2001	50 maiores cooperativas do Brasil
2	FGV/Agroanalysis	2001	33 maiores cooperativas da Região Sul
3	BRDE e FGV/Agroanalysis	2001-02	48 cooperativas da Região Sul com financiamentos em vigor junto ao BRDE
4	OCEPAR	2002	55 cooperativas paranaenses integrantes do Sistema de Análise e Acompanhamento das Cooperativas (SAAC)
5	OCEPAR	2002	36 cooperativas paranaenses integrantes do SAAC e beneficiadas pelo RECOOP
6	BRDE	2002	39 cooperativas da Região Sul com financiamentos em vigor junto ao BRDE

O uso de várias amostras justifica-se pelo fato de que cada uma apresenta certas características peculiares, o que permite analisar a situação econômico-financeira do cooperativismo agropecuário tanto em termos absolutos como comparativamente à situação das cooperativas mutuárias do BRDE.

As grandes cooperativas brasileiras conformam a amostra 1, enquanto as maiores cooperativas da Região Sul compõem a amostra 2. As amostras 4 e 5 são constituídas somente por cooperativas paranaenses, sendo que esta última contém apenas empresas beneficiadas pelo RECOOP. Finalmente, as de número 3 e 6 são formadas por cooperativas sediadas na Região Sul que possuíam débitos junto ao BRDE em 31 de agosto de 2003. As empresas que constituem a amostra 6 eram responsáveis por 83,0% dos débitos das cooperativas agropecuárias junto ao BRDE naquela data, enquanto aquelas que compõem a amostra 3 respondiam por 94,5% daquele endividamento, sendo que, em ambos os casos, foram excluídas as cooperativas cujos débitos para com o BRDE encontravam-se integralmente baixados como prejuízo nesta instituição<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Os dados contábeis das cooperativas da amostra 6 foram extraídos dos Relatórios de

A partir dos dados amostrais, foram calculadas, sempre que possível, duas medidas de tendência central: média e mediana. Contudo, a existência de empresas com índices econômico-financeiros bastante discrepantes em relação à média amostral faz com que a mediana seja uma medida mais representativa dos padrões de desempenho das cooperativas agropecuárias. Os indicadores calculados pela OCEPAR, relativos às cooperativas paranaenses (amostras 4 e 5), são médias ponderadas pela participação de cada cooperativa na soma das receitas líquidas de todas as cooperativas das respectivas amostras. No caso das cooperativas financiadas pelo BRDE (amostras 3 e 6), foram calculadas, além das médias simples, médias ponderadas pela participação de cada cooperativa na soma do saldo devedor de todas as cooperativas das respectivas amostras, em 31 de agosto de 2003.

### **9.1. As Cooperativas Financiadas pelo BRDE Versus as Maiores Cooperativas do Brasil e da Região Sul**

Conforme a Tabela 9.1, o Grau de Endividamento das 50 maiores cooperativas agropecuárias brasileiras é alto e vem apresentando tendência ascendente nos últimos anos. Em 1998, para cada R\$ 1,00 de capital próprio, essas empresas empregavam R\$ 1,34 de recursos de terceiros. Três anos depois, o capital de terceiros já representava quase o dobro do capital próprio das cooperativas. Na Região Sul, a situação era ligeiramente mais favorável: entre as 33 maiores cooperativas, o Grau de Endividamento mediano era de 1,84 (Tabela 9.3).

**TABELA 9.1: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 50 MAIORES COOPERATIVAS DO BRASIL – 1998/2001**  
Mediana

<b>Índice</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
Grau de Endividamento	1,34	1,56	1,54	1,92
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	2,53	3,07	3,15	7,09

*Fonte: Agroanalysis, vol. 22, n. 11, nov. 2002.*

A Tabela 9.2 demonstra que, embora também venha apresentando tendência ascendente, o Grau de Endividamento das 330 maiores sociedades anônimas (S.A.s) industriais do país era substancialmente menor do que o verificado entre as grandes cooperativas agropecuárias. Em 2001, a mediana deste índice era 1,10 entre aquelas empresas, enquanto entre as últimas era 1,92.

Deve-se ter em conta, entretanto, que o Grau de Endividamento das cooperativas tende a ser estruturalmente mais elevado do que o de firmas industriais, em virtude dos repasses de crédito efetuados por aquelas empresas a seus associados e das obrigações assumidas em contrapartida à entrega dos produtos pelos cooperados.

---

Análise do BRDE e de demonstrações financeiras publicadas pelas empresas – todos referentes ao exercício de 2002. No caso da amostra 3, foi utilizado, além das fontes já citadas, o *ranking* das 50 maiores cooperativas brasileiras, elaborado pela revista Agroanalysis a partir de demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2001.

**TABELA 9.2: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 330 MAIORES SOCIEDADES ANÔNIMAS INDUSTRIAIS DO BRASIL – 1998/2001**  
Mediana

<b>Índice</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
Grau de Endividamento	0,83	0,97	0,99	1,10
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	4,02	4,31	7,55	5,84

*Fonte: FIRJAN (2002).*

A Rentabilidade das cooperativas agropecuárias também vem apresentando tendência de crescimento. As sobras e lucros das 50 maiores cooperativas brasileiras, que representaram apenas 2,53% do patrimônio líquido destas empresas em 1998, equívalem a 7,09% deste no exercício de 2001 – resultado muito próximo ao alcançado, neste mesmo ano, pelas 100 maiores empresas do Agribusiness: 7,3% (NEM..., 2002, p.9). Na Região Sul, a Rentabilidade mediana alcançada pelas 33 maiores cooperativas foi ainda maior: 8,30% sobre o patrimônio líquido.

O crescimento no Grau de Endividamento e na Rentabilidade do Patrimônio Líquido das cooperativas deve, contudo, ser analisado com cuidado, uma vez que parte deste aumento deve-se à extinção da correção monetária dos Balanços a partir do exercício de 1996.

**TABELA 9.3: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 33 MAIORES COOPERATIVAS DA REGIÃO SUL – 2001**

<b>Índice</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
Grau de Endividamento	2,90	1,84
Liquidez Corrente	1,44	1,42
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	10,23	8,30

*Fonte: Agroanalysis, vol. 22, n. 11, nov. 2002.*

A situação financeira das cooperativas financiadas pelo BRDE revela-se mais desfavorável do que a verificada entre as grandes cooperativas da Região Sul. O Grau de Endividamento mediano das empresas da amostra 3 atingiu 2,07, enquanto entre as últimas este índice foi de 1,84, em 2001. A mediana do índice de Liquidez Corrente também mostrava-se mais satisfatória entre as grandes cooperativas do que entre as cooperativas financiadas pelo Banco: 1,42 ante 1,29. Por fim, a Rentabilidade mediana também foi maior entre as grandes cooperativas, embora a rentabilidade média tenha se revelado maior entre as cooperativas financiadas pelo Banco, o que denota uma grande dispersão dos níveis de Rentabilidade das cooperativas financiadas pelo BRDE. Quando analisadas as médias ponderadas, nota-se que os financiamentos do Banco encontram-se concentrados em cooperativas que apresentam Grau de Endividamento e níveis de Rentabilidade muito superiores às médias e medianas do conjunto de cooperativas financiadas pelo BRDE.

**TABELA 9.4: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE 48 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS MUTUÁRIAS DO BRDE – 2001/2002**

<b>Índice</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Média Ponderada</b>
Grau de Endividamento	2,99	2,07	4,89
Liquidez Corrente	1,32	1,29	1,29
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	13,57	7,62	19,98

Fonte: Relatórios de Análise do BRDE; Agroanalysis, vol. 22, n. 11, nov. 2002.

Este resultado deve-se, em parte, à rolagem de dívidas antigas de cooperativas em dificuldades financeiras através do PESA e do RECOOP. Por outro lado, o ano-base dos índices financeiros da maioria das cooperativas da amostra 3 é 2002, enquanto o ano-base dos índices calculados a partir da amostra 2 é 2001. Logo, uma vez confirmada a tendência recente de elevação do nível de endividamento das cooperativas esboçada na Tabela 9.1, é possível que a diferença verificada entre os indicadores medianos das cooperativas financiadas pelo BRDE e os das maiores cooperativas da Região Sul seja devida ao emprego de diferentes anos-base na análise acima.

## **9.2. As Cooperativas Financiadas pelo BRDE Versus as Cooperativas Paranaenses**

Uma análise mais rica da situação econômico-financeira das cooperativas agropecuárias financiadas pelo BRDE pode ser feita tomando como contraponto as amostras 4 e 5, que reúnem as cooperativas paranaenses monitoradas pelo Sistema de Análise e Acompanhamento das Cooperativas (SAAC) desenvolvido pela OCEPAR.

**TABELA 9.5: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 55 COOPERATIVAS PARANAENSES MONITORADAS PELO SAAC/OCEPAR – 1998/2002**  
Média Ponderada\*

<b>Índice</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Grau de Endividamento	2,13	2,57	3,55	2,57	2,23
Endividamento Total / Faturamento	-	-	0,54	0,46	0,39
Endividamento Bancário / Ativo Total	0,46	0,47	0,50	0,45	0,40
Endividamento de Longo Prazo	0,21	0,20	0,27	0,26	0,25
Endividamento Bancário de Longo Prazo	0,15	0,14	0,19	0,19	0,19
Tempo para Liquidação do Endividamento Bancário (anos)	-	-	-	15,80	10,70
Liquidez Corrente	-	-	0,98	1,23	1,35
Liquidez Total	-	-	0,78	0,93	0,99
Valor a Receber dos Cooperados / PL	0,50	0,55	0,65	0,57	0,36
Rentabilidade das Vendas	-	-	-0,01	2,94	3,63
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-	-	-0,10	20,10	25,90
Giro do Ativo	-	-	1,43	1,53	1,77

Fonte: OCEPAR.

\* As médias são ponderadas pela participação de cada cooperativa na soma das receitas brutas das 55 cooperativas monitoradas pelo SAAC da OCEPAR.

A partir da Tabela 9.5, pode-se verificar que o Grau de Endividamento das cooperativas paranaenses atingiu um valor bastante



elevado em 2000 – 3,55 – caindo desde então: para 2,57, em 2001, e 2,23, em 2002. Trajetória semelhante foi cumprida pelo nível de Endividamento Bancário: depois de representar 50% do total dos ativos das cooperativas agropecuárias paranaenses, em 2000, caiu dez pontos percentuais nos dois anos seguintes. Por sua vez, o perfil da dívida se estabilizou a partir de 2001, depois do alongamento promovido em 2000 com as contratações realizadas nos âmbitos do PESA e do RECOOP. Neste ano, os débitos de longo prazo saltaram de 20% do ativo total para 27%. De modo semelhante, o endividamento bancário de longo prazo equívaleu a 19% do ativo total em 2000, cinco pontos percentuais acima do verificado no ano anterior.

A capacidade de pagamento das cooperativas paranaenses também apresentou melhoria sensível a partir de 2000: a razão entre o Endividamento Total e o Faturamento, que era de 0,54 em 2000, diminuiu para 0,46 no ano seguinte e 0,39 em 2002. Com isso, o tempo necessário para a liquidação do endividamento caiu de 15,8 anos, em 2001, para 10,7 anos, em 2002.

Conforme a Tabela 9.6, o Grau de Endividamento das cooperativas paranaenses beneficiadas pelo RECOOP era substancialmente mais elevado do que o do conjunto das cooperativas paranaenses no final de 2002. Entretanto, o perfil das dívidas daquelas empresas era mais favorável – resultado já esperado dados os objetivos do RECOOP.

**TABELA 9.6: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS 36 COOPERATIVAS PARANAENSES BENEFICIADAS PELO RECOOP – 2002**  
Média Ponderada\*

<b>Índice</b>	<b>Todas</b>	<b>RECOOP</b>
Endividamento Total	2,23	3,00
Endividamento de Longo Prazo	0,25	0,32
Rentabilidade das Vendas	3,63	2,50
Giro do Ativo	1,77	1,71
Liquidez Corrente	1,35	1,23
Liquidez Total	0,99	0,84

Fonte: OCEPAR.

\* As médias são ponderadas pela participação de cada cooperativa na soma das receitas brutas de todas as cooperativas que compõem as respectivas amostras.

Quando comparadas às empresas das amostras 4 e 5, as cooperativas financiadas pelo BRDE apresentam um Grau de Endividamento mais elevado, porém revelam uma dependência menor em relação ao sistema bancário. O Grau de Endividamento médio das 39 cooperativas da amostra 6 era de 3,19 em 2002, enquanto a mediana deste indicador era 2,03. Contudo, como já fora salientado anteriormente, os financiamentos do BRDE estão concentrados em empresas cujos níveis de endividamento são superiores à média do conjunto de cooperativas financiadas pelo Banco.

O perfil do endividamento das cooperativas financiadas pelo BRDE era menos satisfatório do que o do conjunto das cooperativas paranaenses. Em 2002, o endividamento de longo prazo representava, em termos medianos, 20,6% dos ativos das cooperativas financiadas pelo BRDE. Contudo, deve-se lembrar que os dados contábeis relativos à amostra 6 foram extraídos dos Relatórios de Análise do Banco, e que, portanto, a concessão dos financiamentos solicitados alterou o perfil patrimonial das cooperativas

beneficiadas. Dado que os financiamentos concedidos pelo BRDE são tipicamente de longo prazo, a contratação de novas operações de crédito acarretou um aumento no Grau de Endividamento das empresas beneficiadas, assim como o crescimento do Endividamento de Longo Prazo.

**TABELA 9.7: ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE 39 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS MUTUÁRIAS DO BRDE - 2002**

<b>Índice</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Média Ponderada</b>
Grau de Endividamento	3,19	2,03	5,28
Endividamento Total / Faturamento	1,22	0,57	1,04
Endividamento Bancário / Patrimônio Líquido	1,55	0,88	2,91
Endividamento Bancário / Ativo Total	0,30	0,28	0,35
Endividamento de Longo Prazo	0,24	0,21	0,26
Lucro Líquido / Endividamento Bancário	0,36	0,12	0,14
Tempo para Liquidação do Endividamento Bancário (anos)	34,66	7,97	14,25
Grau de Imobilizações	145,70	98,48	239,94
Margem de Garantia	1,54	1,48	1,41
Liquidez Seca	0,79	0,77	0,72
Liquidez Simples Corrente	1,32	1,29	1,28
Liquidez Total	1,04	1,01	0,96
Rentabilidade das Vendas	2,94	1,97	3,28
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	20,71	12,87	31,72
Giro do Ativo	1,70	1,63	1,51

*Fonte: Relatórios de análise do BRDE e balanços das empresas.*

As cooperativas financiadas pelo BRDE mostravam-se menos dependentes do sistema bancário do que as cooperativas paranaenses: Entre aquelas, o Endividamento Bancário equivalia, em termos medianos, a 27,6% do Ativo Total e a 88% do Patrimônio Líquido. Contudo, quando observadas as médias ponderadas, percebe-se uma nítida deterioração destes índices: o Endividamento Bancário sobe para 291% do Patrimônio Líquido e 35% do Ativo Total, demonstrando, mais uma vez, a concentração dos créditos do Banco em cooperativas que apresentam frágil situação financeira.

A capacidade de pagamento das cooperativas financiadas pelo BRDE situa-se num patamar bastante inferior ao demonstrado pelas cooperativas paranaenses: em termos medianos, o endividamento total das cooperativas financiadas pelo Banco equivale a 57% de sua receita líquida anual, enquanto entre as cooperativas paranaenses o capital de terceiros representa apenas 39% do faturamento. A razão entre o Lucro Líquido e o Endividamento Bancário correspondia, em termos medianos, a 0,12 entre as cooperativas financiadas pelo BRDE, o que indica a necessidade de quase oito anos para a liquidação do Endividamento Bancário, desde que mantida constante aquela relação. Quando tomada a média ponderada, este número quase dobra: neste caso, seriam necessários quatorze anos e três meses para a total quitação do Endividamento Bancário daquelas cooperativas.

A velocidade de Giro do Ativo não revelava grandes discrepâncias entre as cooperativas paranaenses e as mutuárias do BRDE: entre as primeiras, este índice foi, em média, de 1,77 em 2002; já entre as últimas, o valor médio foi de 1,70. Contudo, os créditos do BRDE encontravam-se concentrados em cooperativas que auferiram receitas baixas relativamente

aos seus ativos totais, como revela a média ponderada do Giro do Ativo (1,51).

Quanto ao equilíbrio financeiro de curto prazo, a situação das cooperativas financiadas pelo BRDE assemelhava-se à das cooperativas paranaenses no final de 2002: a média e a mediana do Índice de Liquidez Corrente<sup>28</sup> daquelas eram 1,32 e 1,29, respectivamente, enquanto entre as últimas, a média era 1,35.

A capacidade de honrar as dívidas de curto e longo prazo sem precisar desfazer-se de bens do Ativo Permanente mostrava-se semelhante, no final de 2002, entre as cooperativas paranaenses e aquelas financiadas pelo BRDE. Entre estas, a mediana do Índice de Liquidez Total era 1,01, enquanto entre aquelas a média deste índice era 0,99. Convém notar que, entre as cooperativas mutuárias do BRDE, a média ponderada do Índice de Liquidez Total encontrava-se em 0,96, o que indica que, no final de 2002, os financiamentos do Banco estavam concentrados em empresas que apresentavam Patrimônio Líquido inferior ao Ativo Permanente. Contudo, mesmo neste caso, o Índice de Liquidez Total revelou-se superior ao observado entre as cooperativas paranaenses beneficiadas pelo RECOOP (0,84).

No que tange aos indicadores de Rentabilidade, o desempenho das cooperativas financiadas pelo BRDE mostrou-se inferior ao das cooperativas paranaenses no ano de 2002. Entre as primeiras, a Rentabilidade mediana sobre as Vendas foi de 1,97%, enquanto que a Rentabilidade mediana sobre o Patrimônio Líquido foi de 12,9%. O dado positivo foi que as empresas que respondem por parcelas maiores do saldo devedor total das cooperativas apresentaram Rentabilidade acima da média das cooperativas mutuárias do Banco. De fato, as médias ponderadas da Rentabilidade das Vendas e do Patrimônio Líquido foram de 3,28% e 31,72%, respectivamente. Deve-se considerar, todavia, que este último número se deve, em parte, ao baixo valor registrado pelo Patrimônio Líquido em algumas destas cooperativas.

---

<sup>28</sup> No caso das cooperativas da amostra 6, foi utilizado o Índice de Liquidez Simples Corrente, cuja única diferença em relação ao Índice de Liquidez Corrente é a exclusão das despesas antecipadas. Como, de um modo geral, as despesas antecipadas representam uma parcela desprezível do Ativo Circulante das empresas, a comparação entre os dois índices não compromete a análise efetuada.

## CONCLUSÃO

Uma parte significativa do PIB da Região Sul é gerada por atividades ligadas ao agronegócio, nas quais as cooperativas agropecuárias possuem um papel de destaque. De fato, essas empresas são responsáveis pelo recebimento, industrialização e comercialização de uma parcela substancial da produção agrícola e pecuária dos três estados da Região, contribuindo, desta forma, para a geração de renda para quase 300 mil cooperados e para a manutenção de mais de 60 mil empregos diretos. Na maioria dos municípios onde estão instaladas, as cooperativas são as maiores geradoras de empregos e de impostos, além de possuírem uma forte atuação social junto a seus associados e à comunidade em geral.

Além disso, as cooperativas hoje representam, após a quebra de várias empresas familiares e a desnacionalização de outras tantas, algumas das poucas empresas de grande porte da Região Sul controladas por pessoas residentes no país. Sob a hipótese de que as grandes empresas transnacionais possuem um leque de opções mais amplo no que se refere ao crédito de longo prazo, uma vez que podem recorrer com maior facilidade aos mercados financeiro e de capitais internacionais e às transações intracompanhia, as empresas controladas por residentes, entre as quais se incluem as cooperativas, revelam-se como as principais demandantes potenciais de crédito de longo prazo junto ao SFN.

Entretanto, percebe-se uma certa resistência dos agentes do SFN no que se refere à concessão de crédito às cooperativas agropecuárias, o que ficou evidenciado pelo reduzido valor alcançado pelas operações contratadas no âmbito do RECOOP. Essa resistência se deve, em grande parte, à má reputação possuída pelo sistema cooperativista junto às instituições financeiras, resultado da percepção generalizada de que as cooperativas são geridas como se fossem entidades beneficentes, dispostas a sacrificar a sua saúde financeira em prol dos cooperados. As histórias de desvios e corrupção que emergiram ao longo dos processos de liquidação de algumas grandes cooperativas acabaram servindo para cristalizar essa percepção.

Se, de fato, a gestão ineficiente ou, até mesmo, fraudulenta, parece ter contribuído para a derrocada de algumas grandes cooperativas nos anos 1980 e 1990, não se deve ignorar a existência de outros fatores que ajudam a explicar esse fenômeno.

Como foi comentado neste trabalho, a crise vivida pelas cooperativas no início dos anos 1980 não pode ser dissociada da crise mais ampla vivida pelo país naquele período. Assim como ocorrera com muitas empresas pertencentes a outros setores produtivos, as cooperativas foram estimuladas, ao longo dos anos 1970, a contraírem dívidas no exterior, em virtude da grande liquidez existente, à época, no mercado financeiro internacional. Contudo, a partir de fins de 1979, em virtude do segundo choque do petróleo e do aumento das taxas de juros internacionais, os países altamente endividados foram obrigados a alterar profundamente os rumos de suas políticas econômicas domésticas, buscando reequilibrar seus balanços de pagamentos. No Brasil, o governo promoveu duas maxidesvalorizações do cruzeiro e reduziu fortemente o volume de subsídios e de incentivos fiscais concedidos ao setor privado. Somadas à

recessão de 1981/83 e à queda na cotação internacional da soja, essas medidas provocaram um forte abalo nas finanças das cooperativas agropecuárias, levando várias delas à insolvência. Acostumadas, desde sua fundação, à fartura de subsídios e incentivos governamentais, as cooperativas pouco se preocupavam com questões relativas à eficiência econômica. Logo, a súbita e drástica mudança promovida pelo governo em seu modelo de intervenção no setor agrícola na primeira metade dos anos 1980 promoveu um grande processo de seleção de cooperativas.

Por sua vez, a crise vivida pelas cooperativas nos anos 1990 foi, em grande medida, resultado dos planos de combate à inflação adotados pelo Governo Federal a partir de 1986. Medidas como o congelamento de preços, o confisco de ativos financeiros, a elevação das taxas de juros e a sobrevalorização cambial provocaram um desequilíbrio entre os ativos e os passivos das cooperativas agropecuárias. O Plano Collor, de 1990, provocou um forte abalo nas finanças das cooperativas, uma vez que a correção monetária das dívidas dessas empresas foi feita em percentuais muito superiores à variação dos preços mínimos agrícolas. O golpe final sobre as cooperativas foi dado no início de 1995, quando, para proteger a economia brasileira dos efeitos deletérios da crise mexicana, o governo promoveu uma forte elevação nas taxas de juros domésticas. Os agricultores e suas cooperativas, que haviam se endividado a taxas de juros pós-fixadas no intuito de ampliar a produção para fazer face à bolha de consumo dos primeiros meses do Plano Real, viram suas dívidas crescerem rapidamente, enquanto os preços de vários produtos agropecuários cumpriam trajetória descendente.

Buscando solucionar o problema da insolvência generalizada que se abateu sobre a agropecuária brasileira no final de 1995, o Governo Federal criou um programa de renegociação das dívidas rurais, que acabou se desdobrando em três programas específicos: a Securitização, o PESA e o RECOOP. Este último, voltado exclusivamente às cooperativas agropecuárias, ajudou a depurar as empresas do sistema, na medida em que vetou a inclusão de cooperativas cujas cartas-consulta não tivessem sido aprovadas pelo Comitê Executivo do RECOOP. Esta distinção entre cooperativas aceitas e não-aceitas pelo RECOOP ajuda a reduzir o problema da seleção adversa, pois torna mais fácil distinguir entre as cooperativas viáveis e as inviáveis.

Os riscos de repetição dos problemas decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas parecem, hoje, reduzidos.

Há muitos anos, a política agrícola vem se amparando, majoritariamente, em instrumentos de mercado. A atuação do Estado tem se concentrado, principalmente, na equalização da taxa de juros do crédito rural, que, em vista da relativa estabilidade de preços dos últimos anos, tem se mantido baixa, estável e pré-fixada – o que diminui, sobremaneira, o risco do devedor.

Quanto aos riscos cambiais, deve-se ressaltar que o mercado financeiro passou por uma grande evolução nas últimas duas décadas, com a introdução de novos produtos como os derivativos. Esses produtos, inexistentes no início da década de 1980, permitem reduzir, de forma apreciável, os riscos relacionados ao endividamento em moeda estrangeira. Contudo, deve-se notar que, dadas as baixas taxas de juros cobradas pelo SNCR e por algumas linhas de crédito do BNDES, a opção de endividar-se

no exterior deverá mostrar-se pouco atraente para as cooperativas nos próximos anos.

Com a conquista de uma certa estabilidade de preços, a partir de 1994, os riscos de descolamento entre os ativos e os passivos das cooperativas, decorrentes do uso de diferentes índices de correção monetária parecem extremamente reduzidos. Na realidade, a própria política monetária, que foi a principal responsável pela crise agrícola de 1995, possui, hoje, um impacto substancialmente menor sobre os débitos das cooperativas, dado que o crédito rural encontra-se completamente desindexado. De fato, no curto prazo, as oscilações na taxa de juros oficial surte efeito somente sobre os recursos contratados a taxas de mercado.

No que se refere à evolução dos mercados, as perspectivas são bastante favoráveis. O Brasil está ampliando sua participação no mercado internacional de vários produtos, podendo vir a ser, em poucos anos, o maior produtor e maior exportador mundial de soja, café, açúcar e frango. No *front* interno, a produção nacional vem deslocando os produtos importados, como tem ocorrido com o milho e o trigo. No caso do primeiro, o país passou de uma posição de importador líquido, para a de exportador relevante no mercado mundial.

Dado que os riscos decorrentes da política macroeconômica e da evolução dos mercados parecem reduzidos, a atenção deve se concentrar nos aspectos microeconômicos dos demandantes de crédito.

Como foi ressaltado neste trabalho, as cooperativas possuem sérios limites à autocalcapitalização. Logo, o crescimento do Patrimônio Líquido da cooperativa depende, em grande medida, da disposição de seus dirigentes em reter os recursos gerados ao invés de distribuí-los aos cooperados. As duas maneiras mais evidentes de fazê-lo são por meio da imposição de um redutor sobre os valores repassados aos cooperados e da adoção de uma política de retenção de sobras e lucros. Cooperativas que adotam uma (ou ambas) dessas posturas demonstram um maior comprometimento de seu corpo diretivo com a melhoria de sua estrutura financeira.

A assimetria de informação é um dos principais problemas com os quais se defrontam as instituições financeiras. Os requisitantes de crédito possuirão, sempre, um conhecimento muito mais preciso sobre seus negócios do que as instituições financeiras. Portanto, essas instituições devem aproveitar todas as oportunidades de diminuir essa assimetria de informação, de modo a auxiliar a correta classificação de risco do cliente potencial. No caso das cooperativas agropecuárias, além de indicadores tradicionais como os índices econômico-financeiros, um indicador deve ser observado, devido ao seu forte conteúdo informacional acerca da saúde da empresa: o percentual de cooperados inativos. Um alto índice de desvios de produto pode estar refletindo uma situação financeira frágil, com as cooperativas remunerando os associados em níveis inferiores aos prevalentes no mercado.

Devido aos próprios princípios sob os quais se moldam, as cooperativas tendem a apresentar sérios problemas de governança, dos quais o paternalismo é o mais conhecido. Como esses problemas, via de regra, implicam custos à cooperativa, identificá-los ajuda a depurar as cooperativas viáveis das inviáveis, o que poderá evitar, no futuro, prejuízos ao BRDE. Como se sabe, cooperados inativos impõem custos às cooperativas na medida em que elevam o nível de ociosidade da capacidade

instalada da empresa. Portanto, a existência de políticas de exclusão de cooperados inativos sugerem uma tendência não-paternalista e uma preocupação com a eficiência econômica por parte dos dirigentes.

Entre os fatores de risco à saúde de uma cooperativa também devem ser incluídos o sobreinvestimento em ativos de baixa rentabilidade, principalmente quando financiado por meio de recursos de terceiros e a ocorrência de operações especulativas sob a forma da venda de produtos sem a devida autorização do cooperado.

O comprometimento do BRDE em relação às cooperativas é relativamente elevado: representa cerca de 20,8% do saldo de operações de crédito e 72,5% do Patrimônio Líquido do Banco. Além disso, os recebíveis do Banco estão concentrados em cooperativas que apresentam uma situação econômico-financeira relativamente frágil, medida através de indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade.

Contudo, grande parte desses recursos foi contratada a prazos bastante dilatados: o retorno do principal das operações RECOOP deverá se encerrar somente em 2015, enquanto as operações PESA só serão quitadas em 2023. Portanto, embora na visão tradicional isso sugira um risco elevado para o Banco, por outro lado permitirá um maior desafogo para as finanças das cooperativas, que era justamente o objetivo principal daqueles dois programas. Além disso, uma parte dos recursos contratados no âmbito do RECOOP, relativa aos financiamentos a investimentos e capital de giro associado, possui cobertura de riscos parcial do Tesouro, o que diminui o risco de perdas do BRDE. No caso dos refinanciamentos realizados através do PESA, o risco assumido pelo BRDE é ainda menor, uma vez que os títulos públicos que servem de garantia representam 100% do principal devido.

Todavia, seria recomendável uma maior diversificação do risco de crédito, uma vez que, embora a Região Sul possua quase 300 cooperativas agropecuárias, apenas 11 são responsáveis por mais de dois terços das dívidas das cooperativas junto ao BRDE.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional. *Declaração sobre a identidade cooperativa*. 1998. Disponível em:  
<<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>>
- AGRICULTURA deve crescer sem dar espetáculo em 2004. *Agência Estado cadernos setoriais: safra 2003-2004*, ago. 2003. Disponível em:  
< <http://www.aeagro.com.br/especiais/safra0304/noticias/crescimento/01.htm>>
- ANALISTAS de commodities apostam na alta de preços dos grãos. *Agência Estado cadernos setoriais: safra 2003-2004*, set. 2003. Disponível em:  
<<http://www.aeagro.com.br/especiais/safra0304/noticias/crescimento/03.htm>>
- BARROS, Geraldo Sant’ana de Camargo; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade; BURNQUIST, Heloisa Lee. *Agronegócio: perspectivas das exportações*. 2001 (mimeo).
- BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no RS: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo, 1957-1980*. Porto Alegre: FEE, 1982.
- BENETTI, Maria Domingues. “Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: análise do caso Fecotrigo / Centralsul – 1975-83”. In: BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (coord.). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: 1957-84*. Porto Alegre: FEE, 1985.
- BIANCO, Jader; CARDOSO, João L.; FUCHIDA, Marco A.; FREITAS, Márcio L. de. “Revitalização do segmento cooperativista agropecuário – RECOOP”. In: *Anais do XXXVI congresso brasileiro de economia e sociologia rural*, vol. 2. Poços de Caldas: SOBER, 1998.
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. *Síntese de informações sobre o panorama da avicultura e suinocultura: jan./abr. 2002*. Florianópolis: BRDE, 2002.
- CABRAL, CLÉBER. “Cooperativas: engenhos do futuro”. *Rumos*, n. 207, mar. 2003, p. 26-33.
- CAFFAGNI, Luiz. “Financiamentos formais, alternativos e potenciais para a agricultura”. In: *5º curso de comercialização de commodities agropecuárias*. Piracicaba: ESALQ-USP, 1995.
- CALOTE levou prejuízo a 83 bancos. *Folha de São Paulo*, 5 de março de 2000.
- CARVALHO, Luciano Marcos de. *Nota técnica sobre a medida provisória nº 114*. CNA, 2003. Disponível em:  
<<http://www.cna.org.br/ResolBC/Nota144.htm>>



COELHO, Carlos Nayro. "70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)". *Revista de política agrícola*, edição especial, 2001.

CONGRESSO apresenta emendas à medida provisória que renegocia dívidas do procerá pronaf e fundos. *Agropecuária agora*, n. 266, 2002. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/AgropecuariaAgora/Agora02/ag266.htm>>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

EW, Aní Rení. *Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos Cosuel e Coapel – anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Dissertação de Mestrado).

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *Análise econômico-financeira das empresas brasileiras: 1995 – 2001*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2002.

GASQUES, José García. *Políticas de apoio interno*. Trabalho apresentado no Seminário "Dilemas y perspectivas para el desarrollo regional en Brasil". Santiago: UN/FAO, 2001.

GONZALEZ, Bernardo Celso de Rezende; COSTA, Silvia Maria Almeida Lima. "Agricultura brasileira: modernização e desempenho". *Teoria e evidência econômica*, vol.5, n.10, 1998.

GUAZZI, Dirceu Moreira. *Utilização do GFD como uma ferramenta de melhoria contínua do grau de satisfação de clientes internos: uma aplicação em cooperativas agropecuárias*. Florianópolis: UFSC, 1999 (Tese de Doutorado).

INDUSTRIALIZAÇÃO e exportação de carnes impulsionam crescimento de cooperativas. *Correio Riograndense*, 10 de abril de 2002.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION . *The promotion of cooperatives: ILO recommendation no. 193*. Geneva: ILO, 2002.

LEI 5.764/1971.

LIMA, Luiz Mendes de. "Histórico do cooperativismo no Paraná". *Revista paranaense de desenvolvimento*, n. 43, 1974.

LINDNER, Glauco Henrique. *Avaliação de uma cooperativa agropecuária orientada para o seu aperfeiçoamento utilizando a metodologia multicritério em apoio à decisão*. Florianópolis: UFSC, 1998 (Dissertação de Mestrado).

MASSUQUETTI, Angélica. *A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97*. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Dissertação de Mestrado).

- MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. *Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias*. Piracicaba: Esalq/USP, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- MIRANDA, Evandro Fazendeiro de. *Agricultura: 1994/2002 – Crescimento e modernização*. Brasília: Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica, 2002.
- MP confirma parte do acordo sobre dívidas rurais. *Agropecuária agora*, n. 242, 2002. Disponível em:  
<<http://www.cna.org.br/AgropecuariaAgora/Agora01/ag242.htm>>
- MUDANÇA de valores. *Agroanalysis*, vol. 22, n. 11, nov. 2002.
- NEM tudo são flores. *Agroanalysis*, vol.22, n.11, 2002.
- O CAMPO fértil do cooperativismo. *A granja*, n. 653, mai. 2003.
- OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; EMATER/PR – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Banco de dados cooperativista XXIV*. Curitiba: EMATER/PR, OCEPAR, 2001.
- OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. *Cooperativas do Paraná: balanço social 2002*. Curitiba: OCEPAR, 2002.
- OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande Do Sul. *Cooperativismo: orientações básicas*. Porto Alegre: OCERGS, 2001.
- OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande Do Sul. *Catálogo digital*. 2003 (CD-Rom).
- O MERCADO como foco. *Agroanalysis*, vol. 21, n. 12, dez. 2001.
- PANZUTTI, Rauph. *Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo: o caso da cooperativa de agricultores da região de Orlandia*. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996 (Tese de Doutorado).
- PAPEL trocado. *Agroanalysis*, vol. 21, n. 10, out. 2001.
- PIB da agropecuária cresce mais rapidamente em 2003. Disponível em:  
<<http://www.cna.org.br/Informacoes03/Set/art456.htm>>
- PINHO, Diva Benevides. "A doutrina cooperativista e a problemática do desenvolvimento econômico". In: *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.
- POLONIO, Wilson Alves. *Manual das sociedades cooperativas*. São Paulo: Atlas, 2001.
- REFORMAS: uma avaliação. *Agroanalysis*, vol. 21, n. 11, nov. 2001

REVITALIZAÇÃO limitada. *Agroanalysis*, vol. 21, n. 2, fev. 2001.

RIGOTTO aposta no cooperativismo para impulsionar desenvolvimento do rio grande. Disponível em:

<[http://www.estado.rs.gov.br/welcome.php?inc=noticias/noticias\\_view.php&notid=25707](http://www.estado.rs.gov.br/welcome.php?inc=noticias/noticias_view.php&notid=25707)

> Acesso em 2 out. 2003.

RIOS, Gilvandro. *O cooperativismo agrícola no nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 1979.

SABOYA, Leopoldo Viriato. *Tendências para o mercado de milho sob a ótica da demanda*. Trabalho apresentado no Seminário “Perspectivas para o Agribusiness 2003/04”, São Paulo, 2003.

SANTIAGO, Maura Maria Demetrio. “Uma análise econométrica da dívida agrícola brasileira: o caso da poupança rural”. *Agricultura em São Paulo*, vol.47, n.2, 2000.

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SETOR de suínos e aves aposta em maiores lucros em 2004. *Agência Estado cadernos setoriais: safra 2003-2004*, set. 2003. Disponível em:

< <http://www.aegro.com.br/especiais/safra0304/noticias/carnes/02.htm> >

SIQUEIRA, Oscar Graeff. *A crise das grandes cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS)*. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Dissertação de Mestrado).

UNIRCOOP – Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos. *Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências*. UNIRCOOP, 2003.

VBP da agricultura aumenta para R\$ 98,2 bi com safra recorde de grãos. Disponível em: < <http://www.cna.org.br/IndicadoresRurais/2003/Set/VBP.htm> >

## **ANEXO: FÓRMULAS DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

### **Grau de Endividamento**

Capital de Terceiros / Patrimônio Líquido

### **Endividamento de Longo Prazo**

Passivo Exigível a Longo Prazo / Ativo Total

### **Endividamento Bancário de Longo Prazo**

Dívidas com Instituições Financeiras / Ativo Total

### **Grau de Imobilizações**

(Ativo Permanente / Patrimônio Líquido) \* 100

### **Margem de Garantia**

(Ativo Total – Despesas Antecipadas – Ativo Diferido) / Capital de Terceiros

### **Liquidez Seca**

(Ativo Circulante – Estoques) / Passivo Circulante

### **Liquidez Corrente**

Ativo Circulante / Passivo Circulante

### **Liquidez Simples Corrente**

(Ativo Circulante – Despesas Antecipadas) / Passivo Circulante

### **Liquidez Total**

(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / Capital de Terceiros

### **Rentabilidade das Vendas**

(Resultado do Exercício / Receita Líquida) \* 100

### **Rentabilidade do Patrimônio Líquido**

(Resultado do Exercício \* 100) / (Patrimônio Líquido – Resultado do Exercício)

### **Giro do Ativo**

Receita Líquida / Ativo Total